

**Mestrado em Contabilidade e Finanças**

**Enquadramento das Instituições Particulares de  
Solidariedade Social no actual sistema normativo**

**A importância do relato financeiro:  
Caso “Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor”**

**Maria Amélia da Rocha da Silva Moura Ferreira**

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
Contabilidade e Finanças**

**Orientador: Mestre Armindo Fernando Sousa Lima**

**Porto 2011**

## Resumo

Com este trabalho, procuramos encontrar uma resposta efectivamente abrangente de cariz económico-social, que potencie as melhorias substanciais da gestão, no âmbito do bem-estar social e económico, abordando o principal papel das IPSS, fazendo-se o respectivo enquadramento histórico, contabilístico e fiscal.

Através da observação e do estudo da legislação portuguesa, vigente e não vigente, considerando livros e outros trabalhos científicos existentes, propomo-nos a analisar a importância crucial do relato financeiro e a necessidade de existência de uma gestão transparente, devido às relações destas instituições com o Estado, doadores e outros *stakeholders*<sup>1</sup>, com interesses económicos e sociais.

Neste estudo pretendemos validar a possibilidade de harmonização contabilística, com outros sistemas contabilísticos e de gestão pertencentes ao terceiro sector e que permitam a comparação de diferentes normativos.

Palavras chave: IPSS, Misericórdias, ESNL, Harmonização, Relato Financeiro

---

<sup>1</sup> O termo inglês *stakeholder* designa uma pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses nas acções e no desempenho de uma organização e cujas decisões e actuações possam afectar, directa ou indirectamente, essa outra organização (<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/stakeholder.htm>)

## Abstract

With this work, we intent to find an answer actually comprehensive with an socio-economic nature and that empowers the substantial improvements in the management, within the social welfare and economic development, dealing the main role of the IPSS, making an historical framework, accounting and fiscal.

Through the observation and study of existing legislation in Portugal, existing and not existing, considering books and other scientific studies available, it is proposed to analyze the crucial importance of financial reporting and the necessity for the existence of a transparent management, because of the relations of these institutions with state, donors and other *stakeholders*<sup>1</sup>, with economic and social interests.

The aim is to validate the possibility of accounting harmonization, with other accounting and management systems, belonging to the third sector and that allow the comparison of different normatives.

Passwords: IPSS, Mercies, ESNL, Harmonization, Financial Reporting.

---

<sup>1</sup>The term *stakeholder means* a person, group or entity, with legitimate interests in the actions and performance of an organization whose decisions and actions could affect, directly or indirectly, the other organization. (<http://www.knoow.net/cienceconempr/management/stakeholder.htm>)

## **Agradecimentos**

Expresso a minha mais profunda e a mais sentida gratidão a todos os professores, que durante o meu percurso académico, me ajudaram e encorajaram na preparação académica, profissional e social que adquiri, ao longo dos tempos.

Agradeço, particularmente e sobretudo, ao Sr. Dr. Armindo Fernando Sousa Lima, orientador deste trabalho, considerando as suas competências excepcionais, disponibilidade e entusiasmo, o qual contribuiu de forma notória, para a realização da presente dissertação.

Expresso também a minha gratidão a todos os colaboradores da Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor, pelo apoio prestado evidenciado na disponibilização de dados subjacentes à realização deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares, em particular ao meu marido, face às dificuldades diárias, pela compreensão manifestada, pelo apoio que me prestou ao longo de todo o meu percurso académico, pela coragem que me tem transmitido e consequentemente pelo seu contributo de ordem psicológica e afectiva neste trabalho.

Finalmente, deixo aqui também uma palavra especial de agradecimento e apreço a todos os meus colegas, face ao seu apoio e encorajamento constantes, que todos nós afinal soubemos construir e manter comumente ao longo desta etapa singularíssima das nossas vidas, com paciência, amizade, filantropia e sentido de entreatajuda ou colaboração permanente.

## Lista de Abreviaturas

|       |  |
|-------|--|
| BADF  | Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras              |
| BSC   | Balanced Scorecard   |
| CC    | Código de Contas   |
| CIMI  | Código do Imposto Municipal sobre Imóveis                          |
| CIMT  | Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Bens |
| CISV  | Código do Imposto sobre Veículos                                   |
| CIUC  | Código do Imposto Único de Circulação                              |
| CIVA  | Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado                       |
| CNC   | Comissão de Normalização Contabilística                            |
| CRP   | Constituição da República Portuguesa                               |
| EBF   | Estatuto dos Benefícios Fiscais                                    |
| EIPSS | Estatuto das IPSS  |
| ESFL  | Entidades Sem Finalidade Lucrativa                                 |
| ESNL  | Entidades do Sector Não Lucrativo                                  |
| EUA   | Estados Unidos da América  |
| IASB  | International Accounting Standard Board                            |
| IFRS  | International Financial Reporting Standards                        |
| IFRIC | International Financial Reporting Interpretations Committee        |
| INE   | Instituto Nacional de Estatística                                  |
| IMI   | Imposto Municipal sobre Imóveis                                    |

|            |   |
|------------|---|
| IMT        | Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens                                 |
| IPSS       | Instituições Particulares de Solidariedade Social                                     |
| ISFL       | Instituições Sem Finalidade Lucrativa   |
| IRC        | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas                                      |
| IRS        | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares                                      |
| IUC        | Imposto Único de Circulação   |
| IVA        | Imposto sobre o Valor Acrescentado  |
| MDF        | Modelos de Demonstrações Financeiras  |
| NCRF       | Norma Contabilística e de Relato Financeiro   |
| NCRF- ESNL | Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo |
| NI         | NI – Normas Interpretativas   |
| OSFL       | Organizações Sem Fins Lucrativos  |
| PCIPSS     | PCIPSS – Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social        |
| SCM        | Santa Casa da Misericórdia  |
| SIC        | Standing Interpretations Committee  |
| SNC        | Sistema de Normalização Contabilística  |
| TOC        | Técnico Oficial de Contas   |
| UE         | União Europeia  |
| UMP        | União das Misericórdias Portuguesas   |

## **Conteúdo**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Resumo .....</b>  | <b>II</b> |
| <b>I - Introdução .....</b>  | <b>1</b>  |
| 1.1. Enquadramento e importância do tema .....                                     | 1         |
| 1.2. Objectivos.....   | 7         |
| 1.3. Metodologia .....   | 8         |
| 1.4. Estrutura da Dissertação .....  | 9         |
| <b>II – Revisão Bibliográfica.....</b>   | <b>10</b> |
| 2.1. Introdução .....  | 10        |
| 2.2. Sistema de Normalização Contabilística - SNC.....                             | 12        |
| 2.3. Enquadramento histórico das IPSS .....  | 14        |
| 2.4. Caracterização das IPSS em Portugal .....                                     | 19        |
| 2.5. Caracterização das IPSS em termos europeus e internacionais .....             | 28        |
| <b>III - Enquadramento legal e normativo das IPSS .....</b>                        | <b>36</b> |
| 3.1. Definição e âmbito das IPSS .....   | 36        |
| 3.2. Enquadramento Jurídico das IPSS.....  | 37        |
| 3.2.1. Formas Jurídicas das IPSS .....   | 37        |
| 3.2.2. Caracterização Jurídica das IPSS.....                                       | 38        |
| 3.2.3. Constituição e Registo das IPSS .....                                       | 39        |
| 3.2.3.1. Constituição de IPSS .....  | 39        |
| 3.2.3.2. Registo das IPSS.....   | 40        |
| 3.3. Especificidades de natureza contabilística, fiscal e financeira das ESNL..... | 43        |
| 3.3.1. Abordagem Contabilística – Breve descrição evolutiva .....                  | 43        |
| 3.3.2. Abordagem fiscal em sede: IRC, IRS, IS, IMT, ISV e IUC.....                 | 45        |
| 3.3.3. As IPSS e o Mecenato – Incentivos fiscais .....                             | 50        |
| 3.3.4. Caracterização geral do regime fiscal e incentivos.....                     | 53        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>3.3.5. Acordos entre o Estado e as IPSS – Comparticipações .....</b>   | <b>53</b>  |
| <b>IV - O Plano de Contas das IPSS (Decreto - Lei n.º 78/89 de 3 de Março), versus SNC .....</b>  | <b>55</b>  |
| <b>4.1. Objectivos do PCIPSS .....</b>  | <b>55</b>  |
| <b>4.2. O PCIPSS.....</b>   | <b>56</b>  |
| <b>4.3. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) .....</b>  | <b>61</b>  |
| <b>4.3.1. NCRF-ESNL .....</b>   | <b>61</b>  |
| <b>4.3.2. PCIPSS versus SNC.....</b>  | <b>71</b>  |
| <b>4.3.3. Os Técnicos Oficiais de Contas e a Harmonização Contabilística.....</b>   | <b>75</b>  |
| <b>V – A importância do Relato Financeiro: Caso “Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor” .....</b>   | <b>77</b>  |
| <b>5.1. Análise Económica e Financeira.....</b>   | <b>80</b>  |
| <b>5.1.1 Balanço.....</b>   | <b>83</b>  |
| <b>5.1.2 Demonstração dos Resultados Líquidos .....</b>   | <b>84</b>  |
| <b>5.1.3 Demonstração dos Resultados por Funções.....</b>   | <b>85</b>  |
| <b>5.1.4 A Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios .....</b>  | <b>86</b>  |
| <b>5.1.5 A Importância do Mapa De Demonstração Fluxos De Caixa .....</b>  | <b>87</b>  |
| <b>5.1.5 Anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pela NCRF –ESNL .....</b> | <b>90</b>  |
| <b>5.2. Estrutura patrimonial e solvabilidade – principais indicadores de desempenho.....</b>   | <b>109</b> |
| <b>5.2.1. Rentabilidade - principais indicadores de desempenho .....</b>  | <b>109</b> |
| <b>VI – Conclusões .....</b>  | <b>114</b> |
| <b>VII – Referências Bibliográficas.....</b>  | <b>117</b> |



## ***I - Introdução***

As IPSS assumem indubitavelmente um papel importantíssimo numa sociedade que vive incessantemente momentos críticos de transformação, incerteza e insegurança, face a uma conjuntura económica de grande complexidade. O crescimento económico específico destas instituições leva obrigatoriamente ao aumento do seu impacto económico e social. Há maior necessidade de obtenção de recursos, logo, por consequência, aumenta a necessidade de uma melhor gestão desses mesmos recursos. A estrutura contabilística e financeira, tanto a nível interno como a nível externo, deve estar preparada para informar correctamente e com transparência de que forma as instituições podem e devem melhorar seus desempenhos, através dos serviços oferecidos no âmbito das suas missões.

### ***1.1. Enquadramento e importância do tema***

Pelo facto destas instituições operarem num mercado em constante mutação, com exigências cada vez maiores, as quais têm de prestar contas, acentua-se a necessidade de evolução e maturação das novas técnicas contabilísticas e de gestão, cujas respostas devem ser compatíveis com o novo sistema de normalização contabilística. Porém, o PCIPSS deverá ir ao encontro de uma nova realidade, o SNC, que presentemente se encontra homologado, através da emissão de novas normas contabilísticas, de acordo com as especificidades das IPSS. Lidar com o SNC, obriga saber a realidade de cada entidade, retratada através da contabilidade. A par destes factos, será de igual importância referir que, a melhoria do relato financeiro destas entidades depende do trabalho realizado necessariamente por técnicos qualificados, responsáveis pela produção de informação pertinente, transparente e fidedigna, que deve ser usada a nível interno das organizações e partilhada com os *stakeholders*, de forma que em conjunto todas as entidades possam melhorar e crescer!

Para Francisco e Alves<sup>2</sup>, “a informação financeira existente é insuficiente para uma correcta avaliação do desempenho das OSFL. As entidades não devem recorrer unicamente aos indicadores internos, devem também proceder à observância de indicadores externos, porquanto a avaliação do desempenho destas instituições é tão importante para os associados, como para os utentes e ou beneficiários, os voluntários financiadores, patrocinadores, etc., pelo que, a necessidade de prestar contas a todos os *stakeholders* é um facto a ter em conta e não a fazer de conta que é importante”.

Há medida que as entidades vão ganhando dimensão, o seu impacto socioeconómico também vai aumentando, mercê do aumento da sua complexidade, importância junto dos utentes e ou promotores.

Nas organizações em termos gerais, o balanço e a demonstração dos resultados informam a posição económica e financeira da organização, em determinado momento, relatando-se os gastos e os rendimentos, confrontando-os com o orçamento. A nosso ver parecem insuficientes. As dúvidas persistem quanto à avaliação dos *stakeholders*. Para estes autores, “há a necessidade de recorrer também a informação não financeira para uma melhor avaliação do desempenho destas organizações”.

Francisco e Alves no desenvolvimento deste estudo, deixam algumas questões também pertinentes para este trabalho, entre várias:

- *Que características deve ter um modelo de prestação de informação aos stakeholders, para que estes avaliem o desempenho das OSFL?*
- *Qual a informação identificada como relevante pelos stakeholders de um OSFL, para a avaliação do desempenho e tomada de decisão face a esta?*
- *É possível a elaboração de um modelo de prestação de informação para a avaliação do desempenho da OSFL que sirva conjuntamente os respectivos stakeholders?*

O crescimento destas organizações produz um maior impacto social, e implica uma maior procura de informação financeira e não financeira, tanto a nível Interno como externo. A prestação de contas, na qual já incluíamos anteriormente os diversos instrumentos financeiros, tais como, o balanço e a demonstração dos resultados, com

---

<sup>2</sup> Artigo consultado em: [http://aeca.es/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xivencuentroaeca/cd/19j.pdf](http://aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/19j.pdf), acedido em 09/07/2011

a introdução do SNC, vai obrigar a detalhar mais a informação, permitindo avaliar o desempenho da organização e também o desempenho dos gestores e consequentemente a sua conduta.

À contabilidade, cabe-lhe um papel fulcral, pois deverá contribuir para que a informação tratada crie condições de sustentabilidade das entidades, tanto a nível social como ao nível económico. Não basta entender... o dia-a-dia das instituições, tem de ser vivido. Tal atitude ajudar-nos-á a explicar, objectivamente, com conhecimento de causa e efeito, determinada realidade social.

A sustentabilidade das instituições é também uma das preocupações mais frequentes que se coloca na conjuntura actual. Há que identificar claramente o verdadeiro papel que cabe às IPSS e ao Estado na prossecução dos objectivos sociais. Apesar das entidades do sector não lucrativo não terem objectivos lucrativos, têm de se financiar, e estes financiamentos devem ser devidamente geridos. As instituições têm ambições legítimas, cada vez mais generalizadas, justificadas no âmbito da protecção social. Têm claramente uma responsabilidade ética e social crescente perante os cidadãos e a sociedade.

Neste sentido, importa salientar que a sua responsabilidade institucional ultrapassa a sua esfera particular, alargando-se o seu horizonte desde níveis locais, até espaços europeus e ou internacionais, porque, além destas instituições darem um contributo na questão de emprego, benefícios sociais, mecenato, também têm de satisfazer as necessidades dos *stakeholders*. Gray defende que a “melhoria das técnicas contabilísticas aumenta significativamente a sustentabilidade social e das finanças, permitindo interacção entre as organizações” (Gray, 2010).

Sendo a eficiência e a eficácia atributos necessários e imprescindíveis nas actividades desenvolvidas e factores de sustentabilidade destas organizações, Carvalho<sup>3</sup> procura respostas à problemática da medição do desempenho das OSFL. Defende que “para medir resultados e desempenhos é necessário criar medidas que permitam avaliar as pessoas e a organização como um todo. Considera que nas entidades com fins lucrativos esta medição é fácil, pois define-se em função do lucro da actividade desenvolvida, enquanto nas OSFL o lucro não é o fim destas organizações, contudo os objectivos são diversos de cariz pessoal, ético e/ou social”. Semelhantes condições

---

<sup>3</sup> Artigo titulado de “O Desempenho nas Organizações sem fins lucrativos”, Instituto Superior da Maia, acedido em 27/12/2011, <http://www.ismai.pt/NR/rdonlyres/CC263BA1-CF6F-4B91-85AA-C4AB2EA716C3/0/ODesempenhonasOrganiza%C3%A7%C3%B5esSemFinsLucrativos.pdf>

dificultam a avaliação do desempenho. Considera ainda que, devido à complexidade destas entidades, um sistema adequado é o *balanced scorecard*<sup>4</sup> (BSC) adaptado, porque este sistema em função da missão realiza um estudo de todas as partes interessadas, bem como da sustentabilidade das suas actividades.

Kaplan (citado por Rodrigues, 2009:32-34), executou uma adaptação do BSC às OSFL, referindo que esta metodologia constitui uma ferramenta útil no estudo da sustentabilidade destas entidades. Considera que a análise da perspectiva financeira é deveras importante, argumentando que o sucesso da missão depende dos recursos financeiros e da forma como estão a ser geridos. O BSC deverá realizar as necessárias adaptações. Enquanto nas entidades com fins lucrativos a tónica coloca-se na maximização do lucro, nas OSFL, a missão destas passa a ser o principal objectivo. A perspectiva financeira será estudada e avaliada na perspectiva da maximização dos recursos, em vez da maximização do lucro. A missão das OSFL assume-se com a melhoria continua dos serviços prestados. “É necessário que exista consonância entre os resultados obtidos e a missão” (Rodrigues, 2009).

Acreditamos que a melhoria das práticas contabilísticas é fundamental, porque além de serem instituições sociais, também são instituições económicas, as quais podemos “mensurar”, através de um bom sistema contabilístico e de gestão.

No 2.º congresso das misericórdias<sup>5</sup> do Norte, realizado na cidade de em Vila Real, em Maio de 2006, foi abordado o tema “*As Misericórdias hoje na comunidade*”, tendo sido debatidos diversos temas, dos quais, a sustentabilidade das misericórdias hoje na comunidade. Foram várias as entidades que intervieram, abordando a realidade actual e futura, contribuindo para o melhoramento e sustentabilidade das misericórdias portuguesas. Várias frases foram dirigidas, cujos conteúdos, marcaram o congresso, das quais destacamos algumas, que retratam as misericórdias como entidades

---

<sup>4</sup> **Balanced Scorecard** é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School, Robert Kaplan e David Norton, em 1992. Os resultados de uma entidade são baseados em quatros perspectivas que reflectem a visão e a estratégia empresarial. As perspectivas são: Financeira, Clientes, Processos internos e Aprendizagem e crescimento.

Consultado na internet em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Balanced\\_scorecard](http://pt.wikipedia.org/wiki/Balanced_scorecard), em 19/02/2012

<sup>5</sup> Os congressos têm sido organizados pela União das Misericórdias Portuguesas, de cada qual é elaborado um livro, designado “Actas do Congresso”, onde se descreve cada discurso, cada debate, efectuado no congresso, para memória futura. Nos congressos normalmente participam, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, ministro da Saúde, ministro da Educação, os representantes da União das Misericórdias Portuguesas e todos Provedores representantes das misericórdias portuguesas, entre outras personalidades.

supremas no combate à desigualdades económicas e sociais: *“As misericórdias não são apenas o património dos seus membros, das comunidades a que pertencem, mas são, património da comunidade Portuguesa”* (Martinho, 2006:62); *As misericórdias portuguesas podem e devem encontrar formas de sustentabilidade, ... que passa pelo apoio público e simultaneamente manter a sua independência, autonomia, como mostra a sua história* (Martinho, 2006:62); *Existe a necessidade que o Estado se assuma cada vez mais como um parceiro, e cada vez menos como a entidade tutelante,* (Martinho, 2006:64); *As necessidades sociais crescentes, não são acompanhadas ao ritmo do financiamento público. Neste sentido as misericórdias têm de idealizar alternativas inovadoras* (Reis, 2006:33); *As misericórdias para ganharem a confiança do Estado devem melhorar os mecanismos da gestão interna, até porque o século XXI, será um século explosivo no crescimento social das organizações não lucrativas* (Tavares, 2006:78).

Tal como Tavares (2006), consideramos que na actual conjuntura nacional e da Europa, as misericórdias têm e podem ter um papel ainda mais importante e decisivo na criação de emprego, no crescimento do voluntariado, através da criação de novos programas, cujas linhas de acção e orientação promovam a solicitação aos reformados capacitados da sua ajuda voluntária, visto encontrarem-se na situação de aposentados. A criação de novos modelos de funcionamento entre o Estado e as famílias dos utentes, factos aliados a muitos outros, podem permitir a sustentabilidade. Drucker (citado por Tavares, 2006: 78), refere *“A tarefa mais importante do líder não é apenas combater as crises é saber evitá-las e antecipá-las”*. Pelo que temos de realizar mudanças, adaptações, usando a vontade, as capacidades técnicas pessoais e profissionais, e não estarmos completamente dependentes do Estado. Mas sim dinamizando a cooperação entre o Estado e as instituições, de forma a acompanhar a evolução da realidade, dando resposta em tempo útil, aos problemas sociais emergentes com critérios de qualidade e equidade.

Já no IX congresso Nacional das Misericórdias, 2010 em Braga, mais uma vez referimos Tavares (2010:247-255), que enaltece a importância das misericórdias no actual contexto, na procura de soluções que ajudem a comunidade e o Estado a vencer as dificuldades diárias, criando uma cultura de solidariedade, o qual propõe algumas sugestões, tais como:

- *A criação de um fundo de apoio social com verbas oriundas dos jogos gerido pela SCM Lisboa;*

- O financiamento das IPSS, tenham critérios subjacentes ligados ao desempenho e qualidade de serviços;
- A criação de um conceito de empresa não lucrativa, dinamizando a economia social;
- A criação de um estatuto de voluntariado, valorizando em termos de segurança social;
- A criação de uma rede de voluntários aposentados, mas disponíveis que possam continuar a contribuir para o bem-estar da comunidade;
- O reforço do mecenato social;
- Novas políticas que permitam valorizar a família;
- E por fim a necessidade de actualização do estatuto das IPSS, designadamente o Decreto-Lei n.º 119/83.

Neste mesmo congresso, a necessidade de actualização do Decreto-Lei n.º 119/83, foi também referida, pelo Dr. Rebelo de Sousa, aquando da sua intervenção.

Reis (2010:267-274) refere “que cada misericórdia tem de encontrar o seu modelo de sustentabilidade, com base na sua realidade económica e social, reformulando novos modelos de auto-financiamento. As instituições têm de melhorar os seus modelos internos de gestão, utilizando rigor com o Estado e com a sociedade civil”. Carneiro (2010:299-318) “alvitra a necessidade de desenvolvimento de uma gestão socialmente responsável, com a necessária transparência nas acções, pelo que diz ser necessário a disponibilização periódica e para conhecimento público, os relatórios onde esteja descrita a evolução e o desempenho das entidades”.

Como resultado final, as opiniões são únicas e indivisíveis. Deve coexistir uma dinâmica entre as instituições do terceiro sector ou sector da economia social e instituições governamentais, de forma que, em conjunto e articuladamente possam acompanhar a realidade social e responder com prontidão às dificuldades existentes. Os resultados devem ser medidos não em termos monetários, mas sim em termos sociais, contudo, a sustentabilidade das entidades do terceiro sector depende da obtenção dos mecanismos económicos que as subsidiem, tornando-as autónomas e dinâmicas, na prossecução dos seus objectivos. Julgamos que uma boa gestão, acompanhada de um bom sistema contabilístico, faz a ligação entre os elementos internos e externos...permitindo rentabilizar e maximizar os recursos necessários às

necessidades económico-sociais. As Misericórdias são um exemplo desta perspicácia e de adaptação à realidade, daí existirem há mais de 500 anos.

## 1.2. *Objectivos*

Neste trabalho, além de apresentarmos os vários requisitos, relativos aos elementos formais, jurídicos, contabilísticos e fiscais, nomeadamente, a nível da constituição, implementação e desenvolvimento das entidades sem fins lucrativos, procuraremos focar e explicar a importância da existência de um bom sistema contabilístico e de gestão. Eis algumas dos objectivos que preconizamos:

- A implementação de um sistema contabilístico eficiente de apoio à gestão, que permita o bom relacionamento destas entidades com o Estado e utentes, tornando-se o terceiro sector num sector que possa vir a ser internacionalmente a chave de resolução de muitos dos problemas económicos e sociais;
- Reforçar um sistema de gestão capaz de gerir um sistema complexo, com capacidade de gerir grandes orçamentos, prestar serviços de acção social e celebrar acordos com o Estado, etc.;
- Elevar a uma gestão mais transparente, melhorando o relato financeiro, e consequentemente implementar a melhoria no diálogo entre as instituições, governo e utentes.

Em suma, com este trabalho, desejamos contribuir largamente para o melhoramento de uma gestão mais transparente e mais eficaz, e ao mesmo tempo, responder às questões de partida para a nossa investigação:

1 – Os modelos actuais de relato da informação financeira são os mais adequados aos conceitos de uma gestão mais eficiente e mais eficaz?

2 – Estarão os técnicos preparados para novos modelos de gestão?

3 – Um modelo de gestão internacional terá o mesmo impacto a nível dos diferentes países?

### 1.3. Metodologia

Devido à diversidade e complexidade crescente dos problemas sociais, económicos e financeiros, com que as IPSS se debatem, será difícil adoptar ou indicar uma metodologia devidamente segmentada, pelo que, será mais correcto dizer-se que esta dissertação resultará na observação e/ou no estudo da legislação existente e doutros trabalhos científicos, seguindo-se a introdução de um estudo de caso: Caso “Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor”, de índole contabilística, social e económica.

Procurar-se-á, através dos dados contabilísticos, realizar uma análise quantitativa em PCIPSS/NCRF-ESNL, ao nível do enquadramento das IPSS, bem como uma análise qualitativa, através de uma descrição, e o necessário enquadramento histórico, económico e social das IPSS, tomando, como exemplo, a principal instituição supracitada, ou seja, o estudo de caso.

Na primeira parte deste trabalho, vamos proceder ao enquadramento histórico, social e político das IPSS, desde as suas origens, até aos nossos dias, e à revisão da literatura existente, focalizando alguns aspectos de comparabilidade internacional (Carella, Gurrieri, & Lorizio, 2007; Salamon & Anheier, 1998). Será feito o enquadramento legal, estatutário e normativo das instituições sem fins lucrativos, a análise da importância destas instituições, que servem a colectividade, através da prestação dos serviços sociais, naturalmente previstos e legislados na constituição.

Também vamos analisar os diferentes diplomas legais, analisando a forma como estas instituições são financiadas e controladas por fundos públicos, através de acordos de cooperação, esclarecendo-se, assim, o seu enquadramento, quanto à divisão do sector privado e sector público, na relação com o Estado e a segurança social.

Por último, relativamente à parte prática, vamos apresentar o estudo de caso “Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor”, onde vamos apresentar um conjunto significativo de ilustrações do sistema implementado e das técnicas de contabilidade e de gestão, mostrando as diferenças actuais existentes, entre o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS 2010) e o conjunto de alterações introduzidas em 2011, com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL), conforme consagra o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 e se refere no n.º 2 do seu artigo 1.º, de 9 de Março.



As diferenças mais visíveis têm a ver com as seguintes tarefas:

- Análise da prestação de contas;
- Análise aos procedimentos contabilísticos e fiscais;
- Análise da elaboração do Orçamento;
- Análise às metodologias de gestão utilizadas;

Será utilizada uma metodologia qualitativa e quantitativa, com recurso de medições, e elaborações estatísticas, pelo Excel.

#### *1.4. Estrutura da Dissertação*

Este trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos:

- No capítulo 1, fazemos a apresentação da dissertação, discernindo na generalidade os aspectos mais relevantes do tema e do enquadramento;
- No capítulo 2, objectivamos uma revisão bibliográfica acerca das IPSS nos contextos nacional, europeu e internacional, e uma descrição dos trabalhos de estatísticas elaboradas acerca do terceiro sector, bem como uma breve descrição histórica do surgimento das misericórdias em Portugal.
- No capítulo 3, realizamos especificamente um enquadramento legal, normativo e contabilístico das IPSS;
- No capítulo 4, efectuamos uma análise aos sistemas contabilísticos propostos pelo PCIPSS e pelo actual SNC-ESNL, sendo o exercício de 2010 o período em que coexistem os dois sistemas;
- No capítulo 5, apresentamos o estudo de caso “A Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor”, estabelecendo uma análise económico-financeira e mostrando as principais diferenças ao nível do relato financeiro, entre o anterior sistema e o actual, decorrentes da introdução e da aplicação do SNC-ESNL;

Por fim, no capítulo 6, são apresentadas as conclusões desta dissertação.

## II – Revisão Bibliográfica

### 2.1. Introdução

Conforme o artigo 80.º da Constituição da República Portuguesa, a actual organização económica, social e política da nossa sociedade compreende três sectores coexistentes: o sector público; o sector privado; o sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção. É no sector cooperativo e social que se enquadram as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), instituições sem fins lucrativos de iniciativa privada.

Este sector é designado por terceiro sector, sector da sociedade civil, sector voluntário, sector intermédio, sector independente, sector da economia social, entre outras designações, que engloba um conjunto de organizações, com diferentes formas jurídicas.

*“As Ipss constituem apenas uma categoria de organizações não lucrativas, ou entidades sem ânimo ou escopo lucrativo e de interesse geral, non profit organization (NPO), na terminologia anglo-saxónica.”*

Lopes, L.(2009: 209)

*“Nas instituições do terceiro sector compreendem-se as organizações com finalidade que se dirá também de natureza económica, mas sem o fim do lucro. Integram esse sector as instituições de cariz económico-social não pertencentes, nem ao primeiro sector (o público) nem ao segundo sector (o privado s.s.)”*

Ferreira (Revista TOC, Fevereiro 2006)

“Em Portugal podemos distinguir dois grandes grupos de instituições. Por um lado, existem instituições de origem canónica e ou religiosa, tais como, as misericórdias, por outro lado, existem as mutualidades e cooperativas associadas ao movimento liberal e socialista do séc. XIX” (OTOC, SEG2611:9).

Estas instituições pertencentes ao terceiro sector têm vindo a ganhar interesse por parte da investigação (Carella, et al., 2007; Franco, 2004; Salamon & Anheier, 1998), devido ao aumento do número de entidades não lucrativas, nos países desenvolvidos. Este crescimento pode explicar-se pela sua actuação em três áreas distintas (Carella, et al., 2007):

- a) *Expansão dos serviços sociais, através do patrocínio da caridade e serviços sociais;*
- b) *O crescimento das organizações sem fins lucrativos (OSFL), deve-se à incapacidade do Estado responder às necessidades sociais;*

- c) Sendo as OSFL, cujo objectivo não é obtenção de lucro, não entram em concorrências com as entidades com finalidade lucrativa.

Tem-se vivido ao longo dos tempos numa economia em constante mutação, que necessita urgentemente de respostas rápidas e eficientes. Assim sendo, neste contexto, as IPSS relevam uma grande importância pela prossecução dos seus objectivos altruístas, verificando-se, ano após ano, uma tendência crescente do número de instituições.

Estas instituições enquadram-se numa sociedade que actualmente vive momentos de incerteza, insegurança, desemprego, salários baixos, reformas reduzidas e dificuldades dos jovens no mercado de trabalho. Por estes factos, as IPSS assumem um papel muito importante na realização das missões a que se propõem realizar, tal como, a misericórdia,<sup>6</sup> em estudo, *“contribuindo com as suas obras sociais, trabalhando com crianças, idosos e indivíduos carenciados ao nível económico e social, tentando levar a esses grupos, apoio afectivo, valorizando as suas histórias de vida, numa atitude de aceitação e respeito pela individualidade de cada um”*.

Estas organizações tornaram-se elementos indispensáveis dentro da economia de países em todo o mundo (Olson, Belohlav, & Boyer, 2005).

É no seguimento deste crescimento e necessidades que é importante quantificar, qualificar e relevar através de um bom sistema contabilístico e fiscal, mostrando a sua elevada importância na nossa sociedade.

Neste enquadramento, a contabilidade não se define apenas como um mero conjunto de práticas de registo das operações contabilísticas para apoio à gestão, mas como um conjunto elaborado e orientado de programas, apoios, intervenções, incentivos e demais acções levadas a cabo por estas instituições, que caracterizam bem as relações entre a Contabilidade e o Estado (Hopwood & Miller, 1994; Miller, 1990).

A disponibilidade de informação financeira, é importante para que os *stakeholders* acreditem na boa organização das entidades e continuem acreditar na boa-fé destas instituições na prossecução dos seus objectivos. Na norma contabilística financeira n.º 117 e na declaração contabilística financeira n.º 1 do FASB (Financial Accounting Standards Boards) reconhecem a importância da informação financeira relativamente à satisfação dos interessados, bem como à avaliação da performance dos gestores (Behn, DeVries, & Lin, 2010).

---

<sup>6</sup> <http://www.misericordiavilaflor.com/main.php?instituicao>.

As OSFL têm como missão proporcionar benefício público, mas dependem das doações e da confiança dos *stakeholders*. “A existência de administradores e ou gestores ao serviços destas entidades, com salários altos ou salários adicionais, por comparação com outros sectores, reduzem a confiança pública”. Mais uma vez se realça a importância da transparência contabilística das contas, como forma de sustentabilidade e melhoria das suas capacidades de exercício, das suas missões (Frumkin & Keating, 2010).

A não distribuição de lucro é um facto fundamental, que caracteriza estas instituições como entidades sem finalidade lucrativa, cujos lucros serão reinvestidos de forma a obter mais benefícios, em pró dos utentes e dos grupos de pessoas carenciadas. No entanto a qualidade da liderança destas organizações sem fins lucrativos também deve ser motivada e mantida, baseada na ética e altruísmo dos administradores ou gerentes (Frumkin & Keating, 2010).

Já Payne constata que os subsídios do Estado para as organizações sem fins lucrativos têm diminuído drasticamente, aumentando as doações privada, pelo que, a transparência das contas é na nossa opinião um conceito que se alia à sustentabilidade das ESNL (Payne, 1998).

Segundo Franco (2004:5), a prestação de contas é um factor muito importante para os utilizadores e financiadores, existindo diversas motivações<sup>7</sup> para prestar contas, motivações de ordem moral, ordem política, ordem económica. Apesar de fornecer informação, nem sempre esta é clara, quanto a se saber se o dinheiro está ser bem aplicado ou não. Daí a prestação de contas poder desempenhar um papel importante.

## 2.2. Sistema de Normalização Contabilística - SNC

O actual normativo, a saber, o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, permite-nos alinhar com as novas tendências normativas a nível internacional. Numa primeira fase não revogou o plano oficial de contas utilizado pelas entidades sem fins lucrativos, pelo facto do SNC estar vocacionado numa primeira fase para as entidades com finalidade lucrativa.

---

<sup>7</sup> - Motivação ordem moral – Ser transparente e capaz de prestação de contas em termos deontológicos;

- Motivação ordem política – Procura de uma credibilização crescente

- Motivação de ordem económica – Maior transparência e capacidade de prestar contas

As OSFL estiveram de forma transitória sujeitas ao Plano Oficial da Contabilidade. Através do Despacho n.º 9292-A/2010, foi constituído um grupo de trabalho, para um melhor enquadramento contabilístico das entidades sem fins lucrativos, com vista à regulamentação de normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (ESNL). Assim, em 9 de Março de 2011, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que integra o sistema de normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, revogando os planos de contas sectoriais, que se baseavam no Plano Oficial de Contabilidade (POC):

- O Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 78/89, de 3 de Março;
- O Plano de Contas das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 295/95, de 17 de Novembro;
- O Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 74/98, de 27 de Março.

Mantiveram-se inalterados os planos sectoriais baseados no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Tal como se define no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, a criação de regras contabilísticas próprias explica-se pelo número de instituições existentes, e pelo peso que desempenham na nossa economia, que justificam por si, a necessidade de transparência das suas actividades, prestando informação fidedigna sobre a gestão e resultados das suas actividades. Além do facto de que estas instituições se auto-financiam através do seu património, é certo que também se relacionam com o Estado e com patrocinadores, torna-se desta forma indispensável uma gestão transparente e fidedigna.

Acreditamos que com este novo enquadramento contabilístico nacional, o mesmo possa contribuir com vital importância ao nível interno das entidades para a melhoria das práticas contabilísticas e de gestão, no enquadramento comparativo destas entidades, com outros normativos de outros países, pertencentes ao terceiro sector.

Para percebermos de que forma evoluíram no quadro histórico, dentro da nossa economia social, com ênfase no interesse colectivo, julgamos ser importante conhecermos um pouco da história destas instituições.

### 2.3. Enquadramento histórico das IPSS

As IPSS, instituições sem fins lucrativos, criadas por iniciativa privada, tem um passado longínquo. A sua história remonta ao período conhecido como “Alta Idade Média”, mais precisamente ao século XII, e caracteriza-se pela prática de serviços de assistência.

Fernando da Silva Correio (citado por Lopes, 2009:19), no seu livro *“Origens e formas de misericórdia portuguesa”*, distingue seis períodos na história da Assistência: o primeiro período corresponde à época anterior à Idade média<sup>8</sup>, período anterior ao surgimento do cristianismo; o segundo período enquadra-se na alta idade média (até ao séc. XIII), caracterizando-se pela expansão do cristianismo; o terceiro período é conhecido pelo chamado movimento do renascimento, que se caracteriza pelo fim da idade média e início da idade moderna (fins do séc. XIII e meados do séc. XVII); o quarto prolongar-se-ia até à revolução francesa, acontecimento que é considerado ter dado origem ao início da idade contemporânea; o quinto caracteriza-se pelo início dos primeiros trabalhos de assistência (séc. XX); e por último, o sexto período, caracteriza-se pelo desenvolvimento dos serviços sociais de assistência, até aos nossos dias.

A partir do século II e III d.C., há um crescimento destas instituições, que se traduz em associações de pessoas com um fim comum. Geralmente agrupam-se de acordo com as suas profissões ou então associam-se, devido a situações de calamidade, como, por exemplo, doença, fome, miséria, etc. Além destas associações surgem as chamadas confrarias, crescendo em número, alargando-se pelo mundo cristão, associadas à prática de caridade (Lopes, 2009: 22).

As confrarias segundo Correia, no seu livro *“Origens e formas de misericórdia portuguesa”*, citado por Lopes (2009:22-23), “eram associações que muitas vezes agrupavam um conjunto de pessoas de diversas profissões que praticavam a caridade

---

<sup>8</sup> A **Idade Média**, **Idade Medieval**, **Era Medieval** ou **Medievo** foi o período intermédio numa divisão esquemática da História da Europa, convencionada pelos historiadores, em quatro "eras", a saber: a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea. Este período caracteriza-se pela influência da Igreja sobre toda a sociedade. Esta encontra-se dividida em três classes: clero, nobreza e povo. Ao clero pertence a função religiosa, é a classe culta e possui propriedades, muitas recebidas por doações de reis ou nobres a conventos. Os elementos do clero são oriundos da nobreza e do povo. A nobreza é a classe guerreira, proprietária de terras, cujos títulos e propriedades são hereditários. O povo é a maioria da população que trabalha para as outras classes, constituído em grande parte por servos. O sistema político, social e económico característico foi o feudalismo, sistema muito rígido em progressão social, ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Idade\\_M%C3%A9dia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Idade_M%C3%A9dia), consultado em 05-06-2011).

ou piedade e acudiam às necessidades. As confrarias eram entendidas de duas formas, uma de natureza civil e outra de natureza religiosa. A sua natureza civil corresponderia à sua parte profissional e sua natureza religiosa tratava de interesses religiosos e espirituais. Assim, definia-se “Confraria<sup>9</sup>” como sendo “associações de pessoas da mesma profissão, com a missão de realizar obras de misericórdia. Ligado à caridade está sempre presente o elemento religioso. As confrarias medievais seriam então associações religiosas, como se encontra escrito no código de direito canónico de 1917, onde nos cânones 685 e 707, se define a confraria ou irmandade como “*associações religiosas*”, ... com a finalidade de obras de caridade, e promoção culto católico” (Lopes, 2009:24).

“Este agrupamento associativo de pessoas, com objectivos comuns de solidariedade social e religioso, relevam também a sua importância política, na medida em que os seus interesses estão associados ao da monarquia. O surgimento destas instituições traduzem de certa forma o poder político, porque estava pendente a aprovação dos estatutos da prévia autorização” (Lopes 2009: 27).

No final da idade média, as instituições ganham força, na relação da assistência com o poder político.

No final da idade média, começa a surgir a ideia de nacionalismo. O poder soberano ganha legitimidade, o monarca surge como principal regulamentador e à volta deste um corpo de funcionários, ao qual se vai designar de “Estado”. É no seguimento desta institucionalização, que as actividades de assistência de solidariedade se distribuem por toda a comunidade, associando-se ao poder político e social.

A partir de 1446, época que fica conhecida pela reforma de “Quinhentos”<sup>10</sup>, fica definido o poder das igrejas, em relação às instituições de assistência fundadas por

---

<sup>9</sup> **Confraria**, Associação, na qual os seus membros em condições de igualdade, quanto aos encargos e benefícios, seja qual for a procedência social, propõe-se a atingir determinados objectivos (religiosos, económico-sociais, culturais). A sua origem remonta ao império romano. As confrarias proliferam desde a idade média, havendo confrarias corporativas profissionais, e confrarias canonicamente erectas, ..., para o culto, para o ensino, de assistência (misericórdias), Moderna Enciclopédia – Universal, página 282.

<sup>10</sup> “**O Quinhentos**”...Assim como para a religião, a política e o pensamento filosófico e científico, também para a arte o Quinhentos é um século altamente dramático, cheio de contrastes: da transformação de todos os valores nascem as ideias sobre as quais se funda a estrutura cultural da Europa moderna. É o século das “reformas” A “reforma” protestante leva a Igreja Católica a rever as suas estruturas e sua conduta: a religião não é mais revelação de verdades eternas, mas busca ansiosa de Deus na alma humana; não é mais obediência a uma autoridade, mas escolha que implica a responsabilidade do indivíduo diante de Deus....informação disponibilizada em: [http://www.ia.unesp.br/docentes/percival/pdf\\_oquinientos.pdf](http://www.ia.unesp.br/docentes/percival/pdf_oquinientos.pdf), consultado em 20/03/2011.

leigos<sup>11</sup>. Em 1514, a assistência em termos legislativos foi objecto de uma reestruturação. A actividade da assistência foi regulada e definida através da actividade do Estado, na sua gestão. Desta reestruturação surge um único texto com as disposições normativas existentes na época acerca das assistências. Fica então regulamentado o poder do Estado no controlo e fiscalização na gestão destas instituições (Lopes, 2009:32-33).

O século XV fica marcado por grandes alterações religiosas, as preocupações religiosas aumentam. Os leigos que possuíam riqueza, mandavam realizar missas, erigir capelas de forma a limpar os seus pecados. Surgem assim associações de fiéis (confrarias), que praticam culto religioso, sendo a esmola uma prática religiosa (Sá, 2008:12). No final do século XV, identificaram-se a existência de 4 tipos de instituições: albergarias, hospitais, gafarias ou leprosarias e mercearias. É de realçar que, destas instituições, apenas os hospitais subsistem nos dias de hoje. As albergarias, hospedavam os pobres, as gafarias ou leprosarias e mercearias funcionavam como uma obrigação religiosa, que os indivíduos tinham para salvação da alma ou pela saúde de alguém Lopes (2009:23). Ao longo do século XVI cresceram o número de instituições de assistência, as quais se designaram de “Misericórdias”, tendo estas, um papel primordial na questão da assistência, Lopes (2009:34).

O poder político desenvolveu mecanismos de tutela nos pontos com interesse nas instituições de assistência, na qual destacamos, os referidos por Lopes (2009:37), *“poderes de vigilância e controlo de gestão corrente, concretizando entre outros meios, através da fiscalização, inspecção e exigência de prestação de contas”*. A forma de prestar contas já era uma preocupação da altura. E no séc. XVIII (1778), o poder político determina que a SCM de Lisboa teria de remeter ao rei um balancete com as contas do mês, no qual, a partir de 1820, passaram a ser publicadas, no Diário do Governo, as receitas e as despesas (Lopes, 2009:39).

A primeira misericórdia em Portugal, datada de 1498, foi a Misericórdia de Lisboa.

Nela realça-se que os estatutos, os titulados “Compromissos”, foram elaborados de acordo com o poder político e com as normas jurídicas existentes.

---

<sup>11</sup> **Leigo** - adj. e s.m. Que ou aquele que não tem ordens sacras, que não é eclesiástico; laical. Fig. Que ou aquele que é estranho ou alheio a um assunto, que não é perito nem entendido em determinadas questões ou profissões, disponível em <http://www.dicio.com.br/leigo/>, consultado em 20/03/2011.



Assim, podemos depreender que as misericórdias tiveram o seu início no século XV, apesar da “assistência” ter existido desde os primórdios da nacionalidade.

O “compromisso” era um texto que indicava a importância das obras de misericórdia, para a prática religiosa dos leigos, nome que se mantém até aos nossos dias. Este texto dividia-se em duas partes. Primeiro enunciava as obras espirituais de misericórdia e em segundo as obras corporais, 14 obras de misericórdia (Freire, 1995:10):

|  |   |
|--|---|
| <i>As 7 obras Espirituais são:</i> <ul style="list-style-type: none"><li>- Dar bom conselho a quem pede;</li><li>- Ensinar os ignorantes;</li><li>- Corrigir os que erram;</li><li>- Consolar os que estão tristes;</li><li>- Perdoar as injúrias;</li><li>- Suportar com paciência as fraquezas do nosso próximo;</li><li>- Rogar a Deus pelos vivos e pelos defuntos</li></ul> | <i>As 7 obras Corporais são:</i> <ul style="list-style-type: none"><li>- Dar de comer a quem tem fome;</li><li>- Dar de beber a quem tem sede;</li><li>- Vestir os nus;</li><li>- Acolher os errantes;</li><li>- Visitar os doentes;</li><li>- Remir os cativos;</li><li>- Sepultar os mortos</li></ul> |
|--|---|

Foi com a criação das Misericórdias que, a nacionalidade portuguesa afirmou-se na solidariedade nacional e se estendeu pelo mundo através do crescimento do império marítimo português (Freire 1995:7). “Foi a primeira rede de solidariedade europeia criada, com princípio, meio e fim em Portugal, no século XVI” (Tavares, 2010:78).

As principais formas jurídicas das IPSS são as Santas Casas de Misericórdia ou Irmandades das Misericórdias. A primeira em Portugal, como já foi referido, foi fundada em 15 de Agosto de 1498, com a criação da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, por iniciativa da Rainha D. Leonor e do Frei Miguel Contreinares.

Esta Confraria, a primeira misericórdia, foi criada numa das capelas do claustro da Sé de Lisboa, “A Capela da Piedade”, que ainda hoje existe. Seguiram-se várias misericórdias portuguesas, como é o caso da Misericórdia do Porto e de Guimarães.

Foi com a iniciativa de D. Leonor, em Agosto de 1498, ao fundar a primeira misericórdia, que estas multiplicaram-se pelo país, traduzindo-se na assistência privada. Pode mesmo dizer-se que se assiste à primeira reforma da assistência.

Com a fundação da Casa Pia em Lisboa, nos finais do século XVIII, dão-se os primeiros passos para assistência pública, mas neste período não se revela com sucesso. No século XIX, assiste-se ao aparecimento de um movimento mutualista, surgindo inúmeras associações na segunda metade do século, tendo como finalidade a assistência nos cuidados médicos, atribuindo-se aos necessitados prestações pecuniárias às situações de incapacidade. Mas a falta de resposta no que se refere ao problema da velhice, resolveu-se somente no final do século XIX, com o surgimento das primeiras caixas de aposentações, e só em 10 de Maio de 1919, é que assistimos à tentativa de instituição de um sistema de seguros para trabalhadores por conta de outrem....

Em 1500, contaram-se 23 Santas Casas de Misericórdia. As Confrarias são assim uma organização social, de iniciativa religiosa, com o papel social, pela prática de actos de misericórdia, para com os pobres ou pessoas desfavorecidas.

Com os descobrimentos portugueses, as misericórdias espalharam-se por todo o mundo. Em 2000 estavam activas 384 misericórdias, equipadas com equipamentos sociais, respondendo à problemática das necessidades sociais, tais como: lares de terceira idade, apoio domiciliário, centro de dia, jardins-de-infância, creches, etc. Não admira que com toda a diversidade de valências sejam consideradas as misericórdias, “as instituições mais dinâmicas e as entidades mais empregadoras” (Guimarães e Lopes, 2008:131).

No ano de 2010, encontravam-se inscritas 384 Misericórdias, todas constituídas sob a ordem jurídica canónica, e encontram-se inscritas na União de Misericórdias Portuguesas, instituição criada em 1974, e confederadas com as misericórdias internacionais, na Confederação Internacional das Misericórdias<sup>12</sup>, desde 1979.

Presentemente existem duas organizações, a União Europeia das Misericórdias e a Confederação Internacional das Misericórdias que reúnem as Santas Casas de todo o mundo e das quais também faz parte, enquanto entidade fundadora, a UMP.

Actualmente as Santas Casas de Misericórdia têm aumentado em número reduzido, que se justifica, pelo facto das SCM existentes terem melhorado significativamente os seus serviços e o seu valor patrimonial, podendo abarcar um maior número de

---

<sup>12</sup> A nível europeu a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), foi criada em 1976, logo a seguir às manifestações de ordem social do 25 de Abril de 1974 e da “nacionalização” dos hospitais das Misericórdias consumada pelo Decreto-Lei n.º 618/75 de 11 de Novembro de 1975 e integra a União Europeia das Misericórdias, e a nível internacional também faz parte da Confederação Internacional das Misericórdias, de ambas, as quais foi promotora e co-fundadora. Consultado na internet em <http://www.ump.pt/>... Acedido em 27/12/2011.

utentes. Cerca de 85% das SCM têm pelo menos uma valência para idosos. Outro exemplo, a SCM do Porto, em 1993, empregava 800 pessoas e movimentava cerca de 25 milhões de euros, considerada a maior do mundo.

Alem das Misericórdias, os centros sociais e paroquiais, são as associações ligadas à igreja católica, criadas com o objectivo do bem-estar social. São consideradas as segundas IPSS mais antigas. As associações de socorros mútuos ou mutualidade tiveram a sua importância na intervenção social, mas perderam a sua importância, pois o seu principal fim, o “fundo”, foi deslocado para outras entidades, como, por exemplo, o Montepio Geral.

As associações de solidariedade social de iniciativa privada tiveram o seu início após 1974. Estas instituições são as que se encontram melhor preparadas para dar respostas aos actuais problemas sociais e encontram-se reguladas na Constituição da República Portuguesa. Delas descrevê-las-emos em pormenor mais frente.

#### *2.4. Caracterização das IPSS em Portugal*

As IPSS têm um peso significativo na nossa economia. Reforçam a importância e transparência de todas as actividades desenvolvidas. Impõe-se a necessidade de prestar informação clara e fidedigna, acerca dos bens ou dos recursos geridos, bem como das actividades desenvolvidas.

A actividade desenvolvida pelas IPSS, apesar de se enquadrarem num ambiente de cariz económico-social, desenvolvendo actividades com objectivos de bem-estar social, não tem como objectivo a obtenção de lucro. Podemos dizer que prestam serviços, que as entidades de cariz económico e de finalidade lucrativa de forma generalizada não prosseguem. Daí poder falar-se de uma economia social. Pois colocam a tónica no interesse colectivo e na relação destas com o Estado. Lopes denomina o chamado terceiro sector como sinónimo de sector de economia social (Lopes, 2009:210). As IPSS enquadram-se no sector não lucrativo, residindo entre o sector público e privado.

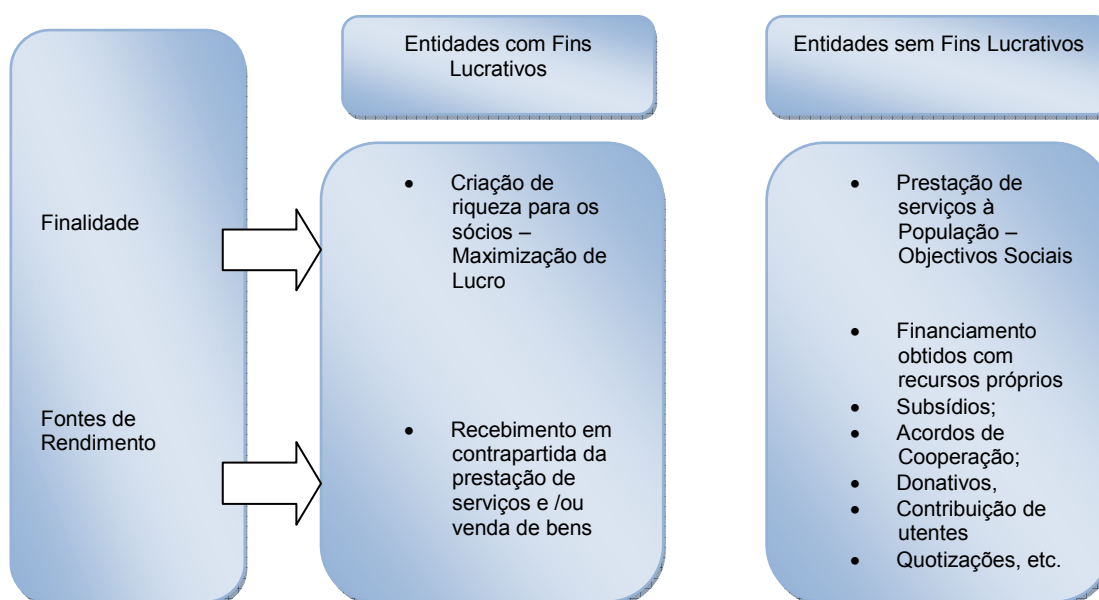
As IPSS estão de certa forma dependentes do Estado, através de apoios financeiros, exercendo tutela sobre os objectivos subjacentes à missão das IPSS. Exerce controlo e fiscalização das IPSS, através dos seus relatórios e orçamentos.

O Estado através dos serviços de Segurança Social estabelece acordos de cooperação com as IPSS, previstos no artigo 4.º do EIPSS, pois o Estado não consegue dar resposta a todas as necessidades das populações. E sendo estas

cooperações restritas, significa que é mais vantajoso para o Estado esta forma de resolver os problemas sociais. Exercendo o Estado tutela, podemos questionar em que medida estas entidades são independentes, tendo em conta a necessidade de apoio por parte do Estado? Serão estas auto-subsistentes? A gestão praticada actualmente será capaz de nos elucidar!? Ao longo deste trabalho, será um dos objectivos contribuir para um melhor entendimento da necessidade de melhoramento de informação, com todos os requisitos qualitativos necessários da informação.

As principais diferenças no nosso entender entre entidades com finalidade lucrativa e entidades sem finalidade lucrativa podem ser resumidas quanto à sua finalidade e às fontes de rendimento, como podemos analisar através do esquema apresentado:

Fig. n.º 1) Entidades com fins lucrativos versus Entidades sem fins lucrativos



Fonte: Elaboração própria

Os destinatários de informação financeira das entidades sem finalidade lucrativa são todas as entidades com interesses sociais e que contribuem com recursos, desejando que estes recursos sejam bem aplicados e geridos.

Por um lado existem doadores e outros financiadores que pretendem ver de que forma os seus donativos e seus financiamentos são aplicados. Os voluntários desejam que o seu trabalho seja reconhecido por todos os utentes em prol da sua dedicação. E por outro lado temos o Estado que, através dos recursos aplicados através dos serviços da segurança social, tem necessidade de controlar se as missões destas entidades estão a ser bem desenvolvidas, e consequentemente, se os recursos estão a ser bem

aplicados, controlando essencialmente através das contas anuais e procedendo a fiscalizações.

O resultado da parceria com o Estado, através de acordos de cooperação, estão regulados no Despacho Normativo n.º 75/92, de 20 de Maio, que no seu preâmbulo declara de forma clara que “o Estado reconhece e valoriza o importante e insubstituível papel das IPSS”.

Tal como constatamos no ponto 2.2., e de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, a propagação das ESNL é dinamizadora de papeis importantes na economia, pelo que justifica o reforço das necessidades de transparência relativamente às actividades desenvolvidas, informação necessária à gestão dos recursos e dos resultados obtidos.

“Um estudo efectuado nos EU demonstra que a transparência das contas das entidades pertencentes ao terceiro sector, tal como nos restantes países, é importante para a escolha dos doadores. As demonstrações financeiras das grande organizações devem ser auditadas e os dados fornecidos publicamente” (Behn, et al., 2010).

Nas ESNL, os utentes da informação financeira são as entidades que afectam recursos, como, os doadores, financiadores, associados, entre outros, que pretendem conhecer de que forma os objectivos estão a ser alcançados; os credores necessitam da informação para ver a capacidade da entidade na realização dos objectivos; os voluntários têm necessidade de ver o reconhecimento do seu trabalho; o Estado na medida em que afecta os recursos tem necessidade de controlar os fluxos/meios que permitam cumprir os fins sem diminuir o património e por fim o público em geral, com interesses directos ou não, têm interesse em avaliar o contributo destas instituições na sociedade, tal como se define no Decreto-Lei n.º 36-A/2011<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Decreto-Lei n.º 36-A/2011, descreve que os utilizadores da informação financeira são por um lado as entidades que entregam recursos (quotas, legados, donativos), e por outro os credores, as pessoas que realizam prestações gratuitas (assistência ou trabalhos de voluntariado), o Governo e a Administração Pública entre outros. Tal como prescrito do respectivo diploma:

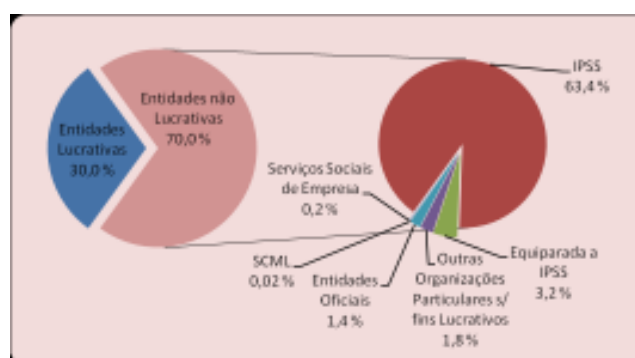
- a) Os doadores/financiadores/associados pretendem conhecer o grau de cumprimento dos objectivos desenvolvidos;
- b) Os credores pretendem obter informação acerca da capacidade da entidade solver os seus compromissos;
- c) Os membros das ESNL pretendem conhecer o modo como os donativos e outros fundos são aplicados nas actividades;
- d) Os voluntários pretendem conhecer os resultados da sua dedicação, bem como os programas realizados e as necessidades de recursos;;
- e) O Estado, na medida em que proporciona os recursos para a actividade de diversas entidades do sector não lucrativo, tem necessidade de controlar os fluxos/meios que permitam cumprir os fins sem diminuir o património;
- f) O público em geral, de entre os quais cumpre referir os contribuintes, grupos de interesse ou pressão, associações

“As entidades sem finalidade lucrativa, em comparação com entidades de finalidade lucrativa, são organizações mais complexas, porque são responsáveis por diversos grupos de stakeholders” (Olson, et al., 2005). Para Yetman, uma das características fundamentais destas organizações é a ausência de lucro na realização das missões, a que se propõe fazer. Mas devido à conjuntura económica e social actual, por vezes estas instituições sentem a necessidade da criação de uma segunda actividade independente e paralela, como uma fonte necessária à prática de caridade. Na nossa opinião, tal como para Yetman, à medida que crescem as actividades económicas lucrativas paralelas, estas tendenciosamente levam a que as ESNL se afastem da sua principal missão, fazendo com que os doadores percam interesses nestas instituições (Yetman & Yetman, 2009).



Em Portugal, o número de entidades sem finalidade lucrativa tem vindo a crescer, como podemos analisar através do gráfico obtido da “Carta Social – Rede De Serviços e Equipamentos 2009”<sup>14</sup>:

Fig. n.º 2) Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica  
Continente – 2009



Fonte: Carta social 2009 de Portugal Continental

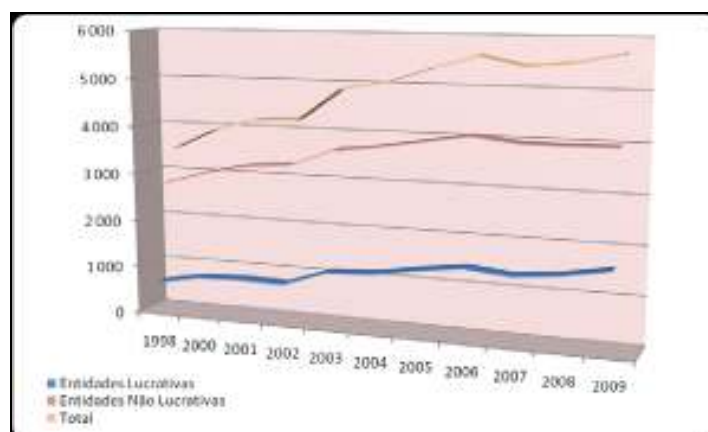
*de defesa do consumidor e todos os interessados, directa ou indirectamente, no futuro da actividade da ESNL. Este grupo deve ter a possibilidade de avaliar o contributo da entidade no seu bem-estar ou no desenvolvimento económico do sector em que se insere.*

<sup>14</sup> No contexto da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), considera-se Entidade Proprietária, qualquer entidade, individual ou colectiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, estão identificadas cerca de 5 700 entidades proprietárias de equipamentos sociais. O sector não lucrativo, como se pode analisar pelo gráfico, representa 70% da totalidade, dos quais 63,4% corresponde às Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS.

Em termos de carta social, as entidades são agrupadas, consoante são entidades lucrativas ou não lucrativas, de acordo com a sua natureza. As não lucrativas abarcam as IPSS e outras entidades sem fins lucrativos, as entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos, tais como, por exemplo, as casas de povo e cooperativas de solidariedade social), as Entidades Oficiais que prosseguem fins de acção social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que não é considerada uma IPSS.

Fig. n.º 3) Evolução do número de entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica Continente 1998 – 2009

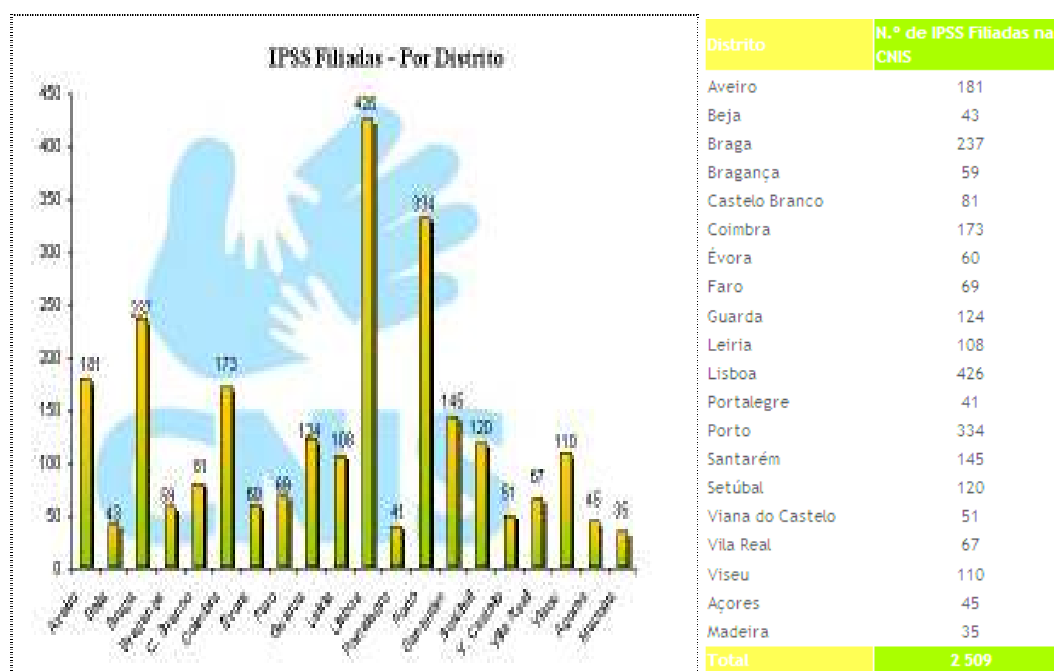


Fonte: Carta social 2009 em Portugal Continental

Outros dados estatísticos obtidos em Portugal, que nos permitem perceber a importância e o número de IPSS registadas, com fins de acção social, podem ser obtidos na página da internet da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade:

Fig.n.º4) Número de IPSS filiadas na CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

| IPSS registadas com fins de acção social       | Até 2007     | Até 2008     | Até 2009    |
|--|--------------|--------------|-------------|
| Associações de Solidariedade Social            | 2 795        | 2890         | 2970        |
| Fundações de Solidariedade Social              | 179          | 181          | 192         |
| Centros Sociais Paroquiais                     | 1149         | 1158         | 1.174       |
| Outras Instituições de Organizações Religiosas | 233          | 233          | 233         |
| Irmandades da Misericórdia                     | 352          | 352          | 353         |
| Unões, Federações e Confederações              | 26           | 26           | 27          |
| <b>Total</b>                                   | <b>4 734</b> | <b>4 840</b> | <b>4949</b> |

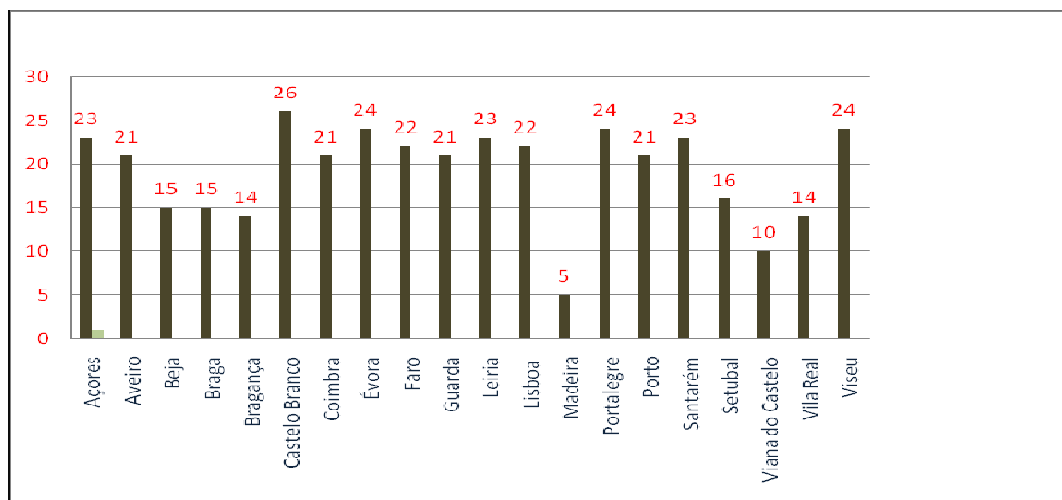


Fonte: <http://www.cnis.pt>, (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, consultado em 13/03/2011)

Através do gráfico apresentado, podemos visualizar o número total de Misericórdias existentes em 2010, no nosso país, por distrito:



Fig. n.º 5) Número de Misericórdias existentes em 2010 – Total 384 Misericórdias

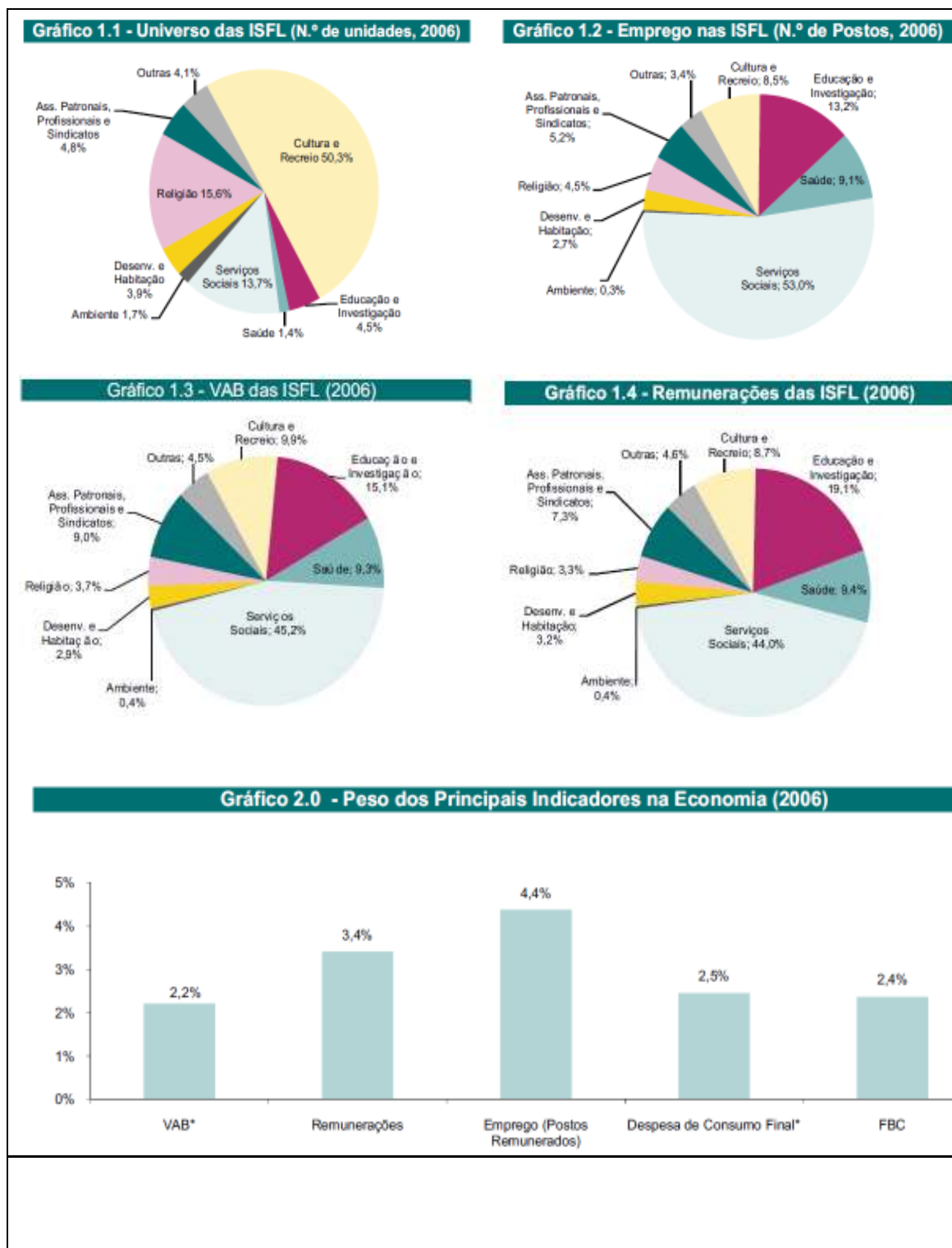


Fonte: União das Misericórdias Portuguesas, “*Quem Somos nas Misericórdias 2010*”

Ao consultarmos a informação disponível no Instituto Nacional de Estatística (INE), após contacto via e-mail, pudemos verificar que presentemente não existem estatísticas elaboradas para o terceiro sector. Esta situação reduz parcialmente o conhecimento deste sector, em determinadas áreas, na forma como se tem desenvolvido especificamente no nosso país.

O INE conduziu um inquérito acerca das organizações não lucrativas para o ano 2002 fornecendo dados sobre o emprego remunerado, por áreas de actividade, dados sobre salários, despesas e receitas das organizações não lucrativas. O estudo mais recente reporta-se a 2006. O INE desenvolveu o projecto-piloto de Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo para Portugal, divulgado em Julho de 2011, que teve como base o “*Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts*” das Nações Unidas, que nos dá a conhecer a nossa realidade nacional. Este estudo acerca do sector não lucrativo em Portugal tem por base a análise do tipo de actividade, do número de instituições, do emprego e dos recursos e das despesas das instituições sem fim lucrativo (ISFL). Julgamos ser de todo o interesse reproduzir alguns dos gráficos tutelados pelo INE, apresentando os principais resultados:

Fig. n.º 6) - Instituto Nacional de Estatística, I.P., Conta Satélite das Instituições sem Fim Lucrativo 2006 – Projecto-Piloto, edição 2011



Fonte: INE

Dos resultados da Conta Satélite das Instituições Sem Finalidade Lucrativa sobressaem dois aspectos importantes do Sector Não Lucrativo em Portugal: a sua relevância económica; a sua grande heterogeneidade.

Pela leitura do estudo publicado pelo INE, com referência a 2006, e pela leitura gráfica dos principais dados, vemos que o sector das ISFL<sup>15</sup> era constituído por 45.543 unidades, correspondendo a 50,3%, concentrado na área da cultura e do recreio, seguindo-se as instituições religiosas com 15,6% e os serviços sociais com 13,7%. E com uma percentagem menor, estavam as associações patronais, profissionais e sindicatos com 4,8% e Outras com 4,5%, sendo as menos expressivas, as representativas do ambiente, saúde, e voluntariado, etc. A integração das Misericórdias nos serviços sociais contribuiu para aumentar a importância relativa dos serviços sociais.

Fazendo uma análise ao número de postos de trabalho remunerados, podemos analisar, através do gráfico 1.2, que os serviços sociais representam mais de 50%, seguindo-se a saúde com 9.1% e a cultura e recreio com 8.5%.

Apesar do número pouco significativo de ISFL na área da saúde, da educação e investigação, estas actividades representavam em conjunto mais de 20% do emprego e do VAB do sector. Inversamente, as instituições religiosas representavam 15,6% do universo das ISFL e geravam somente 4,5% do emprego e 3,7 % do VAB.

Em termos gerais, as ISFL foram responsáveis por 2.2% do VAB nacional, 3.4% das Remunerações, 4.4% dos empregos remunerados, 2.5% das despesas de consumo, e por 2.4% da formação bruta de capital.

Depois de termos analisado alguns dados que mostram a importância das Entidades do Sector Não Lucrativo a nível nacional, conformes aos dados estatísticos tutelados pelo INE e reportados a 2006, podemos agora observar na carta social de 2009, que integram um sector com um peso significativo na nossa economia, correspondendo as Entidades do Sector Não Lucrativo a cerca de 70%, enquanto as Entidades Com Finalidade Lucrativa correspondem a 30%.

É importante também fazer as comparações a nível internacional, já que nos encontramos num mundo globalizado e todos dependentes uns dos outros. De que forma se encontram disseminadas e em que molde podem as ESNL serem comparadas?!

---

<sup>15</sup> ISFL – Instituições sem Fim Lucrativo

## 2.5. Caracterização das IPSS em termos europeus e internacionais

*“As instituições não lucrativas, independentemente da forma que assumem, criadas pela sociedade civil, com ou sem o estímulo ou apoio do Estado, desenvolvem um papel fundamental não só na generalidade dos países europeus, mas também em países de outros continentes”.*

*Lopes (2009:235)*

A globalização do terceiro sector deu-se no final do século XX, assistindo-se ao crescimento de estudos, por parte da investigação, na qual se destaca o projecto iniciado pela universidade Johns Hopkins nos EUA, dirigido e desenvolvido pelo Dr. Lester Salamon, realizando estatísticas relativas ao terceiro sector. A sua investigação permitiu-nos conhecer melhor as especificidades deste sector civil ou sector não lucrativo muito pouco explorado a nível internacional. Esta iniciativa alargou-se pelo mundo fora, incluindo, designadamente, Portugal.

O primeiro estudo empírico do Sector não Lucrativo em Portugal foi coordenado pela Dra. Raquel Campos Franco, através do designado “Projecto Comparativo Sobre o Sector Não Lucrativo da Universidade Johns Hopkins” (*Johns Hopkins Comparative NonProfit Sector Project*). Este projecto nasceu com o apoio do financiamento de quatro fundações líderes em Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Luso Americana, a Fundação Ílidio Pinho e a Fundação Aga Khan.

Este estudo permitiu comparar os principais resultados, com outros 37 países.

O trabalho desenvolvido por Franco, resume-se em 5 partes:

- 1 – Apresenta e define o trabalho realizado em Portugal e pelos países abrangidos pelo projecto Johns Hopkins;
- 2 – Expõe os resultados empíricos obtidos em Portugal e faz uma comparação com os restantes 37 países;
- 3 – Relaciona os dados obtidos com os factos históricos;
- 4 – Apresenta as questões e objectivos que as organizações prosseguem em Portugal;
- 5 – Por fim, relaciona toda a informação, apresentando os dados obtidos sobre o sector da sociedade civil portuguesa.

O projecto comparativo do sector não lucrativo começou por definir o tipo de entidades que integram o sector, de acordo com as suas características, das quais se destacam cinco, consideradas importantes, para que seja possível haver comparabilidade a nível

internacional, das instituições pertencentes ao terceiro sector. Em conformidade, as estas entidades consoante as cinco características, são classificadas da seguinte maneira:

- Organizadas, ou seja estruturadas nas suas operações e que estejam formalmente constituídas;
- Privadas, isto é, não pertençam ao sector público;
- Não distribuidoras de lucro, mas que quando obtidos, sejam reinvestidos na própria organização;
- Auto-governadas, pois realizam a sua própria gestão;
- Voluntárias.

Em Portugal, foram identificadas diversas instituições que se revêem nas cinco características mencionadas: associações, fundações, instituições de desenvolvimento local, misericórdias e museus. As associações mutualistas e cooperativas, são organizações que não têm como característica fundamental, a não distribuição de lucros, então, não se enquadram neste estudo comparativo.

Para uma melhor compreensão do sector não lucrativo, este projecto recorreu ao International Standard Industrial classification (ISIC), utilizado para estatísticas económicas internacionais. Realizou uma adaptação de acordo com sector civil.

A International Classification of Nonprofit Organization (ICNPO), foi usado no estudo do projecto comparativo do sector não lucrativo de Jonhs Hopkins, de acordo com a tabela abaixo mencionada:

| Código | Área                                    |
|--------|---|
| 1      | Cultura e Lazer                         |
| 2      | Educação e Investigação                 |
| 3      | Saúde                                   |
| 4      | Serviços Sociais                        |
| 5      | Ambiente                                |
| 6      | Desenvolvimento e Habitação             |
| 7      | Participação Civil e Defesa de Causas   |
| 8      | Intermediários Filantrópicos            |
| 9      | Internacional                           |
| 10     | Congregações Religiosas                 |
| 11     | Empresarias e profissionais, Sindicatos |
| 12     | Outros                                  |

Fonte: Franco, Raquel Campos, *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*, faculdade de economia e Gestão Universidade Católica Portuguesa, Porto.

Em Portugal, apesar de se verificar a adequabilidade da tabela da “International Classification of Nonprofit Organization (ICNPO), foram usadas outras fontes de

informação: Antes tinham sido feitos inquéritos às famílias para capturar a dimensão das doações.

Da nossa leitura, reconhecemos inequivocamente a importância da abordagem e da investigação científica realizada em Portugal, como um passo muito importante, no sentido de promover a compatibilização das nossas instituições com outras, tanto a nível nacional como internacional.

Conclui-se também que há a necessidade de um melhor enquadramento legal destas instituições, pois encontra-se retractada em diversos diplomas legais, criando dificuldade na sua compreensão, diminuindo o impacto deste sector em Portugal, e no conhecimento por parte dos doadores. Há a necessidade de maior transparência e capacidade de prestar contas, para garantir o melhor serviço a todos os beneficiários. Refere também que existem outros países que para responderem melhor a estas questões, estão a criar programas de formação académica para os gestores das entidades pertencente a este sector. Melhorando a sua gestão, contribuem também para melhorar os serviços, recorrendo alguns, a certificados de qualidade internacional. Na nossa opinião são exemplos a seguir... e muito trabalho a efectuar pelas nossas instituições e pelos organismos estatais.

Como podemos constatar em Portugal, tal como nos EU, o terceiro sector é um sector da economia muito importante, mas pouco visível, devido às suas relações com as vertentes políticas. Pelo que julgamos sair reforçada a ideia, de que os estudos académicos a nível de matérias contabilísticas e financeiras do terceiro sector, devem ser integrados nas escolas, como uma disciplina autónoma. “Na actualidade, as matérias estudadas no sector público e privado referem-se ao terceiro sector de forma muito vaga e imprecisa” (Young & Kattelus, 1995). E sendo certo que as ESNL estão a partir de 2012 obrigatoriamente sujeitas ao SNC, julgamos ser este o momento certo para as instituições académicas e o INE assegurarem uma maior evidência do sector, contribuindo para a concretização dos objectivos definidos pelo parlamento europeu.

Em 1990, a Comissão Europeia criou uma associação sem fins lucrativos, sediada em Bruxelas, com o objectivo de criar uma rede europeia anti-pobreza e contra a exclusão social. No seguimento desta rede europeia, em Portugal, foi constituída, em 1991, uma associação de solidariedade social, designada pela EAPN<sup>16</sup> (European Anti Poverty Network)/Portugal, tendo sido reconhecida, em 1995, pelo Instituto de Cooperação

---

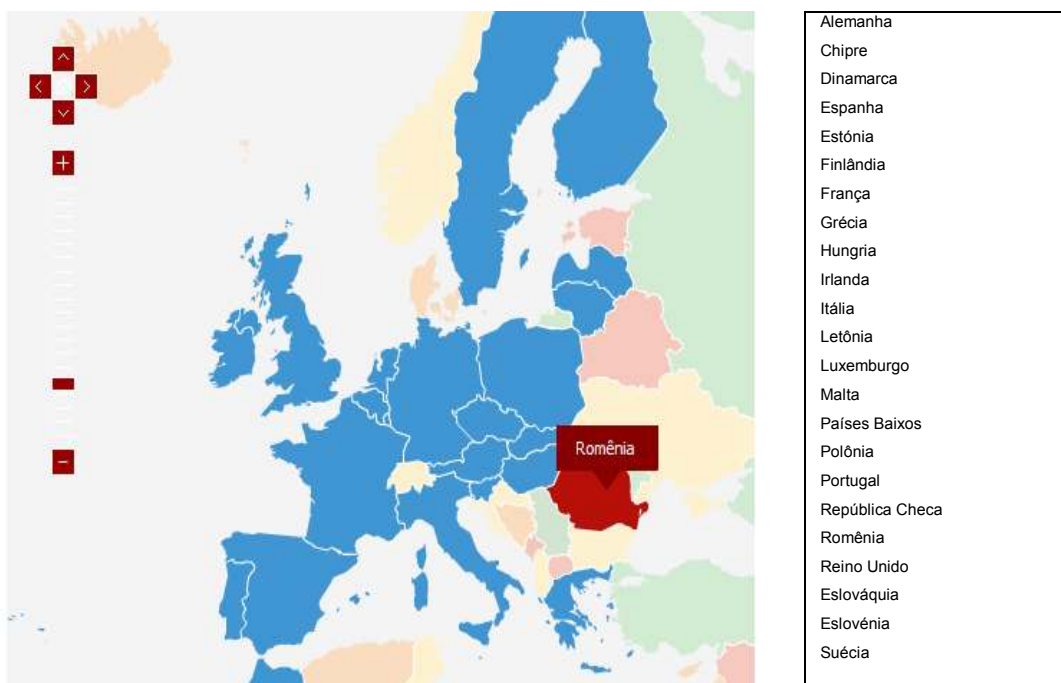
<sup>16</sup> Disponibilizado na internet: [www.reapn.org](http://www.reapn.org), acedido em 28/06/2011

Portuguesa, como sendo “Organização Não Governamental para o Desenvolvimento” (ONGD)<sup>17</sup>. Em 2010, é atribuída a esta organização<sup>18</sup> o Prémio dos Direitos Humanos 2010.

Esta associação desenvolveu o seu trabalho, através da criação de observatórios locais, que ajudam a contribuir para a erradicação da pobreza e exclusão social. A EAPN estabeleceu protocolos com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

#### Países com Plataformas representativas da ONG

Fig. n.º 7) Países representantes das ONG, internet <http://www.ong-ngo.org/>, consultado em 08/12/2011



<sup>17</sup> Em Portugal, A lei n.º 66/98, de 14 de Outubro, aprova o Estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação e Desenvolvimento. Serve de elo de ligação com outras organizações internacionais, “*Plataforma pretende ser um elo de ligação entre as ONGD, a sociedade civil, os órgãos de soberania e outras instituições, como o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e a confederação Europeia das ONGD de Emergência e Desenvolvimento (CONCORD) com vista a potenciar as suas acções num mundo cada vez mais globalizado e carenciado de solidariedade*”, disponibilizado na internet em [www.plataformaongd.pt](http://www.plataformaongd.pt), consultado em 08/12/2011.

<sup>18</sup> É reconhecida, por parte da Assembleia da República, conforme deliberação, por unanimidade, do júri constituído no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias ao mais alto nível, o trabalho desenvolvido desde a sua criação, com a atribuição do Prémio dos Direitos Humanos 2010



A nível Europeu destaca-se o estudo desenvolvido pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), baseado no reconhecimento jurídico político da economia social a nível europeu, realizado a partir do manual da Comissão Europeia. A tónica deste estudo depreende-se com os contornos do termo “economia social”.

Constata-se que as organizações sem fins lucrativos que prestam serviços estão da mesma forma integradas no termo economia social, fundindo-se com todas as organizações livres e voluntárias, criadas pela sociedade civil. Portugal, França, Itália, Espanha, Bélgica, Irlanda e Suécia formam um grupo de países europeus, com maior aceitação do termo economia social. Estes dados resultam do primeiro questionário, cujo objectivo numa primeira fase foi investigar o nível de conhecimento do termo “Economia Social”: Salienta-se o facto de este termo encontrar-se definido na constituição espanhola e francesa.

A Lei 64-A/2011, de 30/12, aprova as grandes opções do plano para 2012-2015, e no seu ponto 3.3., reforça a necessidade de implementação de medidas concretas, quanto às IPSS, no sentido de fomentar e dinamizar as redes de solidariedade social, manifestando o conceito de economia social.

Um obstáculo a esta comparação prende-se com as diferentes designações, usadas a nível dos diversos países.

A análise comparativa da economia social de 25 países pertencentes à União Europeia terminou em 2006, com a elaboração de um relatório elaborado pelo CIRIEC a pedido do Comité Económico e Social Europeu (CESE<sup>19</sup>).

O CESE faz a “ponte” entre as instituições da UE e a chamada “sociedade civil organizada”. A composição do CESE, encontra-se ilustrada no seguinte gráfico:

---

<sup>19</sup> O CESE é um órgão consultivo da União Europeia. Fundado em 1957, transmite os seus pontos de vista, emitindo “pareceres” aos principais órgãos da UE (Comissão Europeia, Conselho da União Europeia, Parlamento Europeu). Os pareceres são inerentes às propostas legislativas da União Europeia, decorrentes da iniciativa própria, acerca de assuntos que os representantes da União Europeia julgam dever ser tratados. Uma das principais funções do Comité é ser “ponte” entre as instituições da UE e aquela a que chama “sociedade civil organizada”. O CESE ajuda a promover o papel das organizações da sociedade civil através do estabelecimento de um “diálogo estruturado” com essas organizações nos Estados-Membros e noutros países do mundo, através dos seus membros que representam uma grande variedade de interesses económicos, sociais e culturais nos respectivos países.

Consultado em: <http://www.eesc.europa.eu> acedido em 01/07/2011



Fig.n.º 8) Número de membros do CESE



A definição do conceito de “Economia Social”, adequado aos sistemas contabilísticos nacionais, proposta no relatório, abrange dois subsectores:

- Subsector de mercado ou empresarial, das quais se destacam as cooperativas e mutualidades.
- Subsector “não Mercado”, das quais fazem parte as associações e fundações.

Esta classificação tem como objectivo facilitar a realização de estatísticas e análises económicas, usando os sistemas contabilísticos dos diferentes países.

Tal como se depreende do estudo efectuado de Raquel Campos e em sintonia com a nossa constituição, o relatório também descreve o chamado terceiro sector, como um ponto de convergência dos diferentes conceitos, associados à economia social. Um sector que não é privado nem público, onde constam as organizações sem fins lucrativos: Organizações que são caracterizadas por serem organizações privadas, autónomas, seguidoras do princípio da não distribuição de lucro e voluntárias. Estas características que encontramos na CRP e no EIPSS serão analisadas adiante, considerando os termos legislativos e o seu conteúdo.

As principais diferenças entre o conceito de economia social e o conceito de organizações sem fins lucrativos (OSFL) são:

- O critério “sem objectivo de lucro”. No conceito de organizações sem fins lucrativos, pertencentes ao terceiro sector, é fundamental o critério de ausência de lucro, enquanto no conceito de economia social, este não é requisito essencial;
- O critério “democracia”. As OSFL não incluem o conceito de democracia, elemento característico do conceito economia social;

c) O critério "ao serviço das pessoas". Prende-se com o destinatário do serviço prestado. No conceito de economia social, o objectivo das organizações são as pessoas, enquanto nas OSFL o objectivo são as pessoas e também outras entidades.

Economia social é uma abordagem que tem suscitado interesse por parte da investigação: Uma economia que se encontra a disseminar em prol de uma economia pura de concorrência. Este interesse por parte da investigação verifica-se já em pleno século XX, levando a uma generalização e sedimentação do termo economia social.

No tratado de Roma<sup>20</sup>, no artigo 117.º do capítulo das Disposições Sociais, os Estados-membros reconhecem a necessidade de promover a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Prevemos que tais condições não dependem unicamente do funcionamento do mercado comum, pois, verdade seja dita, o tratado de Roma nada fez, em ordem a legislar conforme a razão, ao reconhecimento de um terceiro sector. Contudo cremos que reúne condições tendentes a favorecer a harmonização dos sistemas sociais, de modo a criar a igualdade de condições no progresso e na evolução sustentada da economia e no desenvolvimento das entidades de interesse público dos diferentes Estados-membros.

Em 25 de Março de 2010, o Jornal Oficial da União Europeia<sup>21</sup> publicou a Resolução do Parlamento Europeu de Fevereiro de 2009. Nesta resolução o Parlamento reconhece o conceito de economia social, atribuindo-lhe atributos jurídicos e ou estatísticos e avaliando-o como uma matéria europeia e internacional da mais alta importância social, económica e cultural. O reconhecimento que o Parlamento faz e fez ao conceito de economia social deve-se essencialmente à eficácia e eficiência do novo sistema de gestão que melhora substancialmente o desempenho das economias europeias, acentua a defesa da coesão social e da promoção da solidariedade, aumenta o incentivo à promoção do capital social...Certifica que a economia social só poderá prosperar se tiver o devido enquadramento político e legislativo. Neste contexto o parlamento convida a Comissão Europeia para elaborar um conjunto de

---

<sup>20</sup> Tratado de Roma pode ser consultado em: <http://dupond.ci.uc.pt/CDEUC/TRVRINT.HTM>, acedido em 01/07/2011

<sup>21</sup> Consultado em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:076E:0016:0023:PT:PDF>, acedido em 26/06/2011

Resumidamente o parlamento Europeu convida a Comissão Europeia:

- Fazer o reconhecimento do conceito de economia social;
- Fazer o reconhecimento Jurídico (estatutos europeus, para as associações, as fundações e as sociedades mútuas);
- Fazer o reconhecimento estatístico, promovendo a utilização do manual da ONU acerca das OSFL, dando maior visibilidade a estas entidades e a reconhecendo as competências universitárias disponíveis;
- Fazer o reconhecimento como parceiro social;
- Reconhecer esta economia como chave para concretização dos objectivos do tratado de Lisboa.

políticas comunitárias, adequadas à criação de novos programas socioculturais, que promovam a experimentação de novos modelos económicos, sociais e culturais, solicitando aos Estados-membros que organizem projectos de formação no ensino superior universitário e no âmbito profissional, cujas finalidades são transmitir o conhecimento da economia social aos formandos e que desenvolvam iniciativas empresariais, fundadas nos seus valores. Facto elucidativo foi o parlamento ter convidado também a Comissão e os Estados-membros a promover a utilização do Manual da ONU sobre as OSFL.

Em Maio de 2010, decorreu em Espanha (Toledo), a Conferência Europeia de Economia Social, organizada pela Presidência Espanhola da União Europeia. No relatório final 'Conclusiones Finales Conferencia Economía Social'<sup>22</sup>, saiu reforçado o apelo feito aos Estados-membros, no sentido de estabelecerem um quadro legal que reconheça os componentes da economia social e o pedido para que a Comissão Europeia apoie as instituições da economia social. Desta conferência saiu reforçada e dignificada toda a envolvente do termo economia social, como um acto económico, social e cultural relevante para todas as economias.

Também vão surgindo diversas associações, das quais destacamos a associação "the International Society for Third-Sector Research (ISTR<sup>23</sup>), fundada em 1992, mercê da publicação da revista "Voluntas" – The International Journal of Voluntary and Non-Profit organizations, cujos estudos, acerca do terceiro sector, em diversos países, são divulgados ao público em geral com muita sabedoria e conhecimento da matéria.

Constatando que o séc. XXI é um século de mudança e de afirmação para as ESNL, também é no nosso entender um século de afirmação em termos contabilísticos e de gestão.

No próximo capítulo, vamos analisar o enquadramento legal e normativo destas instituições, para que possamos entender os seus trâmites, nos vários diplomas legais, onde se encontram reguladas.

---

<sup>22</sup> 'Conclusiones Finales Conferencia Economía Social' consultado em:  
[http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/Conclusiones\\_Finales\\_Conferencia\\_ES\\_TOLEDO\\_6\\_May\\_10.pdf](http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/Conclusiones_Finales_Conferencia_ES_TOLEDO_6_May_10.pdf), acedido em 26/06/2011

<sup>23</sup> Disponibilizado na internet: [www.istr.org/pubs/](http://www.istr.org/pubs/), acedido em 28/06/2011

### III - Enquadramento legal e normativo das IPSS

#### 3.1. Definição e âmbito das IPSS

As IPSS estão previstas na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976. A CRP surgiu como forma de garantir a independência nacional, garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, assegurar os princípios da democracia e assegurar a excelência do estado de direito democrático, construindo um país mais livre e mais justo. Resultou obviamente do fim do regime fascista em 25 de Abril de 1974.

Nos termos do n.º 5 do artigo 63.º da CRP, consagra-se a expressão “Instituições Particulares de Solidariedade Social”, sem finalidade lucrativa, associada à Segurança Social, no que diz respeito à protecção dos cidadãos, e associada ao Estado como o organismo incumbido de organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado.

No entanto as IPSS em termos constitucionais só ficaram claramente regulamentadas, através da consagração do Estatuto das IPSS de 1979 (Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de Dezembro), sendo substituído integralmente, com excepção dos artigos 7.º, 22.º e 24.º do Estatuto, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, diploma legal que contém toda a regulamentação global acerca das IPSS, até ao presente. Este decreto-lei procede a uma revisão estrutural, justificada pela excessiva delimitação do objectivo específico das IPSS, alargando o âmbito destas instituições a outros objectivos e a outros domínios, como a “Saúde” e a “Educação”.

O professor Marcelo Rebelo de Sousa, em consonância com os representantes das variadas misericórdias, concorda que este estatuto não está de acordo com a realidade social em que vivemos, logo, carece de uma revisão.

As IPSS caracterizam-se sobretudo por serem:

- Instituições Sem Finalidade Lucrativa, criadas por iniciativa privada, com objectivo de expressão do dever moral, de solidariedade e de justiça entre os cidadãos;
- Entidades prestadoras de serviços de segurança social, vocacionados para a realização de actividades de apoio e protecção à família, infância, juventude, terceira idade, aos cidadãos portadores de deficiências. Podem assumir várias formas jurídicas, tais como, Associações, Fundações e Irmandades da Misericórdia.

Nos termos do artigo n.º 1 do estatuto, podemos ler que são instituições particulares de solidariedade social as entidades que tenham as seguintes características:

- *Instituições sem finalidade lucrativa;*
- *Constituídas por iniciativa de particulares;*
- *Propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos;*
- *Que não sejam administradas pelo Estado nem por um corpo autárquico;*
- *Que prosseguem, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:*
  - a) *Apoio a crianças e jovens;*
  - b) *Apoio à família;*
  - c) *Apoio à integração social e comunitária;*
  - d) *Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;*
  - e) *Promoção e protecção da saúde, nomeadamente, através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;*
  - f) *Educação e formação profissional dos cidadãos;*
  - g) *Resolução dos problemas habitacionais das populações.*

### 3.2. Enquadramento Jurídico das IPSS

#### 3.2.1. Formas Jurídicas das IPSS

De acordo com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social podem assumir a forma associativa ou fundacional.

Sob a forma associativa:

- a) As associações de solidariedade social;
- b) As associações de voluntários de acção social;
- c) As associações de socorros mútuos (associações mutualistas);
- d) As irmandades da misericórdia.

Estas instituições podem agrupar-se sobre a forma de:

- a) Uniões;

- b) Federações;
- c) Confederações.

As associações mutualistas dispõem de um regime autónomo, pelo que não serão desenvolvidas no presente trabalho.

Revestem forma fundacional:

- e) As fundações de solidariedade social;
- f) Os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas.

### *3.2.2. Caracterização Jurídica das IPSS*

As IPSS são entidades constituídas e geridas por pessoas colectivas privadas, sem carácter lucrativo e que perseguem objectivos de interesse público sociais. Por estes factos, apesar da sua independência, ficam sujeitas a um regime de tutela estatal, tal como se infere da leitura dos artigos 80.º e 82.º da Constituição da República Portuguesa. Pela conexão dos teores prescritos no estatuto das IPSS e da CRP, podemos considerar a existência de três princípios:

- O princípio da co-responsabilização do Estado;
- O princípio da subsidiariedade<sup>24</sup>;
- O princípio da autonomia das IPSS.

Tal como se define no artigo 3.º do estatuto das IPSS, as IPSS são entidades autónomas, que têm liberdade de escolher as suas áreas de actividade e a forma de actuação.

O artigo 4.º do estatuto das IPSS prescreve a forma como o Estado e as autarquias locais realizam formas de cooperação, sem colocar obstáculos ao direito de livre actuação das instituições, aceitando e valorizando o contributo destas na sociedade. Consagra-se a valorização e o apoio do Estado às instituições, mas, nem este apoio, nem a tutela do Estado devem limitar a livre actuação destas instituições.

Deverá ser dada primazia ao interesse e aos direitos dos beneficiários, relativamente aos das instituições, tanto dos associados como dos fundadores (artigo 5.º do EIPSS),

---

<sup>24</sup> Lei das Bases n.º 32, de 20 de Dezembro de 2002. O estado reconhece o princípio de subsidiariedade consigo mesmo de um largo conjunto de entidades no fornecimento e na prestação de serviços sociais.

e ser assegurado o respeito primário por fundadores, testadores ou doadores (artigo 6.º do EIPSS).

Podemos considerar que as IPSS têm uma dupla natureza, por um lado, aplicamos o Regime do Estatuto das IPSS e por outro o do Código Civil<sup>25</sup>, cujas disposições dos artigos 157.º, até ao 201.º, prescrevem a constituição das associações e fundações, que não tenham por fim o lucro, mas, antes pelo contrário, a satisfação dos interesses sociais, no capítulo da constituição dos estatutos, das competências, actas, convocatórias, etc.

A Regulamentação aplicada às Associações de Solidariedade Social também se aplica às Irmandades da Misericórdia (artigo 69 do EIPSS) e às Associações Voluntárias de Acção Social (artigo 75.º do EIPSS).

### 3.2.3. Constituição e Registo das IPSS<sup>26</sup>

#### 3.2.3.1. Constituição de IPSS

Quanto à forma de jurídica da constituições das IPSS, estas podem revestir a forma de:

##### **Associações**

As Associações de Solidariedade Social são associações constituídas de acordo com qualquer um dos objectivos previstos no artigo 1.º do EIPSS. São constituídas por escritura pública, através da qual adquirem personalidade jurídica, tal como se define no artigo 52.º do EIPSS e seguintes.

Nos termos da CRP, o artigo 46.º consagra a liberdade de constituição de associações, que prosseguem os seus fins não contrários à lei, sem interferência das autoridades públicas, não podendo ser dissolvidas pelo Estado, excepto por decisão judicial.

##### **Fundações**

São instituições fundadas por acto entre vivos – Por escritura pública do acto de instituição, via testamento ou “*mortis causa*”.

---

<sup>25</sup> Código Civil actualizado até à lei n.103/2009, de 11/09, consultado na internet:

<http://www.verbojuridico.com/download/codigocivil2010.pdf>Ver, acedida em 01/07/2011. Do qual se destaca legislação quanto à forma de constituição, quanto às competências, convocatórias e funcionamento das assembleias (ver artigos desde o 157.º, até ao 201.º do Código Civil).

<sup>26</sup> **Diploma aplicável:** D.L. n.º 119/83, de 25-02 com a redacção dada pelos D.L. n.º 89/85, de 1-04, D.L. n.º 402/85, de 11-10, D.L. n.º 29/86, de 19-02 e D.L. n.º 152/96, de 30-08, Portaria n.º 139/2007, de 29-01.

Em qualquer dos casos, só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, pois carecem da apreciação do ministro da tutela, o responsável, nomeadamente, pela verificação da suficiência do património afectado à realização dos fins visados.

### **Irmandades da Misericórdia - Associações e Fundações da Igreja Católica**

Em termos jurídicos, são erectas canonicamente pelo bispo da diocese da sua sede, adquirindo personalidade jurídica cível, pela simples participação escrita da sua constituição ao respectivo centro distrital do instituto da segurança social, I.P. da área da sede das instituições (quando prossigam fins de segurança social/acção social).

#### **3.2.3.2. Registo das IPSS<sup>27</sup>**

Através do registo, nos serviços competentes do ministério da tutela, as IPSS adquirem automaticamente a natureza de pessoas colectivas de utilidade pública, com dispensa do registo e demais obrigações previstas pelo Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro (artigo 8.º - Estatuto). Significa que as IPSS estão sujeitas a registo por parte do Ministério da Tutela. Esta sujeição não é obrigatória, todavia, para obterem a qualidade de pessoas colectivas de utilidade pública, devem registar-se, obtendo por outro lado os benefícios que a lei lhes confere.

O registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social abrange os actos jurídicos de constituição ou de fundação das instituições, os respectivos estatutos e suas alterações e demais actos constantes do artigo 5.º do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Acção Social do Sistema da Segurança Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro.

O Registo das IPSS tem como finalidade:

- Comprovar a natureza e os fins das instituições;
- Comprovar os factos jurídicos respeitantes às instituições especificados no Regulamento do Registo;
- Reconhecer a utilidade pública das instituições;
- Garantir o acesso às formas de apoio e cooperação previstas na lei.

---

<sup>27</sup>

[http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/DGSS/pt/SER\\_registo+das+instituicoes+particulares+de+solidariedade+social+do+ambito+da+acao+social+do+siste.htm](http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/DGSS/pt/SER_registo+das+instituicoes+particulares+de+solidariedade+social+do+ambito+da+acao+social+do+siste.htm), consultado em 05/06/2011



O registo das IPSS, no âmbito da acção social/segurança social, encontra-se organizado na Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS). Rege-se pelo Regulamento de Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro.

A DGSS assegura também o registo das IPSS, no âmbito da promoção e protecção da saúde, às quais se aplica, por força da Portaria n.º 466/86, de 25 de Agosto, o mesmo Regulamento de Registo, com as necessárias adaptações, nomeadamente, relativas à emissão de parecer pelos serviços do Ministério da Saúde (não se referem os aspectos específicos do registo destas instituições, devido a não fazerem parte do sistema de segurança social).

É igualmente organizado pela DGSS o registo das associações mutualistas, as quais obedecendo a regime diferente são objecto de informação específica. As instituições registadas, nos termos do Regulamento de Registo, adquirem automaticamente a natureza de pessoas colectivas de utilidade pública.

- Requisitos comuns para o registo das IPSS:

Os estatutos das instituições devem respeitar as disposições do estatuto das IPSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, contendo, obrigatoriamente, as matérias referidas no n.º 2 do artigo 10.º:

- a) A denominação;
- b) Sede e âmbito de acção;
- c) Os fins e as actividades da instituição;
- d) A denominação, composição e competência dos corpos gerentes;
- e) A forma de designar os respectivos membros;
- f) O regime financeiro.

- Requisitos específicos:

Os requisitos específicos dependem da forma particular como se revestem as instituições, salvaguardando-se os requisitos específicos para a constituição das instituições abrangidas pela Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa:

- Associações;
- Irmandades da Misericórdia ou Santas Casas da Misericórdia;
- Fundações (por acto entre vivos ou por testamento);
- Institutos de organizações religiosas;
- Agrupamentos de IPSS (uniões, federações e confederações).

O registo das IPSS é aprovado nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento do Registo<sup>28</sup>, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, pelo despacho do director-geral da Segurança Social, que está incumbido de deferir o requerimento de registo. Contudo, a lei prevê que o registo pode ser recusado nos termos do artigo 10.º do mesmo diploma legal, mediante despacho do mesmo director-geral.

Entidades que intervêm no processo de registo:

- Centro Distrital de Segurança Social:

Emite parecer sobre a viabilidade do registo de todos os actos previstos no Regulamento, verificando, designadamente:

- A regularidade da instrução dos processos;
- A legalidade dos actos sujeitos a registo;
- A verificação dos demais requisitos estabelecidos no artigo 6.º do Regulamento do Registo, quando o parecer tem a ver com o registo da constituição das instituições:
  - A regularidade do acto de constituição;
  - A verificação dos requisitos respeitantes à qualificação e aos objectivos das instituições definidos no artigo 1.º do Regulamento do Registo;
  - A conformidade dos estatutos com o Regime Jurídico do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
  - A viabilidade e o interesse social dos fins estatutários;
  - O envio do processo à Direcção-Geral da Segurança Social.
- Direcção-Geral da Segurança Social:
  - Verifica se estão reunidos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento;
  - Verifica qualquer ilegalidade nos actos sujeitos a registo;
  - Verifica se o acto está ou não sujeito a registo.

---

<sup>28</sup> Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro de 2007 “O Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º (s) 89/85, de 1 de Abril, 402/85, de 11 de Outubro, e 29/86, de 19 de Fevereiro, prevê, no artigo 7.º, a organização pelos ministérios da tutela de um registo das instituições do respectivo âmbito que será criado e regulamentado por portaria do respectivo ministro”.

### 3.3. Especificidades de natureza contabilística, fiscal e financeira das ESNL

#### 3.3.1. Abordagem Contabilística – Breve descrição evolutiva

O sistema contabilístico actual existente tem mais de 500 anos, tal como as nossas misericórdias portuguesas, desde a sua expansão pelo mundo, através dos descobrimentos portugueses. O sistema contabilístico que persiste até aos nossos dias deve-se muito ao Italiano Luca Pacioli, matemático, teólogo e contabilista, entre outras profissões, considerado o pai da contabilidade, que apesar de não ter sido o criador das Partidas Dobradas, ficou imortalizado pelo facto de na sua obra “*Summa de Arithmética, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*” referir as Partidas Dobradas.

No séc. XV era usado um sistema de escrituração muito simples, que procurava essencialmente responder às necessidades dos comerciantes da época.

Actualmente as necessidades de informação são tão complexas como a expansão das sociedades e das organizações. Há a necessidade de informação a nível interno das organizações e externa por parte dos *stakeholders*. Segundo o IASB (1989), o objectivo das demonstrações financeiras é fornecer informação acerca da posição financeira, que satisfaça o conjunto de utilizadores.

A contabilidade em Portugal pode ser analisada em três fases. A primeira fase caracteriza-se pela ausência de um plano oficial de contabilidade (POC). O registo de operações era feito sem regras definidas. A segunda fase caracteriza-se pela implementação de um plano de contas, o POC (directriz contabilística n.º 18).

É da nossa opinião<sup>29</sup>, tal como para Berardi, “que o processo de definição da contabilidade, como ferramenta de gestão, começou a ter importância com a aprovação do POC de 77. Apenas a partir desta data começaram a ser ditadas as regras contabilísticas, sempre condicionadas pelo sistema legal” (Berardi & Rea, 2010). Por último, a terceira fase consiste na introdução das normas internacionais de contabilidade (NIC), cujo objectivo principal é fornecer informação financeira harmonizada e com conteúdo informativo mais pormenorizado. Estas alterações qualitativas e estruturais permitem uma melhor análise e consequentemente uma melhor tomada de decisão, acrescentando valor à empresa. “Com estas características, a informação produzida e os novos procedimentos contabilísticos adoptados levam à aproximação entre as empresas e os *stakeholders*” (Gomes e Pires, 2010).

---

<sup>29</sup> Para melhor entendimento analisar o ponto 4.1 “Objectivos do PCIPSS” deste trabalho”

O sistema de normalização contabilística, publicado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi o resultado dos trabalhos efectuados pela Comissão de Normalização Contabilística, com o objectivo de homologação, em Portugal, das normas internacionais de contabilidade (IASB/IFRS), adoptadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002.

Durante a primeira fase deste trabalho foi implementada a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, em 2005, com a publicação do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, reformulando o POC para as entidades cotadas em bolsa, no que diz respeito à apresentação das contas consolidadas com base no IAS/IFRS. Esta foi uma fase marcada pela coexistência do POC para efeitos da administração fiscal portuguesa e das demonstrações financeiras ao nível das IAS/IFRS... assume-se assim um formato a nível internacional.

Numa segunda fase de trabalhos, através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que substituiu o Plano Oficial de Contabilidade e toda a legislação complementar, entra em vigor em 01/01/2010 o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Este novo normativo foi constituído pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e aprovado pelo ministro das Finanças. Faz a adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Boards (IASB). Entretanto já foram adoptadas pela União Europeia, tendo sido consagradas nos termos dispostos no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu, de 19 de Julho.

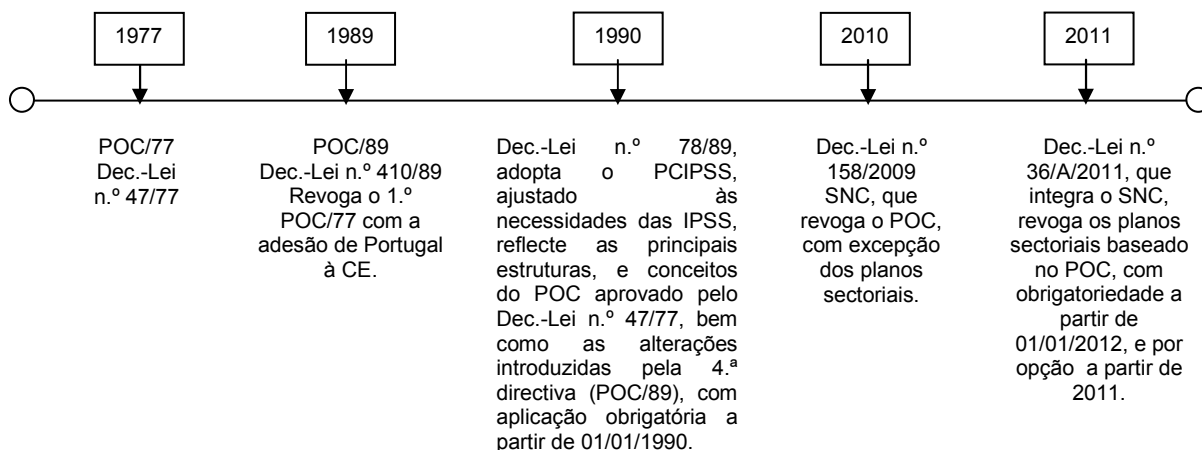
Trata-se de um sistema de normalização contabilística que permite uma ligação às normas internacionais de contabilidade, permitindo a comparabilidade das Demonstrações Financeiras com as dos outros países que tenham adoptado as IAS/IFRS, abrindo as portas do mercado financeiro a todos os países...

Este normativo possibilita a uniformização de conceitos e terminologias mais fáceis para os *stakeholders*, reduzindo os custos de actualização de dados e a necessidade de técnicos qualificados para a produção de informação contabilística /gestão harmonizada.

Podemos dividir esta fase de trabalho em duas etapas: a primeira resulta da publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e obriga à sua aplicação todas as entidades, com início em 2010, excepto as Entidades do Sector Não Lucrativo, devido às suas particularidades; a segunda fase consta da homologação do

normativo para as ESNL, através do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março. Entrou em vigor somente a partir de 2011, facultativamente, e, obrigatoriamente, em 2012.

Resumo dos principais momentos na história da contabilidade, em Portugal:



Para melhor entendimento dos trabalhos realizados com as ESNL, este ponto será desenvolvido de forma mais pormenorizado, no capítulo 4 do nosso trabalho.

### 3.3.2. Abordagem fiscal<sup>30</sup> em sede: IRC, IRS, IS, IMT, ISV e IUC

O enquadramento fiscal das IPSS encontra-se um pouco disperso pelas várias fontes fiscais.

As IPSS conforme já analisámos encontram-se reguladas pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, e estão reconhecidas na Constituição da República Portuguesa, como instituições sem finalidade lucrativa, privadas, com vista à prossecução de objectivos filantrópicos, ou seja, dar expressão ao dever moral, zelar pela justiça entre indivíduos e pela protecção e segurança da família, da infância, da terceira idade, dos jovens, apoio na invalidez... tal como se encontra prescrito nos artigos 67.º, 69.º, 70.º, 71.º e 72.º da Constituição da República Portuguesa.

Assim pelo disposto no artigo 8.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a partir do momento que estão registadas, nos termos do artigo 7.º, adquirem a natureza de pessoas colectivas de utilidade pública e de acordo com o artigo 1.º da Lei n.º 151/99, de 14 de Setembro, sem prejuízo de outros benefícios previstos na restante legislação aplicável, podem ser-lhes atribuídas as seguintes isenções:

-IRC, IVA, IS, IMT, ISV, IUC e IMI.

<sup>30</sup> Artigo 1º da Lei 151/99, de 14 de Setembro, com nova redacção dada pelo n.º 4 do artigo 50.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

No quadro seguinte sintetizamos e enquadrámos os benefícios fiscais, segundo os termos previstos da legislação:

| Rubricas | Descrição da Isenção  |
|----------|---|
| IRC      | Isenção, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC e da Circular n.º 1/89, de 3 de Janeiro;  |
| IVA      | Isenção, nas transmissões de bens e prestação de serviços, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 102 do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), de 20 Junho;<br>Reembolso do Iva Suportado, em matéria de bens e serviços, relacionados com a construção e a manutenção de imóveis, segundo o Decreto-Lei n.º 90, de 13 de Janeiro; |
| IS       | Isenção, nos termos do artigo 5.º do CIS;   |
| IMI      | Isenção, pela aquisição de imóveis destinados à realização dos fins estatutários, segundo o preceituado na alínea b) do artigo 1.º da Lei n.º 151/99, de 14 de Setembro;<br>Isenção de IMI, nos termos da alínea f) do artigo 44.º do EBF;  |
| IMT      | Isenção, relativamente aos prédios destinados à realização dos fins estatutários, de acordo com as disposições da alínea d) do artigo 1.º da Lei n.º 151/99, de 14 de Setembro;   |
| ISV      | Isenção, relativa a veículos classificados como ligeiros de mercadorias, veículos ligeiros de mercadorias, derivados de ligeiros de passageiros, todo-o-terreno e furgões ligeiros de passageiros, nos termos da alínea f) do artigo 1.º da Lei n.º 151/99, de 14 de Setembro;  |
| IUC      | Isenção, relativa a veículos classificados como ligeiros de mercadorias e outros, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 151/99 do CIUC, de 14 de Setembro.  |

Fonte: Elaboração própria

**3.3.2.1.** O IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - No seu artigo n.º 1, define-se como o “imposto que incide sobre os rendimentos obtidos, mesmo quando obtidos de actos ilícitos, no período de tributação”. O enquadramento das IPSS, adaptado ao Código do IRC, harmoniza-se no artigo 10.º. São isentas de IRC as Instituições Particulares de Solidariedade Social, bem como as outras pessoas colectivas legalmente equiparadas. Esta isenção, de acordo com o n.º 3 do artigo 10.º, não abrange os rendimentos empresariais de actividades comerciais ou industriais

realizadas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador não registados, nem depositados, nos termos da legislação em vigor. A isenção é condicionada à observância de alguns requisitos, tal como se descrevem no respectivo código:

- a) Exercício efectivo a título exclusivo ou predominante das actividades, nas quais foram reconhecidas a qualidade de utilidade pública ou os fins que justificaram a isenção;
- b) Afectação aos fins, referidos na alínea anterior, de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido, que seria sujeito nos termos gerais, até ao final do 4.º exercício da obtenção do rendimento líquido total, posterior àquele em que tenha sido obtido. E em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo, devem solicitar ao director-geral dos impostos que se digne relevar o incumprimento, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao término do prazo, apresentando e anexando a respectiva justificação;
- c) Inexistência de interesses directos ou indirectos dos membros dos órgãos estatutários ou outros, nos resultados da exploração das actividades económicas prosseguidas.

O incumprimento da alínea a) e c) determina a perda de isenção e o incumprimento da alínea b) obriga a tributação, a partir do 4.º exercício da obtenção do rendimento líquido total.

Resumidamente, em sede de IRC, a concessão de isenção está dependente da apresentação de requerimento, do reconhecimento pelo ministro das Finanças e da observação dos requisitos acima mencionados, conforme os termos publicados e definidos, em Diário da República. Em termos declarativos, de acordo com os n.ºs 6 e 7 do artigo 117.º do Código do IRC, liberta da obrigação de entrega do modelo 22 as IPSS que têm isenção em IRC, livres de qualquer tributação autónoma, considerando a sua prática do exercício efectivo a título exclusivo ou predominante das actividades, nas quais foram reconhecidas a qualidade de utilidade pública ou os fins que justificaram a isenção.

As entidades pagadoras de rendimentos às IPSS (sujeitas eventualmente a retenção na fonte) não deverão proceder à retenção do imposto na fonte, desde que a IPSS prove a sua isenção em IRC. A prova de isenção poderá ser efectuada mediante a apresentação de fotocópia do Diário da República, onde se encontre reproduzida a publicação do despacho do ministro das Finanças, segundo a qual ele reconhece e concede a isenção à respectiva IPSS (Circular n.º 1/89, de 3 de Janeiro).



**3.3.2.2.** O IVA, Imposto sobre o Valor Acrescentado - Com este imposto indirecto, o Estado tem a finalidade de tributar o consumo de bens materiais e serviços, no contexto das transacções efectuadas pelos contribuintes. É um imposto aplicado comumente em todos os países da União Europeia. A aplicação do imposto incide sobre todas as fases do circuito económico, desde a produção até ao retalho, porém, a base é limitada ao valor acrescentado em cada fase. Como o próprio nome indica, o IVA incide sobre o valor acrescentado criado em cada elo da cadeia económica de um determinado produto ou serviço, através da tributação das empresas que constituem esses mesmos elos, que repercutem sucessivamente o valor do imposto de forma que este acaba por ser pago pelo consumidor final.

A isenção dada às IPSS encontra-se definida nos n.ºs 6 e 7, respectivamente, dos artigos 9.º e 10.º do CIVA. Assim as mensalidades, as quotas, os donativos, os subsídios e outras quaisquer receitas estão isentas. Mesmo assim as IPSS têm como obrigação passar um documento comprovativo da quitação (ex.º: o recibo que se entrega quando o devedor liquida a sua dívida). Nestas condições e contrariamente à regra, as IPSS que se encontram totalmente isentas não necessitam de passar nenhum documento de quitação tipograficamente numerado, ao abrigo n.º 3 do artigo 29.º do CIVA. Na nossa opinião, julgamos que este artigo deverá ser alterado, senão nunca vamos poder evitar a perda de informação nem conseguir a transparência desejada das contas.

No caso de alguma IPSS dedicar-se a uma diversidade de operações, fora do campo da isenção, em tais circunstâncias, deve ser aplicado o artigo 23.º do CIVA, cujos preceitos definem os métodos de dedução relativa a bens de utilização mista, método *pró-rata* ou da afectação real.

Quanto ao IVA suportado ao nível da importação e aquisição de bens e dos serviços efectuados pelas IPSS, o Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, concede algumas isenções de IVA às IPSS, fazendo restituir pelo Serviço de Administração do IVA o imposto suportado em algumas importações e aquisições de bens e serviços. A Lei n.º 64 A/2011, de 30/12, assegura às IPSS e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) a restituição de 50% do IVA suportado na aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis destinados aos fins. Como exemplo do modelo a preencher para solicitar a restituição do IVA, temos o anexo 7.



**3.3.2.3.** O IS, Imposto de Selo - É o imposto mais antigo do sistema fiscal português: foi criado por alvará, datado de 24 de Dezembro de 1660, é considerado um imposto anacrónico, ou seja, desactualizado, fora dos usos e costumes de certa época. A estrutura normativa do Imposto de Selo foi remodelada em 2000, abolindo-se-lhe as estampilhas fiscais. O Imposto de Selo incide sobre todos os actos e factos previstos na tabela geral do código, tais como, contratos, actos, etc.

O novo Código de Imposto de Selo foi aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro. No âmbito das isenções, estão previstas, conforme o seu artigo 6.º do capítulo II, alguns tipos de isenções particulares, que favorecem as IPSS e outras entidades a estas equiparadas.

**3.3.2.4.** O IMI, Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, revoga o Código da Contribuição Autárquica, e incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados em território português, constituindo receita das autarquias onde estão inseridos.

Relativamente às IPSS e outras entidades equiparadas, a isenção relativa a este imposto não se encontra definido no próprio CIMI, pois o legislador optou por regulamentar esta matéria no EBF, nomeadamente, na alínea f) do artigo 44.º, com o seguinte teor:

*“Estão isentos de imposto municipal sobre imóveis: f) As instituições particulares de solidariedade social e as pessoas colectivas a elas legalmente equiparadas, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados directamente à realização dos seus fins, salvo no que respeita às misericórdias, caso em que o benefício abrange quaisquer imóveis de que sejam proprietárias”.*

**3.3.2.5.** O IMT, Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis - Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, incide sobre as transmissões a título oneroso do direito de propriedade sobre imóveis e das figuras parcelares desse direito, situados em território nacional, de acordo com o artigo 2.º do CIMT. A aprovação do IMT pelo decreto-lei referido fica logo demonstrada se atentarmos no seu conteúdo.

A título de exemplo, no decreto-lei citado, refere-se que *“A promulgação do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, permitiu aprovar os novos Códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões*

*Onerosas de Imóveis (CIMT), procedendo a alterações de diversa legislação tributária conexas com a mesma reforma”.*

Em matéria de Isenções, o artigo 6.º (Isenções) do capítulo II (Isenções) do CIMT, aprovado pelo referido decreto-lei, contempla a isenção das IPSS e das entidades a estas equiparadas, quanto aos bens destinados directamente à realização dos seus fins estatutários.

**3.3.2.6.** O ISV, Imposto sobre Veículos - Aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, é objecto de regulamentação da responsabilidade da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo. A isenção relativamente às IPSS está prevista no artigo 52.º do CISV, cujas disposições definem que estão isentos de imposto os automóveis ligeiros de passageiros, com lotação de nove lugares, incluindo o do condutor, adquiridos a título oneroso, em estado novo, que se destinem ao transporte colectivo, no âmbito da realização de actividades de interesse público, e que se mostrem adequados à sua natureza e finalidades. O reconhecimento da isenção prevista no presente artigo depende de pedido dirigido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, juntando documento comprovativo actualizado do estatuto jurídico da instituição e documento comprovativo da aquisição. Os veículos devem apresentar inscrições permanentes, que permitam a identificação da entidade beneficiária, sitas às suas partes laterais e posterior, em dimensão não inferior à da matrícula, caso contrário, dão lugar à apreensão ou imobilização imediata do veículo, bem como à apreensão dos documentos que titulem a respectiva circulação, eventualmente, até ao cumprimento das obrigações tributárias em falta, por suspeita dos respectivos veículos terem sido introduzidos ilegalmente no consumo ou que se destinam a ser introduzidos no consumo.

**3.3.2.7.** O IUC, Imposto Único de Circulação - Aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, é objecto de regulamentação da responsabilidade da Direcção Geral dos Impostos. A alínea b) do artigo 5.º do Código do Imposto Único de Circulação (CIUC) define a isenção atribuída às Instituições Particulares de Solidariedade Social. Esta isenção é atribuída mediante despacho do director-geral dos impostos, após requerimentos dos interessados e devidamente documentados.

### **3.3.3. As IPSS e o Mecenato – Incentivos fiscais**

As IPSS, Entidades Sem Finalidade Lucrativa, conforme oportunamente referido, não são administradas nem pelo Estado nem pelas autarquias locais. Dependem muito da

ajuda financeira externa. Por um lado, temos o Estado, que estabelece acordos de cooperação muito limitados ao orçamento, e por outro lado, o apoio financeiro privado, com a inserção indirecta de alguns apoios do Estado, através da concessão de benefícios fiscais ao mecenato social, ou seja, aos mecenas e ou protectores. O “mecenato”<sup>31</sup> é um mecanismo do sistema fiscal português, através do qual, o Estado atribui benefícios aos encargos realizados pelas empresas, pela atribuição de

---

<sup>31</sup> O Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei 74/99, de 16 de Março, encontra-se inserido no EBF, e possibilita aos mecenas que os seus donativos sejam considerados um custo fiscal, o qual pode ser estimado, segundo diversas percentagens, de acordo com o tipo de entidade beneficiária e a finalidade do donativo.

Artigo 2.º do EBF - Conceito de benefício fiscal e de despesa fiscal e respectivo controlo

1 - Consideram-se benefícios fiscais as medidas de carácter excepcional instituídas para tutela de interesses públicos extrafiscais relevantes que sejam superiores aos da própria tributação que impedem.

2 - São benefícios fiscais as isenções, as reduções de taxas, as deduções à matéria colectável e à colecta, as amortizações e reintegrações aceleradas e outras medidas fiscais que obedeçam às características enunciadas no número anterior.

3 - Os benefícios fiscais são considerados despesas fiscais, as quais podem ser previstas no Orçamento do Estado ou em documento anexo e, sendo caso disso, nos orçamentos das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

4 - Para efeitos de controlo da despesa fiscal inerente aos benefícios fiscais concedidos, pode ser exigida aos interessados a declaração dos rendimentos isentos auferidos, salvo tratando-se de benefícios fiscais genéricos e automáticos, casos em que os serviços fiscais podem obter os elementos necessários ao cálculo global do imposto que seria devido.

Artigo 61.º do EBF - Noção de donativo

Para efeitos fiscais, os donativos constituem entregas em dinheiro ou em espécie, concedidos, sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial, às entidades públicas ou privadas, previstas nos artigos seguintes, cuja actividade consista predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva ou educacional.

Artigo 66.º do EBF - Obrigações acessórias

1 - As entidades beneficiárias dos donativos são obrigadas a:

a) Emitir documento comprovativo dos montantes dos donativos recebidos dos seus mecenas, com a indicação do seu enquadramento no âmbito do presente capítulo e, bem assim, com a menção de que o donativo é concedido sem contrapartidas, de acordo com o previsto no artigo 60.º;

b) Possuir registo actualizado das entidades mecenas, do qual constem, nomeadamente, o nome, o número de identificação fiscal, bem como a data e o valor de cada donativo que lhes tenha sido atribuído, nos termos do presente capítulo;

c) Entregar à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, uma declaração de modelo oficial referente aos donativos recebidos no ano anterior.

2 - Para efeitos da alínea a) do número anterior, o documento comprovativo deve conter:

a) A qualidade jurídica da entidade beneficiária;

b) O normativo legal onde se enquadra, bem como, se for caso disso, a identificação do despacho necessário ao reconhecimento;

c) O montante do donativo em dinheiro, quando este seja de natureza monetária;

d) A identificação dos bens, no caso de donativos em espécie.

3 - Os donativos em dinheiro de valor superior a (euro) 200 devem ser efectuados através de meio de pagamento que permita a identificação do mecenas, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito directo.

donativos, podendo estes serem em dinheiro ou em espécie, às IPSS e às pessoas colectivas legalmente equiparadas, sem contrapartidas previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Os benefícios fiscais (incentivos às pessoas colectivas e pessoas singulares), atribuídos ao mecenato, em favor das IPSS, estão prescritos no capítulo X, nos seguintes termos:

- São consideradas custos ou perdas do exercício o valor correspondente de 130%, do valor total do donativo, com o limite de  $\frac{8}{1000}$  do volume de negócios (Vendas + Prestação de serviços);
- Mas caso o donativo se destine às áreas de apoio à infância, terceira idade, tratamento de toxicodependentes, doentes com sida, cancro ou diabéticos, e promoção de iniciativas à criação de oportunidades de trabalho e reinserção social, a majoração passa para 140%, do valor total;
- A majoração é levada para 150%, quando os donativos se destinem às seguintes áreas: mulheres grávidas em situação económica difícil, apoio a mães solteiras, apoio pré-natal, adolescentes, apoio a crianças em risco ou abandonadas, apoio à criação de infra-estruturas e serviços de conciliação da maternidade com a actividade profissional dos pais.

Os donativos em dinheiro atribuídos pelas pessoas singulares são dedutíveis à colecta do IRS do ano a que digam respeito, em 25 % das importâncias atribuídas, se não estiverem sujeitos a qualquer limitação. Os restantes donativos são dedutíveis, em 25% das importâncias atribuídas, porém, com limite de 15% da colecta. Os donativos concedidos a igrejas, instituições religiosas, pessoas colectivas de fins não lucrativos pertencentes a confissões religiosas ou por elas instituídas, serão considerados em 130 % do seu valor (artigo 63.º do EBF).

As entidades beneficiárias dos donativos têm como obrigação acessória a emissão de uma declaração comprovante do donativo e o registo de todas as operações e declarar à Direcção Geral de Contribuições e Impostos os donativos recebidos no exercício anterior, usando o modelo oficial, até final de Fevereiro. No recibo deve constar os dados fiscais, a data, e o montante de cada donativo (artigo 66.º do EBF).

Em termos de IVA, nos termos do n.º 10 do artigo 15.º do CIVA, estão isentas de imposto na transmissão, as empresas que distribuem bens às IPSS e a outras organizações não governamentais sem fins lucrativos, para posterior distribuição às pessoas carenciadas.

#### 3.3.4. Caracterização geral do regime fiscal e incentivos<sup>32</sup>

Pela disposição do artigo 8.º do EIPSS, as IPSS, depois de terem sido organizadas no registo de instituições particulares de solidariedade social pelos ministérios da tutela, nos termos do artigo 7.º, adquirem automaticamente a natureza de pessoas colectivas de utilidade pública. No seguimento da aquisição da natureza de reconhecido interesse público, gozam imediatamente de isenções fiscais.

#### 3.3.5. Acordos entre o Estado e as IPSS – Comparticipações<sup>33</sup>

Conforme está preceituado no n.º 5 do artigo 63.º da Constituição da República Portuguesa, o Estado apoia e fiscaliza a actividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social, sobre as quais se reconheça inequivocamente utilidade pública sem carácter lucrativo e prossecução de objectivos de solidariedade social consignados.

Face a estes objectivos, reconhece-se e valoriza-se o papel nobre destas instituições, com a certeza de que a intervenção resultante da cooperação entre o Estado e as autarquias pode combater e diminuir as desigualdades sociais existentes. Conforme está disposto no EIPSS (artigo 4.º), a ajuda é efectuada através da concessão de apoios, mediante acordos. Estes acordos são uma forma de salvaguardar os direitos e as obrigações entre as partes. Estabelece-se desta forma a cooperação entre o Estado e as IPSS.

Os valores das comparticipações financeiras previstos nos acordos serão fixados, anualmente, por protocolo, entre o ministro da tutela e as uniões que representam as IPSS.

Estes acordos de cooperação<sup>34</sup> são efectivados através de duas formas: por comparticipação do Estado nas despesas correntes e por acordos de gestão. No caso de acordos de gestão, subentende-se a entrega da gestão das instalações e serviços pertencentes ao domínio público.

---

<sup>32</sup> Decreto-Lei n.º 9/85, de 9 de Janeiro.

<sup>33</sup> A Lei n.º 28/84 contempla as regras de cooperação que têm vindo a ser definidas por despachos: o Despacho Normativo n.º 118/84, de 8/6, o Despacho Normativo n.º 12/88 de 12/3 e o Despacho Normativo n.º 75/92 de 20/05.

<sup>34</sup> O último protocolo disponível “Protocolo de cooperação de 2010, celebrado entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade”, pode ser consultado em: [http://novo.cnis.pt/images\\_ok/Protocolo%20MTSS-CNIS%202010.pdf](http://novo.cnis.pt/images_ok/Protocolo%20MTSS-CNIS%202010.pdf), acedido em 24/07/2011.

Porém, toda a informação prestada aos utentes, respeitante aos benefícios e às obrigações das instituições, deve ser devidamente documentada, com nitidez e lisura. Concluimos que a contabilidade e a gestão devem encontrar-se unidas, com um único propósito: a gestão deverá usar a contabilidade como um instrumento capaz de clarificar todas as operações e de apoiar-se a si mesma, na utilização dos recursos e nos processos de atingir os objectivos propostos.

Para melhor compreendermos de que forma a contabilidade versus gestão são elementos importantes no desenvolvimento destas instituições, vamos abordar o âmbito de contabilização e dos objectivos do tratamento da informação, em versão POC (sectorial) e versão SNC.

#### **IV - O Plano de Contas das IPSS (Decreto - Lei n.º 78/89 de 3 de Março), versus SNC**

Apesar deste normativo vir a ser extinto por força da aplicação do novo referencial contabilístico NCRF-ESNL, torna-se importante em termos de estudo comparativo a referência ao seu conteúdo

##### *4.1. Objectivos do PCIPSS*

Até 1989, as Instituições Particulares de Solidariedade Social elaboravam as contas de acordo com as instruções da extinta Direcção Geral da Assistência Social. Verificou-se que aquele extinto organismo não foi capaz de articular uma completa informação de gestão. A partir de 1989, algumas IPSS, para ultrapassarem as insuficiências sentidas, começaram a organizar a sua contabilidade, de acordo com o POC.

As particularidades do terceiro sector obrigaram à constituição de um grupo de trabalho, composto por técnicos de instituições de segurança social e representantes das uniões das IPSS e das misericórdias.

Na sequência da articulação e da colaboração encetada, esses trabalhadores elaboraram um estudo sobre a normalização contabilística, de acordo com as especificidades do sector. Fica então aprovado o PCIPSS<sup>35</sup>, através do Decreto-Lei n.º 78/89 de 3 de Março, reflectindo os princípios, a estrutura e os conceitos do POC. É importante referir que o PCIPSS contempla as alterações ao POC pela adaptação à 4.ª Directiva da UE. Esta legislação teve em vista uniformizar critérios, normalizar procedimentos contabilísticos, dotar as instituições de informação contabilística das várias actividades desenvolvidas e contribuir para que as contas das IPSS sejam de fácil leitura, ora para os seus órgãos de gestão, ora para os utilizadores dos seus serviços, ora para as outras entidades envolvidas, directa ou indirectamente, seguramente, com interesses nos resultados da actividade das IPSS.

A contabilidade é então executada de acordo com o Plano de Contas das IPSS, cumprindo-se as determinações previstas nos Decretos-Lei n.ºs 78/89 e 366/89: Este plano começou a ser aplicado desde 1 de Janeiro de 1990, de forma impreterível e obrigatoriamente.

---

<sup>35</sup> O Decreto Lei n.º 78/89, de 03 de Março pode ser consultado em:

[http://www.dgtf.pt/ResourcesUser/DGTF/Documentos/SucessaoEntidadesExtintas/FFH-DL\\_77\\_89.pdf](http://www.dgtf.pt/ResourcesUser/DGTF/Documentos/SucessaoEntidadesExtintas/FFH-DL_77_89.pdf), acedido em 05/06/2011

Tendo em conta as singularidades desta contabilidade e apesar de se basear nos mesmos pressupostos da contabilidade geral, caracteriza-se sobretudo pela contabilização por centros de custo, respeitando a diversidade de valências, tais como, por exemplo, a prossecução da prestação de serviços ao nível dos centros de dia, apoio domiciliário, creche, etc. Neste tipo de contabilidade é necessário apurar os resultados por valência. Este tratamento contabilístico é indispensável no processo de prestação e apresentação de contas aos centros distritais de Segurança Social e para a celebração de protocolos de apoio financeiro.

Destacamos ainda a obrigatoriedade da apresentação de um processo de gestão previsional. Após a execução orçamental, se o orçamento tiver sofrido desvios e de acordo com as estratégias do processo de gestão previsional, a entidade é obrigada a apresentar um orçamento rectificativo, o qual será apresentado no mês de Novembro. Não tem depósito de contas na Conservatória, mas estas são depositadas na Segurança Social, para sua análise e controlo.

#### **4.2. O PCIPSS**

##### **Estrutura do PCIPSS**

- Introdução
- Considerações técnicas
- Quadro de contas
- Lista de Contas
- Âmbito das contas
- Critérios de valorimetria
- Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados
- Mapas

##### **Âmbito das contas**

Relativamente ao POC, uma das grandes diferenças apontadas encontra-se na denominação da classe 5: o fundo social, as reservas e os resultados transitados representam o total de activos líquido, ou seja, o financiamento inicial e as reservas das instituições.

Nas notas explicativas à conta 51, o fundo social significa que esta conta integra o valor do património líquido existente, não sofrendo alterações posteriores e



conservando o valor obtido na data da constituição ou no início do 1.º ano de aplicação deste plano.

### **Amortizações e Provisões**

No que respeita às Amortizações:

- As instituições aplicam o método das quotas constantes, as taxas recomendadas são as previstas no próprio PCIPSS.

No que respeita a provisões estão previstas:

- Provisões para aplicações de tesouraria” e as “Provisões para investimentos financeiros”, constituem-se quando o custo de aquisição é superior ao valor de mercado, ou seja, quando se verifica um potencial prejuízo;
- Provisão para cobrança duvidosa”, tendo em conta a margem de risco da cobrança, poderá ser constituída a provisão, sempre que a instituição assim o entender;
- Provisões para riscos e encargos” regista o custo de uma provável despesa a pagar de ocorrência provável e de montante incerto;
- Provisão para depreciação de existências” a sua constituição resulta da diferença entre o custo de aquisição ou de produção fruto da aplicação dos critérios de valorimetria a que estão sujeitas as existências.

### **Crítérios de Valorimetria**

Os critérios de valorimetria são semelhantes aos do POC:

- Quanto às Disponibilidades, no final de cada exercício, é tido em conta o valor cambial das Disponibilidades, em moeda estrangeira. Assim, no caso de haver diferenças de câmbio serão registadas na conta “ Custos e Perdas Financeiras” ou na conta “Proveitos e Ganhos financeiros”, consoante são desfavoráveis ou favoráveis, respectivamente.

### **Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria:**

- Nas dívidas de e a terceiros, as operações, em moeda estrangeira, são reflectidas ao valor do câmbio à data da operação, excepto se tiver sido previamente estipulado pelos intervenientes ou até mesmo por uma terceira entidade. No entanto, à data do balanço, em caso do câmbio não ter sido acordado, deve ser feita uma actualização, cuja diferença será reflectida numa conta de classe 6 ou 7, conforme mencionamos relativamente para com as Disponibilidades. As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção. O custo de aquisição é o somatório do preço de compra

mais os gastos directos ou indirectos, aplicados na colocação dos produtos no Estado actual onde se encontra e no seu local de armazenagem.

- O custo de produção de um bem é o somatório dos custos das matérias-primas, mais os custos da mão-de-obra directa e os dos custos industriais variáveis ou fixos necessários à sua produção e colocação no Estado onde se encontra e no local de armazenagem. Os custos industriais fixos podem ser imputados ao custo de produção, enquanto os custos de distribuição, de administração geral e financeiros não podem, pois encontram-se enquadrados noutros contextos. Quando o custo de aquisição ou de produção for superior ao preço de mercado, será esse valor que deve ser considerado. Esta situação é eventualmente causada por obsolescência, deterioração física ou parcial, quebra de preços, entre outros factores semelhantes e não semelhantes.
- Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos são valorizados pelo valor realizável líquido, salvo se houver um critério mais adequado. O valor realizável líquido de um bem é o valor pelo qual se espera da venda, líquido de todos os custos. Relativamente à determinação dos custos de produção, o critério a adoptar será o correspondente ao preço de mercado, deduzindo-se a margem normal do lucro. No caso dos programas plurianuais, podem ser valorizados, no final do exercício, pelo método da percentagem de acabamentos.
- Atendendo à especificidade das instituições, os auto-consumos, produtos produzidos e consumidos na própria instituição, podem ser valorizados ao preço de mercado, tendo em conta o objectivo de não distorcer os custos das valências. Assim, como método de custeio aconselha-se o Custo Médio Ponderado muito embora sejam aceites o Custo Específico, o FIFO, o LIFO ou o Custo Padrão.
- Por fim, em matéria de imobilizações, os activos imobilizados devem ser valorizados ao custo de aquisição ou ao custo de produção. Se tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante o período correspondente. Os custos de aquisição e de produção dos bens do imobilizado devem ser determinados conforme as definições aplicadas em matéria das existências. O imobilizado doado deve estar contabilizado no activo das instituições pelo valor que teria caso fosse transaccionado. Sempre que à data do balanço os investimentos financeiros se encontrem com um valor inferior aos registos contabilísticos, essa diferença deve ser relevada, através da conta de provisões. No que diz respeito ao imobilizado corpóreo ou incorpóreo, independentemente da sua vida útil, se o seu valor for inferior aos valores contabilísticos, a diferença deve ser objecto de amortização, no caso

de se prever que essa redução seja permanente. Mas se o motivo que causou essa amortização deixar de ter fundamento, a amortização deve cessar logo, senão a imagem da realidade é distorcida e falsa.

### **Anexos ao Balanço e à Demonstração dos resultados**

No anexo ao balanço e à demonstração dos resultados devem ser relevados aspectos que tenham interesse na análise económico-financeira:

1. Comentar a comparabilidade de resultados entre os dois exercícios subsequentes;
2. Mencionar os critérios de valorimetria utilizados, os métodos de cálculo, relativamente às amortizações e provisões;
3. Referir cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa;
4. Indicação do número médio de pessoas ao serviço da instituição, no exercício repartido por valências;
5. Calcular o número médio de utentes por valência, aquando o exercício respectivo;
6. Preenchimento de dois mapas, um relativo aos movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado bruto e o outro referente às amortizações e provisões;
7. Discriminações da conta 4154 – “Fundos” e indicações das respectivas afectações. Esta conta “inclui os bens detidos pela instituição e destinados a fazer face a compromissos prolongados”;
8. Discriminação das dívidas contempladas na conta “Sector Administrativo em situação de mora”;
9. Elaboração de um quadro e explicações sobre provisões acumuladas;
10. Quadro sobre o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas;
11. Demonstração da variação da produção;
12. Demonstração dos resultados extraordinários;
13. Indicação dos movimentos da conta 23 – empréstimos obtidos, ocorridos no exercício;
14. Outras informações consideradas relevantes para melhor entendimento da situação financeira e dos seus resultados.

### **Mapas**

As IPSS são obrigadas à apresentação dos seguintes mapas:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados Líquidos;
- Resultados por Valência;
- Resultados de Outras Actividades;
- Conta de Exploração Previsional;

- Orçamento de Investimentos;
- Orçamento de Desinvestimentos de Apresentação Facultativa;
- Demonstração de Variações de Fundos Circulantes;
- Origem e Aplicação de Fundos.

Podemos visualizar um exemplo de obrigações declarativas, para exemplificar a matéria atrás descrita, em termos de administração fiscal, da Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor, nos anexos deste trabalho, com excepção do modelo de IRC, devido a esta instituição encontrar-se isenta da sua entrega. A propósito do tema, eis algumas considerações recomendáveis:

- IRC – Declaração Rendimentos (se tiverem alguma actividade não isenta);
- IES – Informação Empresarial Simplificada;
- Modelo 10 – Rendimentos e Retenções;
- Modelo 25 – Donativos recebidos.

Por outro lado, as IPSS e Equiparadas têm de submeter à tutela o orçamento e as contas anuais das IPSS (OCIP). A partir do exercício de 2010, começou a ser obrigatório a submissão electronicamente:

- Contas Anuais<sup>36</sup>, até 30 de Abril;
- Orçamentos anuais<sup>37</sup>, até 30 de Novembro do ano anterior a que diz respeito;

---

<sup>36</sup> Os documentos que fazem parte do processo de contas anuais são:

1. Acta de aprovação das contas pelo órgão de administração, nas instituições de forma não associativa;
2. Parecer do órgão de fiscalização;
3. Acta de aprovação das contas pela assembleia-geral de associados das instituições de forma associativa;
4. Balancete do mês de Dezembro, incluindo movimentos do mês e movimentos acumulados;
5. Balancete de apuramento de resultados;
6. Anexo ao Balanço e Demonstração dos resultados, com observações;
7. Mapa de controlo do(s) subsídio(s) para investimento(s).

<sup>37</sup> Os documentos que fazem parte do processo de orçamento são:

1. Acta de aprovação do orçamento pelo órgão de administração nas instituições de forma não associativa;
2. Parecer do órgão de fiscalização;
3. Acta de aprovação do orçamento pela Assembleia-Geral de Associados, das Instituições de forma associativa;
4. Memória Justificativa, incluindo:
  - a) Indicação das actividades que vão encerrar/iniciar no ano, descrevendo por contas de exploração previsional os valores do respectivo impacto;
  - b) Indicação de procedimentos a introduzir para optimização/redução de custos no ano a orçamentar, com eventuais impactos superiores a 15%, a discriminar por contas;
  - c) Identificação dos investimentos a efectuar e fontes de financiamento;

- Revisões orçamentais, até 15 de Novembro, do ano a que se refere.

Na prossecução do entendimento de considerações técnicas, as principais diferenças entre o PCIPSS e o POC resumem-se às especificidades das IPSS: a “Demonstração dos resultados Líquidos” é desdobrada em “ Resultados por Valência” e “Resultados de Outras Actividades”, com o intuito sistemático e intencional de fazer-se transparecer a origem dos resultados.

Está prevista a classe 9 – Contabilidade analítica com centros de proveitos, custos e resultados. Mas fica ao arbítrio das instituições a adaptação de acordo com a sua própria realidade.

Apesar deste sistema contabilístico já responder às questões e necessidades contabilísticas e financeiras requeridas, relevantes e prementes, na elaboração das contas anuais e do orçamento, para submissão à Segurança Social, falha na questão de harmonização contabilística, por comparação com outros países. Persiste a necessidade de um “Sistema de Normalização Contabilístico”, porém mais operante e funcional, que além de responder a todas estas questões sem défices, também nos permita a comparação com os outros sistemas implementados pelos nossos parceiros, distribuídos pelo mundo actual, fornecendo comparabilidade, transparência, rigor, equidade e segurança superiores, ante o olhar científico e as vozes da praça pública regozijadas.

#### *4.3. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC)*

##### *4.3.1. NCRF-ESNL*

A normalização contabilística para as ESNL, integra o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. Este sistema, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, capítulo III, de 9 de Março, no seguimento do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. Tal Como se define no seu artigo 5.º a normalização contabilística dirige-se a todas as entidades, que tenham a título principal uma actividade sem finalidade

---

d) Identificação dos desinvestimentos a efectuar;

e) Outros dados considerados relevantes para a compreensão dos valores orçamentados

lucrativa, e não possam distribuir qualquer ganho económico-financeiro aos seus membros ou contribuintes.

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, previu e determinou, através da publicação de uma portaria específica, a elaboração do quadro síntese do Código de Contas (lista codificada de contas), relativo apenas às especificidades inerentes das ESNL e às notas de enquadramento das contas específicas das ESNL, bem como aos modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis. As portarias foram as seguintes:

- A Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março, que aprova os modelos das Demonstrações Financeiras a apresentar;
- A Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março, que aprova o Código de Contas específico para as ESNL.

|                           |   |                           |
|---------------------------|---|---------------------------|
| Norma Contabilística      | → | Aviso n.º 6726-B/2011     |
| Aprovação do regime       | → | Decreto-Lei n.º 36-A/2011 |
| Demonstrações Financeiras | → | Portaria n.º 105/2011     |
| Quadro de Contas          | → | Portaria n.º 106/2011     |

Os modelos das demonstrações financeiras a apresentar, e aprovados em portaria são:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados por naturezas;
- c) Demonstração dos resultados por funções;
- d) Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- e) Demonstração dos fluxos de caixa;
- f) Anexo.

Ficam sujeitas a certificação de contas sempre que apresentarem contas consolidadas ou ultrapassam os seguintes limites:

- Total Balanço – 1.500.000 euros;
- Total de vendas líquidas e outros proveitos – 3.000.000 euros;
- Número de trabalhadores em média durante o exercício – 50.

Os limites referidos, são os definidos no artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais.

Caso o volume de vendas e outros proveitos, não excedam em nenhum dos dois períodos anteriores os 150.000 euros, ficam dispensados da aplicação do SNC-ESNL. Sendo assim as ESNL, de acordo com o art. 10.º<sup>38</sup>, do Decreto-Lei 36-A/2011, de 9 de Março, podem ficar dispensadas da aplicação do Sistema de Normalização. Ficando obrigadas a apresentar Informação, em “regime de caixa”, através dos mapas seguintes:

- a) Pagamentos e recebimentos;
- b) Património fixo;
- c) Direitos e compromissos futuros.

Pagamentos e recebimentos

| Mapa de recebimentos e pagamentos - Ano N |  |
|---|--|
| Recebimentos                              | Pagamentos                             |
| <b>1. Recebimentos actividade</b>         | <b>1. Funcionamento</b>                |
| Jóias e quotas                            | Pessoal                                |
| Actividades                               | Seguros                                |
| Doações                                   | Rendas                                 |
| Subsídios                                 | Manutenção                             |
| Outros                                    | Água, electricidade e gas              |
| <b>2. Recebimentos comerciais</b>         | Representação e deslocações            |
|   | Comunicações                           |
| <b>3. Recebimentos capitais</b>           | Material de escritório                 |
|   | Higiene, segurança e conforto          |
| <b>4. Recebimentos prediais</b>           | Despesas específicas das actividades   |
|   | Outras                                 |
|   |  |
|   |  |
|   |  |
|   | <b>2. Investimento</b>                 |
|   | Aquisição de equipamentos              |
|   | Aquisição ou construção de instalações |
|   | Outras                                 |
| <b>Total</b> - €                          | <b>Total</b> - €                       |
| Saldo do ano anterior                     |  |
| Receitas                                  |  |
| Despesas                                  |  |
| Saldo para o ano seguinte                 |  |

<sup>38</sup> **Artigo 10.º Dispensa de aplicação**

1 — Ficam dispensadas da aplicação da normalização contabilística para as ESNL as entidades cujas vendas e outros rendimentos não excedam € 150 000 em nenhum dos dois exercícios anteriores, salvo quando integrem o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações Financeiras, consolidadas ou estejam obrigadas à apresentação de qualquer das demonstrações financeiras referidas no n.º 1 do artigo 11.º, por disposição legal ou estatutária ou por exigência das entidades públicas financiadoras.

2 — No exercício do início de actividade, o limite referido no número anterior reporta -se ao valor anualizado do total dos rendimentos estimados.

3 — As entidades dispensadas da aplicação da normalização contabilística para as ESNL, nos termos do disposto nos números anteriores, e que não optem pela sua aplicação ficam obrigadas à prestação de contas em regime de caixa.

4 — Cessa a dispensa a que se refere o n.º 1 quando for ultrapassado o limite nele referido, ficando a entidade obrigada a partir do exercício seguinte, inclusive, a aplicar a normalização contabilística para as ESNL.

**Património fixo**

| <b>Mapa de Património fixo - Ano N</b> |              |
|--|--------------|
| <b>Património</b>                      |              |
| <b>Descrição</b>                       | <b>Valor</b> |
| <b>Anos anteriores</b>                 |              |
|  |              |
| <b>Sub Total</b>                       |              |
| <b>Ano corrente</b>                    |              |
|  |              |
| <b>Sub Total</b>                       |              |
| <b>Total</b>                           | - €          |

**Direitos e compromissos futuros**

Unidade monetária:  
euro

| <b>Mapa de direitos e compromissos futuros - Ano N</b> |              |                                 |
|--|--------------|---------------------------------|
| <b>Direitos</b>  |              |                                 |
| <b>Descrição</b>                                       | <b>Valor</b> | <b>Ano previsto recebimento</b> |
| Quotas   |              |                                 |
| Subsídios  |              |                                 |
| Rendas   |              |                                 |
| Outros   |              |                                 |
| <b>Total</b>   |              |                                 |
| <b>Compromissos</b>                                    |              |                                 |
| <b>Descrição</b>                                       | <b>Valor</b> | <b>Ano previsto pagamento</b>   |
| Empréstimos  |              |                                 |
| Associados   |              |                                 |
| Fornecedores   |              |                                 |
| Locadoras  |              |                                 |
| Outros   |              |                                 |
| <b>Total</b>   |              | - €                             |

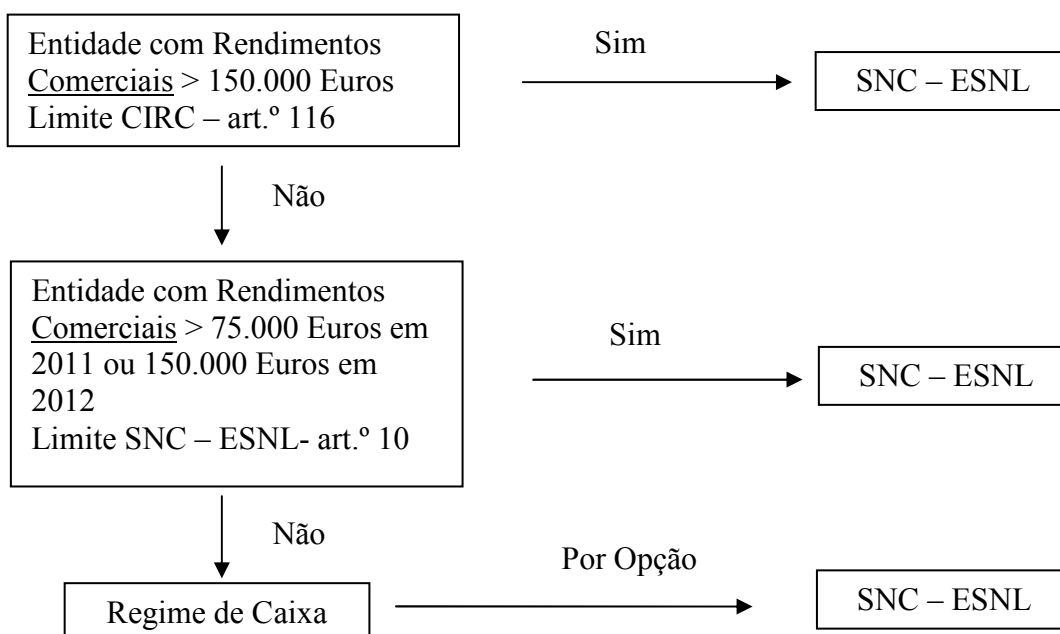
Para a elaboração dos mapas, no Regime de Caixa, é importante ter em consideração algumas questões fiscais essenciais, aquando do registo contabilístico dos factos patrimoniais. Os recebimentos dos donativos devem ser registados, de forma a responder às obrigações declarativas do modelo 25, (alínea c) do n.º 1 do artigo 66.º do EBF e alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º – A do Estatuto Mecenato Científico). Na elaboração do mapa de património fixo, este deve ser preenchido de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, e que veio revogar o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de



Janeiro. Também é importante fazer o registo de imposto de selo liquidado, de forma a responder ao preenchimento da Declaração Anual, Anexo Q do IS, nos termos do artigo 53.º do CIS.

Fazendo uma análise da aplicabilidade do Regime de Caixa face ao IRC, é necessário analisar os n.ºs 3 e 4 do artigo 116.º do Código do IRC (Fiscal, 2009, 24.ª edição), que nos diz que se determinada entidade ultrapassar rendimentos comerciais superiores a 75.000 euros, terá de ter contabilidade organizada, pelo que o limite de 150.000 euros no regime SNC-ESNL fica delimitado pelo Código do IRC, devendo adoptar NCRF-ESNL. Com a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (orçamento do Estado para 2012) o limite de 75.000 euros passou a ser de 150.000 euros, harmonizando o valor em ambos normativos. Daqui concluímos que o montante de 75.000 euros, apenas, será relevante para as entidades que tiveram adoptado NCRF-ESNL em 2011.

Esquemáticamente, aplicação do Regime de Caixa:



O Regime de Contra-Ordenação Aplicável às ESNL está definido nos artigos 17.º e 18.º do respectivo decreto-lei, sendo da competência da Comissão de Normalização, com a possibilidade de subdelegação. O produto das coimas reverte em 60% para o Estado e 40% a favor da CNC.

Importa salientar que as entidades sujeitas ao NCRF-ESNL, que não respeitem as disposições constantes nas normas contabilísticas e de relato financeiro, distorcendo as demonstrações financeiras, é punido com a coima de 500 euros a 15.000 Euros. E

aquelas entidades que integrem lacunas de modo diverso, ou não apresentem qualquer das demonstrações financeiras, é punida com a coima vai de 500 a 15.000 euros.

A aplicação da Normalização Contabilística para as ESNL é implementada obrigatoriamente a partir de 01/01/2012, porém, opcionalmente, coexiste a possibilidade de a adotarem a partir de 2011.

O Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL (NCRF-ESNL) é composto pelos seguintes instrumentos:

|            |   |  |
|------------|---|--|
| BADF       | ⇒ | Bases para apresentação das demonstrações financeiras                              |
| MDF        | ⇒ | Modelos das demonstrações financeiras  |
| CC         | ⇒ | Código de Contas   |
| NCRF- ESNL | ⇒ | Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo |
| NI         | ⇒ | Normas Interpretativas   |

Partindo do pressuposto que sempre que o SNC – ESNL não responda às particularidades de determinada situação, impedindo que a informação seja tratada de forma verdadeira e apropriada, ficou estabelecido no respectivo decreto-lei, que o recurso à informação, deveria ser feita pela ordem seguinte:

- a) Ao SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e demais legislação complementar;
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas e revisadas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC–IFRIC<sup>39</sup>.

No ponto 3 do Decreto-lei 36-A/2011, de 9 de Março, define-se as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

---

<sup>39</sup> Interpretações do Standing Interpretations Committee / International Financial Reporting Interpretations Committee  
Consulta realizada em [http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc\\_SIC.htm](http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc_SIC.htm), em 05/06/2011. Para uma melhor conhecimento acerca de IAS/IFRS e Interpretações (SIC/IFRIC), pode-se consultar a página de internet: [http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/ias/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/ias/index_en.htm)

As Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras apresentam requisitos, que permitem assegurar a comparabilidade da informação entre exercícios anteriores, bem como, a comparabilidade entre entidades diferentes.

O reconhecimento, a mensuração, a divulgação e aspectos particulares de apresentação de transacções específicas e outros acontecimentos são tratados na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

As Demonstrações Financeiras são um instrumento que representam e demonstram a posição financeira e o desempenho de uma entidade. O objectivo ou a finalidade das Demonstrações Financeiras é informar acerca da posição financeira das empresas, do seu desempenho financeiro, dos fluxos de caixa e uma demonstração das alterações dos capitais próprios de uma entidade. Assim, os seus utentes têm uma base de informação para a melhor tomada de decisões. Por outro lado as Demonstrações Financeiras também mostram de que forma a gestão da entidade está a ser conduzida e também contribuem na tomada de decisão dos gestores, representantes, proprietários e outros.

Para validar estes pressupostos, as Demonstrações Financeiras devem proporcionar informação de uma entidade acerca dos seguintes elementos:

- a) Activos;
- b) Passivos;
- c) Fundos patrimoniais;
- d) Rendimentos (réditos e ganhos);
- e) Gastos (gastos e perdas);
- f) Outras alterações nos fundos patrimoniais; e
- g) Fluxos de caixa.

Toda esta informação, acrescida da informação proporcionada nas notas do anexo, informam os utentes das Demonstrações Financeiras e ajudam-nos a compreender a posição económico-financeira da entidade com certeza e tempestividade de forma oportuna.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras, é composto, nomeadamente, por:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados;
- c) Uma demonstração dos fluxos de caixa; e

d) Um anexo onde se divulgam as bases de preparação, políticas e contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pela NCRF -ESNL.

Realça-se a importância da elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade, pois quando é usada devidamente, com as restantes demonstrações financeiras, revela ser realmente uma ferramenta poderosíssima, que explica a capacidade e o modo de determinada entidade gerar dinheiro e outros equivalentes e que determina as necessidades de utilização dos fluxos de caixa. Vamos analisar adiante o exemplo apresentado, que diz respeito à Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.

As políticas contabilísticas que devem ser divulgadas e que proporcionam informação relevante, fiável, comparável e compreensível reúnem um conjunto de características comuns:

#### **- Continuidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser preparadas segundo o pressuposto da entidade gozar de continuidade, devendo o órgão de gestão fazer uma avaliação da capacidade da entidade prosseguir. O órgão de gestão deve avaliar e divulgar incertezas materiais, caso elas existam, relacionadas com acontecimentos graves, que podem afectar e condicionar a continuidade da entidade ou causar-lhe definhamento ou desaparecimento.

#### **- Regime do acréscimo**

Uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, utilizando o Regime Contabilístico de Acréscimo (periodização económica), excepto na informação de fluxos de caixa. Ao ser usado o Regime Contabilístico de Acréscimo, os itens, os elementos das demonstrações financeiras, são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos, gastos, etc., desde que satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

#### **- Consistência de apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas Demonstrações Financeiras deve ser mantida de um período para outro, excepto, se houver alterações significativas na natureza das operações da entidade ou se existir uma revisão intercalar das respectivas Demonstrações Financeiras, cujos elementos permitam indiciar outra apresentação ou outra classificação como sendo mais apropriada, ao mesmo tempo

que não prejudica a comparabilidade, tendo subjacente os critérios para a selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF -ESNL.

#### **- Materialidade e Agregação**

Todos os itens semelhantes ou então dissemelhantes devem ser agrupados e apresentados em separado. Considera-se que se determinado item inscrito nas Demonstrações financeiras, tem capacidade de influenciar na tomada de decisão, então é importante esta clareza na associação dos itens.

#### **- Compensação**

Todos os activos e passivos, os rendimentos e gastos não devem ser compensados.

#### **- Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser incluída, para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras no período corrente. Regra geral, faz-se sempre a comparação entre o período corrente com o período anterior.

Sempre que exista alterações às políticas contabilísticas, as quantias relevadas devem ser explicadas quanto à sua:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação

O SNC caracteriza-se por ser um sistema que assenta mais em princípios do que em regras e que tem por base uma estrutura conceptual, que orienta a sua implementação, delineando os seus objectivos, quanto à aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. Caracteriza-se pela sua realização em quatro fases:

- Reconhecimento (Balanço e DR);
- Mensuração (Balanço e DR);
- Divulgação (Anexo);
- Apresentação (Balanço, Demonstração dos Resultados e Demonstração de Fluxos de Caixa).

Reconhecimento, significa, reconhecer e incorporar nas Demonstrações Financeiras os itens que satisfazem os critérios estabelecidos na estrutura conceptual. Temos

assim um conjunto organizado de conceitos que fica definido como sendo uma estrutura conceptual, seguindo um corpo de normas contabilísticas, com o objectivo de relato financeiro, que forneça informação tempestiva.

Com a implementação do SNC-ESNL, a intervenção de um TOC na prática contabilística e de gestão, obriga a que este tenha uma responsabilidade técnica e profissional acrescida, devido à subjectividade que por vezes a interpretação da norma suscita. Daí a nossa opinião de que os quadros de qualquer entidade devem ser enriquecidos com técnicos especializados.

Resumo da norma contabilística aplicada às ESNL, temos:

|  |  |
|--|--|
| <p>BADF<br/>Âmbito, Finalidade e Componentes<br/>(Dec. Lei n.º 36-A/2011)</p>  | <p>1. Quanto ao âmbito, deve ser aplicada a todas as entidades que cumpram os requisitos sobre ESNL;<br/>2.a) Permitir comparabilidade entre períodos e entre entidades;<br/>2.b) Satisfazer as necessidades dos utentes, fornecendo informação;<br/>3. As Demonstrações Financeiras permitem uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho do órgão gestão;</p>   |
| <p>MDF<br/>Conjunto das Demonstrações Financeiras (publicado por portaria do membro do governo responsável pela área das Finanças (Portaria n.º 105/2011))</p>           | <p>a) Balanço;<br/>b) Demonstração dos Resultados (por natureza/funções);<br/>c) Demonstração dos Fluxos de Caixa;<br/><br/>d) Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais;<br/><br/>e) Anexo que divulgue as bases de preparação e políticas contabilísticas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade;</li> <li>• Regime do Acréscimo;</li> <li>• Consistência de Apresentação;</li> <li>• Materialidade e Agregação;</li> <li>• Compensação;</li> <li>• Informação Comparativa,</li> </ul> <br/>f) Mapas para as entidades sujeitas ao Regime de Caixa <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pagamentos e Recebimentos;</li> <li>✓ Património Fixo;</li> <li>✓ Direitos e Compromissos Futuros,</li> </ul> </p> |
| <p>CC<br/>Aprovado, publicado por portaria do membro do governo responsável, pela área das Finanças (Portaria n.º 106/2011)</p>  | <p>a) Quadro Síntese de Contas;<br/>b) Código de Contas, com as especificidades das ESNL;<br/>c) Notas de Enquadramento às Contas Específicas das ESNL;<br/>O Código de Contabilidade (CC) deve ser utilizado pelas entidades abrangidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas na UE, nos termos do Regulamento do Conselho Europeu (CE) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Julho</p>   |
| <p>NCRF-ESNL<br/>Proposta pela CNC, publicado no Diário da República, através de Aviso a NCRF- ESNL (Aviso n.º 6726-B/2011)</p>  | <p>Objectivos - Define os principais aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação;</p>  |
| <p>NI<br/>Proposta pela CNC, publicado no Diário da República, através de Aviso, depois de aprovado, pelo responsável pela área das Finanças (Aviso n.º 6726-B/2011)</p> | <p>Sempre que necessário são produzidas normas interpretativas para esclarecer e orientar determinado conteúdo da norma.</p>   |

#### 4.3.2. PCIPSS versus SNC

Atendendo às particularidades do terceiro sector, podemos analisar as principais etapas da implementação dos dois sistemas contabilísticos adoptados:

Em 1989, através da implementação do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, que revogou o 1.º POC instituído pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Novembro, (tendo por base a adesão de Portugal à CEE, em 1 de Janeiro de 1986), foi adoptado o Plano Oficial de Contabilidade (POC), logo aplicável a todas as entidades que se enquadravam no seu âmbito.

Em 1990, é adoptado o PCIPSS, através do Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de Março, contemplando as alterações ao POC de 1989, pela adaptação da 4.ª, Directiva da CE, sendo a sua aplicação obrigatória a partir de 01/01/1990.

A título de exemplo, podemos referir algumas particularidades: a aplicação de centros de custo (valências); a prestação de contas dirigida ao CRSS distrital, com entrega e depósito do Orçamento, que contemplava como mapas obrigatórios o Balanço, a Demonstração dos resultados, os Resultados por Valências, os Resultados de Outras Actividades, a Conta de Exploração Previsional, o Orçamento de Investimento, o Orçamento de Desinvestimento...

Em 2011, foi aprovado o Regime de Normalização Contabilística para ESNL - através do Decreto-Lei n.º 36/A/2011, de 09 de Março. Conforme o preceituado no ponto 6.1 do Anexo II, integra o SNC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que revogou os planos sectoriais baseados no POC. Entra obrigatoriamente em 2012 em vigor ou já entrou em 2011, por opção.

O Código de Contas, aprovado, especificamente, para as ESNL, encontra-se apresentado pelo quadro síntese na Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março.

Como podemos analisar através da comparação entre O PCIPSS e o SNC, foram realizadas adaptações terminológicas de um sistema de contas para o outro:

| <b>POCIPSS</b>   | <b>NCRF-ESNL</b>   |
|--|--|
| <b>Classe 1 Disponibilidades</b>   | <b>Classe 1 Meios Financeiros Líquidos</b>   |
| 11 Caixa<br>12 Depósitos à ordem<br>13 Depósitos a prazo<br>14 Outros Depósitos Bancários<br>15 Títulos Negociáveis<br>18 Outras aplicações de tesouraria<br>19 Provisões para aplicações de tesouraria  | 11 Caixa<br>12 Depósitos à ordem<br>13 Outros depósitos bancários<br>14 Instrumentos financeiros   |
| <b>Classe 2 Terceiros</b>  | <b>Classe 2 Contas a Receber e a Pagar</b>   |
| 21 Clientes e Utentes<br>22 Fornecedores<br>23 Empréstimos Obtidos<br>24 Sector Publico Administrativo<br><br>26 Outros devedores e credores<br>27 Acréscimos e Diferimentos<br>28 Provisões para cobranças duvidosas<br>29 Provisões para riscos e encargos   | 21 Clientes e Utentes<br>22 Fornecedores<br>23 Pessoal<br>24 Estado e outros entes públicos<br>25 Financiamentos obtidos<br>26 Fundadores /Patrocinadores/doadores/associados / membros<br>27 Outras contas a receber e a pagar<br>28 Diferimentos<br>29 Provisões   |
| <b>Classe 3 Existências</b>  | <b>Classe 3 Inventários e activos Biológicos</b>   |
| 31 Compras<br>32 Mercadorias<br>33 Produtos Acabados e intermédios<br>34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos<br>35 Produtos e trabalhos em curso<br>36 Matérias-Primas, subsidiarias e de consumo<br>37 Adiantamentos por conta de compras<br>38 Regularização de existências<br>39 Provisão para depreciação de existências | 31 Compras<br>32 Mercadorias<br>33 Matérias-Primas, subsidiarias e de consumo<br>34 Produtos acabados e intermédios<br>35 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos<br>36 Produtos e trabalhos em curso<br>37 Activos biológicos<br>38 Reclassificação e regularização de inventários e activos biológicos<br>39 Adiantamento por conta de compras |
| <b>Classe 4 Imobilizações corpóreas</b>  | <b>Classe 4 Investimentos</b>  |
| 41 Investimentos Financeiros<br>42 Imobilizações Corpóreas<br>43 Imobilizações Incorpóreas<br>44 Imobilizações em Curso<br>48 Amortizações Acumuladas<br>49 Provisão para Investimentos Financeiros<br>Classe 5 Fundo Social, Reservas e Resultados Transitados  | 41 Investimentos Financeiros<br>42 Propriedades de Investimento<br>43 Activos fixos tangíveis<br>44 Activos intangíveis<br>45 Investimentos em curso<br>46 Activos não correntes detidos para venda *<br>Classe 5 Fundo Social, Reservas e Resultados Transitados  |
| <b>51 Fundo social</b><br><br>55 Reservas de Reavaliação<br>56 Reservas Estatutárias<br>57 Reservas Especiais<br><br>59 Resultados Transitados   | <b>51 Fundos</b><br>52 Excedentes técnicos<br>55 Reservas<br>56 Resultados Transitados<br>57 Ajustamentos em activos financeiros<br>58 Excedentes de revalorização de activos tangíveis e intangíveis<br>59 Outras variações nos fundos Patrimoniais   |



| <b>Classe 6 Custos e Perdas</b>                        | <b>Classe 6 Gastos</b>                                      |
|--|---|
| 61 CMVMC   | 61 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas |
| 62 FSE   | 62 Fornecimentos e serviços externos                        |
| 63 Impostos  | 63 Gastos com o pessoal                                     |
| 64 Custos com Pessoal                                  | 64 Gastos de depreciação e de amortização                   |
| 65 Benefícios processados e outros custos operacionais | 65 Perdas por imparidade                                    |
| 66 Amortizações  | 66 Perdas por reduções de justo valor                       |
| 67 Provisões   | 67 Provisões do período *                                   |
| 68 Custos e Perdas Financeiros                         | 68 Outros gastos e perdas                                   |
| 69 Custos e Perdas Extraordinários                     | 69 Gastos e perdas de financiamento                         |
| <b>Classe 7 Proveitos e Ganhos</b>                     | <b>Classe 7 Rendimentos</b>                                 |
| 71 Vendas  | 71 Vendas   |
| 72 Prestações de Serviços                              | 72 Prestações de Serviços                                   |
| 73 Proveitos Suplementares                             | 73 Variações nos inventários da produção                    |
| 74 Participações e subsídios à exploração              | 74 Trabalhos para a própria entidade                        |
| 75 Trabalhos para a própria instituição                | 75 Subsídios, doações e legados à exploração                |
| 76 Outros proveitos suplementares                      | 76 Reversões  |
|  | 77 Ganhos por aumento do justo valor                        |
| 78 Proveitos e Ganhos Financeiros                      | 78 Outros rendimentos e ganhos                              |
| 79 Proveitos e Ganhos Extraordinários                  |   |
| <b>Classe 8 Resultados</b>                             | <b>Classe 8 Resultados</b>                                  |
| 81 Resultados Operacionais                             | 81 Resultados líquidos do período.                          |
| 82 Resultados Financeiros                              |   |
| 83 (Resultados Correntes)                              |   |
| 84 Resultados Transitados                              |   |
| 88 Resultado Líquido do Exercício                      |   |
| Classe 9 Contabilidade Analítica                       |   |
| 96 Custos das Valências e de outras Actividades        |   |
| 97 Proveitos das Valências e de outras actividades     |   |
| 99 Resultados da Contabilidade Analítica               |   |

O código de contas, contém contas específicas, inerentes às ESNL, que serão usadas de acordos com a nova tipologia e conteúdo.

Algumas alterações com sentido, são por exemplo na conta 26 que foi red denominada para a conta 26 Fundadores /Patrocinadores/doadores /associados/membros, visto este tipo de entidades não possuir sócios nem accionistas a quem distribuem resultados positivos.

A conta 25 empréstimos pode ser desdobrada de acordo com os financiadores São introduzidas novas contas, tais como: conta 52 Excedentes técnicos, 58 Excedentes de revalorização de activos tangíveis e intangíveis, 77 Ganhos por aumento do justo valor

Em 2012, (ou 2011 por opção), ao adoptar-se pela primeira vez o SNC-ESNL, deverá ser elaborado um balanço de abertura, reconvertido de acordo com as regras do SNC-ESNL. Deverão estar subjacentes os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento e mensuração.

O processo de reconhecimento e desreconhecimento, corresponde ao modo de inserção ou eliminação das rubricas do balanço, na transferência dos saldos do PCIPSS para o SNC-ESNL.

Este processo será desenvolvido aquando o caso prático.

O SNC-ESNL, é muito semelhante às normas contabilísticas de Relato Financeiro do SNC, assemelhando às NCRF-PE, mas com algumas particularidades. Nas ESNL o legislador não tornou obrigatória a divulgação dos pontos, 4.19., 6.10., 7.29., 8.24. a 8.27., 10.13., 11.22., 12.12., 13.30., 14.4., 15.6., 16.8., 17.25., e 18.15. O que não significa que as entidades não possam usar todas as divulgações constantes nos pontos referidos (manual otoc, seg2611). Como é o caso dos subsídios, que apesar do legislador não obrigar a sua divulgação, é da nossa opinião que por uma questão de ética, deverá ser divulgado, devido aos *stakeholders*, visto ser uma das fontes de rendimentos das ESNL.

Quadro com as principais diferenças:

|                              | NCRF- ESNL | DL 158/2009 | SNC <sup>40</sup> |
|------------------------------|------------|-------------|-------------------|
| Âmbito                       | 3.1.       | 2.1.        | § 5 a 7           |
| Continuidade                 | 3.2.       | 2.2.        | § 23              |
| Regime do acréscimo          | 3.3.       | 2.3.        | § 22              |
| Consistência de apresentação | 3.4.       | 2.4.        |                   |
| Materialidade e agregação    | 3.5.       | 2.5.        | § 29 a 30         |
| Compensação                  | 3.6.       | 2.6.        |                   |
| Informação comparativa       | 3.7.       | 2.7.        | § 39 a 42         |
| Modelos D. Financeiras       | 4.         | 3.          |                   |
| Código de Contas             | 5.         | 4.          |                   |

Manual da OTOC, SEG2611

<sup>40</sup> Sistema Normalização Contabilística - Estrutura Conceptual do IASB

#### 4.3.3. Os Técnicos Oficiais de Contas e a Harmonização Contabilística

*“As instituições sem fins lucrativos vão, assim, sendo empurradas ou mesmo já obrigatoriamente sujeitas a dispor de uma contabilidade adequada para correcta representação das variações de valor que ocorrem, quer nos seus elementos patrimoniais quer nas despesas e receitas que processam”*

Ferreira ( Fevereiro 2006)

Como sabemos, os TOC's fazem a ligação entre as entidades (sejam estas com finalidade lucrativa ou sem finalidade lucrativa) e o Estado, nomeadamente, no cumprimento das obrigações contabilísticas e fiscais.

Por um lado, os TOC's respeitam um conjunto de normas éticas e deontológicas previstas no Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas e, por outro lado, um conjunto normas fiscais, das quais se destacam a responsabilidade, a competência, a confidencialidade, lealdade... zelando, em conformidade, pelos princípios deontológicos. “Sobre os TOC's recaem diversos tipos de responsabilidade: civil, fiscal, penal e disciplinar” Cunha (2009).

Através do artigo 6.º do Estatuto dos TOC's, podemos ver as funções atribuídas funções, tais como:

- a) Planificar, organizar e coordenar a execução da contabilidade das entidades sujeitas aos impostos sobre o rendimento que possuam ou devam possuir contabilidade regularmente organizada, segundo os planos de contas oficialmente aplicáveis, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos vigentes, bem como das demais entidades obrigadas, mediante portaria do Ministro das Finanças, a dispor de técnicos oficiais de contas;*
- b) Assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, das entidades referidas na alínea anterior;”*

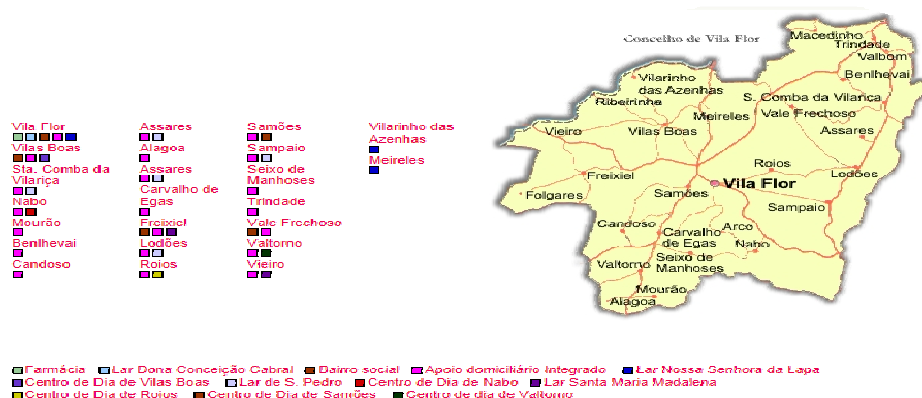
O artigo 24.º da LGT (Lei Geral Tributária) define a responsabilidade dos TOC 's quanto à violação, por dolo ou negligência dos deveres de assunção da regularização técnica nas áreas contabilística e fiscal ou de assinatura de declarações fiscais, demonstrações financeiras e seus anexos.

Daqui podemos retirar algumas ilações, da acrescida responsabilidade dos TOC' s.

Neste contexto concluímos que os TOC' s desempenham um papel técnico e profissional imprescindível ao serviço das entidades pagadoras e contratadoras,

Ferreira (2006:34), partilha da opinião de que “cada vez mais, as preocupações com oferta de serviços de qualidade e a correcta utilização dos recursos recebidos, tais como, doações, donativos e quotizações, levam à necessidade de aplicação de princípios de gestão, de normas e de um modelo contabilístico apropriado”.

Depois de termos efectuado um estudo das ESNL, procederemos a uma análise da informação financeira da S. C. M. de Vila Flor, a forma de colocar em prática as novas técnicas contabilísticas de acordo com o novo normativo, tendo sempre por base a importância o relato financeiro, em termos nacionais e internacionais. Tal como referenciado por vários autores, a ligação do poder local a outras organizações locais permite que o desenvolvimento dos sistemas de contabilidade e de relato financeiro (accountability), reforçasse aqui o papel da contabilidade, não apenas como uma mera prática contabilística, mas também como uma componente que influencia e é influenciado pelo contexto onde opera. Sobre este assunto ver estudos de (Carnegie, 1996; Hopwood, 1983; Mann, 1985; Sargiacom, 2010) .



## **V – A importância do Relato Financeiro: Caso “Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor”**



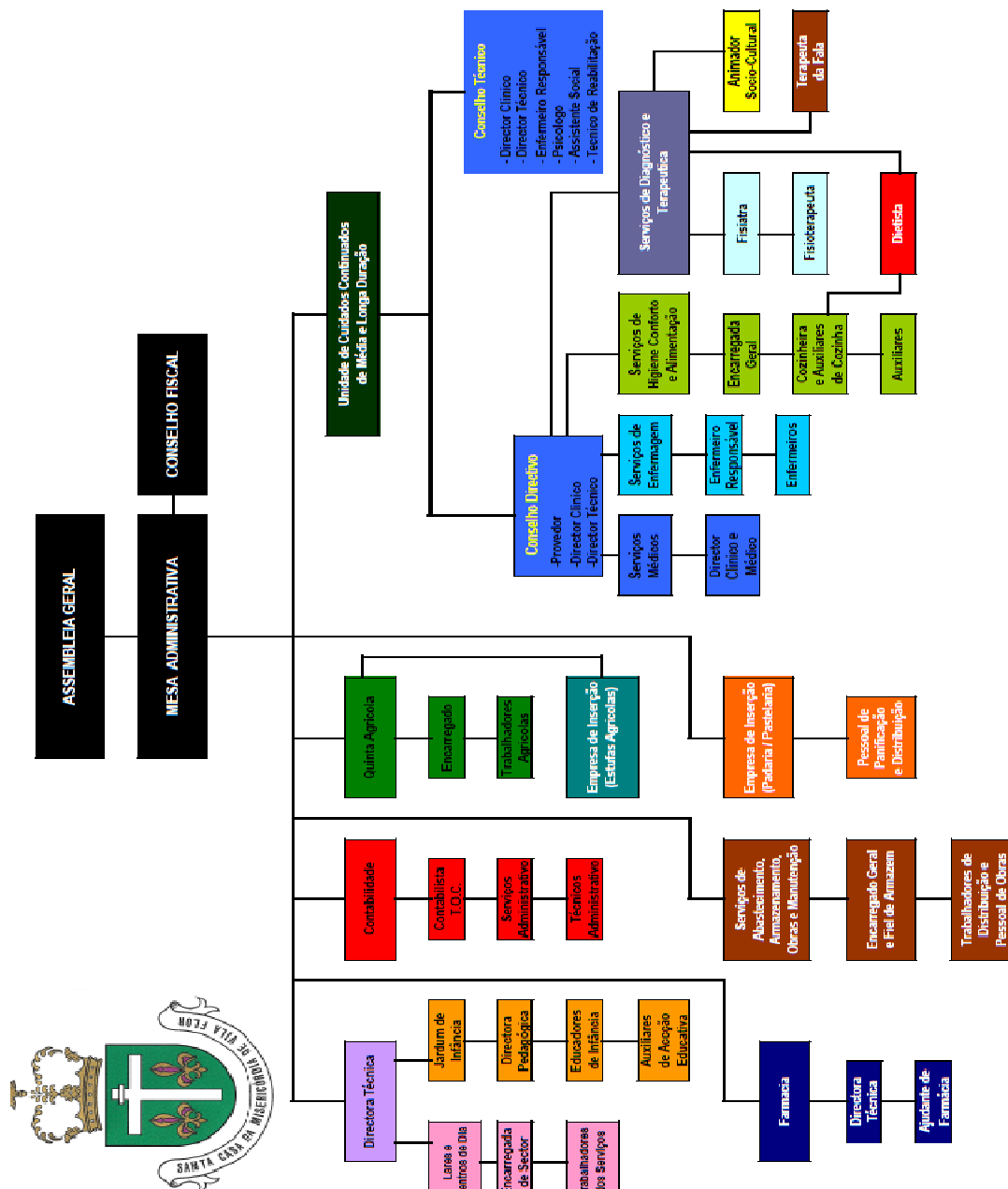
Para um melhor enquadramento e entendimento deste trabalho, cujo tema são as IPSS, julgamos ser importante conhecer uma instituição, em todos os seus quesitos: formal; económico e social; contabilístico; relato financeiro.

Para a realização deste estudo, mercê do apoio concedido, escolhemos a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.

Esta misericórdia foi fundada em meados do século XVI, como consta do compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro. É uma associação de fiéis constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objectivo de assistência social e prática de actos de culto católico, em harmonia com o seu espírito tradicional, segundo os princípios da doutrina moral cristã. A sua acção desenvolve-se através da prática das 14 obras de misericórdia na área religiosa, sob a inspiração da Nossa Senhora de Visitação, que é a sua padroeira. A instituição desenvolve actividades gerais de assistência médica, saúde e protecção, em benefício da terceira idade, da infância, dos carenciados, da irmandade (promovendo acções de culto sob orientação da igreja católica), etc.

As actividades desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor são diversas, tal como podemos analisar, através do organigrama da instituição:

## Organograma da Misericórdia de Vila Flor



A Misericórdia de Vila Flor tem como missão o desempenho de diversas obras sociais, que contribuem claramente e de forma expressiva para o bem-estar do concelho. Para melhor conhecermos todo o trabalho desenvolvido junto das populações carenciadas,

podemos enumerar cronologicamente<sup>41</sup> as principais obras desta instituição ao longo de várias décadas:

|  |  |
|--|--|
| 1882 - O benemérito Frei José pôs à disposição desta Santa Casa, um edifício para instalação do 1º Hospital Concelhio, Hospital Nossa Senhora dos Remédios;  | 1993 - Deixa de existir o Centro de Dia de Valtorno, inaugurado em 1989 e passa a funcionar em edifício próprio desta Santa Casa. A valência recebe 15 idosos;   |
| 1955 - Transferência de instalações do Hospital Concelhio, para o novo edifício  | 1994 - Parceira com o Projecto Luta Contra a Pobreza;  |
| 1962 - Inauguração da 1ª casa para acolhimento permanente de idosos, o Asilo da 3ª Idade, em edifício ocupado em 1882 pelo Hospital Concelhio;   | 1995 - Deixa de existir o Centro de Dia de Freixiel, inaugurado em 1986 e é inaugurada uma casa a funcionar como Lar para 20 idosos internos e 20 de Centro de Dia;  |
| 1982 - Inauguração do 1º Centro de Dia de Vila Flor no edifício ocupado pelo Asilo de 3ª Idade;  | 1995 - Entra em funcionamento uma Ama com capacidade para acolher 4 crianças. Neste momento já são duas e têm a seu cargo 8 crianças, estando concurso aberto para admissão da 3ª Ama;   |
| 1983 - Inauguração da 1ª Valência de Infância, o Infantilário, com capacidade para 35 crianças;  | 1997 - Parceria no Programa Nacional de Rendimento Mínimo Garantido para o concelho de Vila Flor;  |
| 1986 - Inauguração do Centro de Dia de Freixiel, em edifício da Junta de Freguesia de Freixiel. Esta valência tinha capacidade para 20 utentes;  | 1997 - Na sede do Centro de Dia de Santa Comba da Vilarça é inaugurado o Lar para 12 utentes internos;   |
| 1987 - Inauguração do Centro de Dia do Seixo de Manhoses, em edifício da Junta de Freguesia. Esta valência acolhe 15 utentes;  | 1998 - A Santa Casa, por morte dos Senhores Padres José Maria Cabral e seu irmão Manuel Sebastião Queijo Cabral, herdou as propriedades e alfaías existentes na Quinta de Santo António, passando a fabrica-la desde 10 de Fevereiro.      |
| 1988 - Inauguração do Centro de Dia de Vilas Boas, em edifício próprio desta Santa Casa. Esta valência tem capacidade para 15 utentes;   | 12 de Dezembro de 1998 - Passados 116 anos da inauguração da 1ª valência desta nossa Instituição e para felicidade de todos os habitantes deste Concelho, entra em funcionamento um novo equipamento social, a Unidade de Apoio Integrado; |
| 1988 - Inauguração da Creche e A.T.L. com capacidade para 50 crianças;   | 1999 - Projecto Luta Contra a Pobreza. Esta Instituição prestou apoio durante todo o ano;  |
| 1989 - Inauguração de um Lar de Idosos, em substituição do Asilo de 3ª Idade. Alberga 50 Idosos em edifício próprio desta Santa Casa. Para além dos internos, acolhe também 5 utentes em regime de centro de dia;  | 2000 - Foi criada uma Empresa de Inserção (6 estufas para produzir produtos agrícolas para as nossas Valências);   |
| 1990 - Inauguração do Centro de Dia do Nabo para 15 utentes;   | 2003 - Entra em funcionamento Centro de Dia de Roios, bem como o Lar de Santa Barbara, edifícios acabados de construir;  |
| 1992 - Inauguração do Centro de Dia de Samões que alberga 15 utentes;  | 2004 - Conclusão da candidatura à Saúde XXI e adquirida a Unidade Móvel;   |
| 1992 - Inauguração do Centro de Dia de Santa Comba da Vilarça, com capacidade para 20 utentes;   | 2008 - Início do funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados, do Lar de idosos D. Conceição Cabral, e da nova empresa de Inserção Padaria / Pastelaria  |
| 1992 - Entra em funcionamento o Apoio Domiciliário. Valência com capacidade para 90 utentes, abrangendo as freguesias de Vila Flor, Freixiel, ourão, Alagoa, Cadoso, Carvalho de Egas, Roios, Sampaio, Assares, Lodões, Vale rechoso, Vieiro, Arco, Seixo de Manhoses, Nabo, Trindade, Vilas Boas e Benlheva |  |

<sup>41</sup> Pode ser consultado em: <http://www.misericordiavilafior.com>, acedida em 09/07/2011



## 5.1. Análise Económica e Financeira

Nos anexos deste trabalho, podemos consultar as peças contabilísticas, que deram origem aos mapas elaborados, no âmbito do NCRF- ESNL.

Uma das principais diferenças a nível do relato financeiro tem a ver com a prestação de contas, obrigatoriamente, realizada, de acordo com os mapas exigidos pelo CRSS (Centro Regional de Segurança Social), no âmbito do PCIPSS, devido às participações atribuídas às valências desenvolvidas na realização das suas missões.

Os mapas obrigatórios a apresentar pelas IPSS ao CRSS são:

- O Balanço;
- A Demonstração dos resultados Líquidos;
- O Resultados por Valência;
- Os Resultados de Outras Actividades;
- A Conta de Exploração Previsional;
- O Orçamento de Investimentos;
- O Orçamento de Desinvestimentos.

E os mapas de apresentação facultativa são:

- A Demonstração de Variações de Fundos Circulantes;
- O Mapa de Origem e Aplicação de Fundos.

Em termos técnicos, as IPSS têm como particularidade a “Demonstração dos resultados Líquidos”, desdobrada em “ Resultados por Valência” e “Resultados de Outras Actividades”, de forma a transparecerem a origem dos resultados. Neste sentido encontra-se prevista a Classe 9 – Contabilidade Analítica, com centros de proveitos, custos e resultados. No entanto, fica, ao arbítrio das instituições, a adaptação do plano, de acordo com a sua própria realidade. Acreditamos que esta metodologia vai continuar a ser predominante.

Apesar deste sistema contabilístico já responder às questões contabilísticas e financeiras necessárias e relevantes na elaboração das contas anuais e do orçamento, que depois vão ser submetidas à Segurança Social, falta na questão de harmonização contabilística, em comparação com outros normativos. Existe a necessidade de um sistema de normalização contabilística, que além de responder a todas estas questões também nos permita a comparação com outros sistemas



implementados pelos nossos parceiros, distribuídos pelo mundo actual, fornecendo comparabilidade, transparência, equidade e segurança para os “*stakeholders*”.

As alterações do PCIPSS para a NCRF-ESNL assentam sobretudo numa abordagem de cariz económico profundamente acentuada e mais alinhada com os critérios de gestão. Estes vão ser mais alargados nos processos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, permitindo uma melhor compreensão das entidades. As notas subjacentes ao anexo são apresentados de forma sistemática, ou seja, cada item existente nas demonstrações financeiras terá uma referência cruzada com o anexo, pelo que as demonstrações financeiras apresentam-se agora mais reduzidas, ao invés, do anexo mais extenso. O modelo apresentado do balanço é o adoptado pelo IASB.

Pela nossa análise ao estudo de Caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, a prestação de contas habitualmente processada corresponde à principal prestação de contas entregue na Segurança Social, com vista à realização dos seus propósitos. Existe um novo enquadramento e um novo conjunto de mapas obrigatórios no novo sistema, que obrigam a apresentar e a divulgar as contas de uma forma mais pormenorizada e transparente.

Ainda nos falta saber de que modo a Segurança Social vai coordenar as novas exigências impostas pela NCRF-ESNL; vamos tecer algumas considerações técnicas essenciais no nosso estudo de caso, que nos ajudam a compreender melhor a realidade desta instituição. Devido a esta entidade só estar obrigada a aplicar o NCRF-ESNL a partir de 2012, ocorre que ainda não optaram pela sua aplicação a partir do exercício de 2011. Assim, como exemplo, utilizámos os dados contabilísticos dos exercícios de 2009 e 2010.

A adaptação dos princípios e políticas contabilísticas, de acordo com NCRF-ESNL, não surtiu efeitos no capital próprio, nem nos resultados do período.

As Demonstrações Financeiras preparadas, de acordo com o PCIPSS, em 31/12/2009, foram aprovadas ao abrigo da legislação vigente até essa data, e foram reescritas, em 2010, de molde a serem comparáveis com as demonstrações financeiras elaboradas, ao abrigo do novo sistema da NCRF-ESNL, à data de 31/12/2010.

Nesta entidade, a reexpressão só teve efeito ao nível da reclassificação das contas do balanço e de demonstração dos resultados por natureza, tendentes a representar a

natureza e a nomenclatura das contas NCRF-ESNL. Relativamente às demonstrações financeiras apresentadas, foi realizado o desreconhecimento de alguns itens e feitas as devidas reclassificações de acordo com norma.

Neste caso prático, foi desreconhecida a rubrica das despesas de instalação, e reconhecidas no capital próprio, pois no actual normativo não tem correspondência.

No novo sistema deixa de haver resultados extraordinários, pelo que, as contas são reclassificadas para as rubricas de outros rendimentos e ganhos /Outros gastos e perdas.

As despesas bancárias deixam de ser classificadas como perdas financeiras e passam para a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos – Outros Serviços Especializados. A rubrica de rendimentos em imóveis e descontos de pronto pagamento obtido (PCIPSS), passam de proveitos e ganhos financeiros para outros rendimentos e ganhos. Os custos e proveitos financeiros serão reclassificados para as rubricas de juros e rendimentos similares obtidos/juros e gastos similares suportados.

A nível de valorimetria dos activos fixos tangíveis, a entidade pode optar por adoptar o modelo do custo sem reavaliações ou o modelo do justo valor. Até hoje, a instituição em estudo assentou a sua valorimetria no custo de aquisição dos bens (custo histórico). Pelo que pudemos apurar continuará a utilizar o mesmo método, que se manterá na nossa análise, quanto à avaliação dos seus activos fixos tangíveis. E o método das depreciações a aplicar é aquele que resulta da aplicação do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro

Em resultado das alterações efectuadas, na conversão do PCIPSS ao novo sistema, procederemos à análise das novas peças contabilísticas, efectuadas pela instituição nomeadamente, balanço, demonstração dos resultados para o período de 2009, segundo o normativo PCIPSS. Para efeitos comparativos procedemos à análise das demonstrações financeiras disponibilizada e efectuamos a reexpressão das respectivas rubricas inscritas nos mapas.

### 5.1.1 Balanço

| Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor                           |       | Unidade Monetária: Euros                   |                     |
|---|-------|--|---------------------|
| BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010                                 |       |  |                     |
| RUBRICAS  | Notas | Datas                                      |                     |
|   |       | 31-12-2010                                 | 31-12-2009          |
| <b>Ativo</b>  |       |  |                     |
| <b>Ativo não corrente</b>   |       |  |                     |
| Ativos fixos tangíveis  | 5     | 6.873.612,53                               | 6.992.774,38        |
| Bens do património histórico e cultural                           |       |  |                     |
| Propriedades de investimento                                      | 5     | 369.567,99                                 | 369.567,99          |
| Ativos intangíveis  | 6     | 125.923,36                                 | 125.923,36          |
| Investimentos financeiros   |       |  |                     |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros |       |  |                     |
| Subtotal  |       | 7.369.103,88                               | 7.488.265,73        |
| <b>Ativo corrente</b>   |       |  |                     |
| Inventários   | 7     | 164.654,35                                 | 175.342,03          |
| Clientes  | 12,1  | 27.130,13                                  | 9.829,61            |
| Adiantamentos a fornecedores                                      |       |  |                     |
| Estado e outros Entes Públicos                                    |       |  |                     |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros |       |  |                     |
| Outras contas a receber   | 12,2  | 206.150,96                                 | 302.164,45          |
| Diferimentos  |       |  |                     |
| Outros Ativos financeiros   | 12,4  | 498,80                                     | 498,80              |
| Caixa e depósitos bancários                                       | 12,5  | 2.151.077,44                               | 1.984.314,87        |
| Subtotal  |       | 2.549.511,68                               | 2.472.149,76        |
| <b>Total do Ativo</b>   |       | <b>9.918.615,56</b>                        | <b>9.960.415,49</b> |
| <b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>                              |       |  |                     |
| <b>Fundos patrimoniais</b>  |       |  |                     |
| Fundos  | 12,6  | 430.870,22                                 | 430.870,22          |
| Excedentes técnicos   |       |  |                     |
| Reservas  | 12,6  | 34.724,83                                  | 34.724,83           |
| Resultados transitados  |       |  |                     |
| Excedentes de revalorização                                       |       |  |                     |
| Outras variações nos fundos patrimoniais                          | 12,6  | 7.155.622,55                               | 6.752.130,52        |
| Resultado Líquido do período                                      |       | (110.339,31)                               | 403.492,03          |
| <b>Total do fundo do capital</b>                                  |       | <b>7.510.878,29</b>                        | <b>7.621.217,60</b> |
| <b>Passivo</b>  |       |  |                     |
| <b>Passivo não corrente</b>                                       |       |  |                     |
| Provisões   |       |  |                     |
| Provisões específicas   |       |  |                     |
| Financiamentos obtidos  |       |  |                     |
| Outras contas a pagar   |       |  |                     |
| Subtotal  |       | -  | -                   |
| <b>Passivo corrente</b>   |       |  |                     |
| Fornecedores  | 12,7  | 68.404,03                                  | 43.696,33           |
| Adiantamentos de clientes   |       |  |                     |
| Estado e outros Entes Públicos                                    | 12,8  | 51.069,10                                  | 48.776,34           |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros |       |  |                     |
| Financiamentos obtidos  |       |  |                     |
| Diferimentos  | 12,3  | 2.288.264,14                               | 2.204.071,02        |
| Outras contas a pagar   | 12,2  |  | 42.654,20           |
| Outros passivos financeiros                                       |       |  |                     |
| Subtotal  |       | 2.407.737,27                               | 2.339.197,89        |
| <b>Total do passivo</b>   |       | <b>2.407.737,27</b>                        | <b>2.339.197,89</b> |
| <b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>                 |       | <b>9.918.615,56</b>                        | <b>9.960.415,49</b> |
| Vila Flor,  |       |  |                     |
| O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS                                       |       | O CONSELHO ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO... |                     |

## 5.1.2 Demonstração dos Resultados Líquidos

| Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor                                    |       |                     |                   |
|--|-------|---------------------|-------------------|
| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS                                  |       |                     |                   |
| PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010                                    |       |                     |                   |
| Unidade Monetária: Euros   |       |                     |                   |
| RENDIMENTOS E GASTOS   | Notas | PERÍODOS            |                   |
|  |       | 2010                | 2009              |
| Vendas e serviços prestados  | 8     | 3.122.376,31        | 2.923.089,18      |
| Subsídios, doações e legados à exploração                                  | 9     | 1.352.369,22        | 1.374.925,95      |
| Variação nos inventários da produção                                       |       |                     |                   |
| Trabalhos para a própria entidade  |       | 52.324,12           | 50.100,60         |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                   | 7     | (1.468.297,54)      | (1.395.327,49)    |
| Fornecimentos e serviços externos  | 12,11 | (922.088,95)        | (557.151,71)      |
| Gastos com o pessoal   | 10    | (2.386.485,41)      | (2.050.101,29)    |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)                         |       |                     |                   |
| Provisões (aumentos/reduções)  |       |                     |                   |
| Provisões específicas (aumentos/reduções)                                  |       |                     |                   |
| Aumentos/reduções de justo valor   |       |                     |                   |
| Outros rendimentos e ganhos  | 12,12 | 446.820,88          | 329.799,67        |
| Outros gastos e perdas   | 12,13 | (22.126,13)         | (20.081,25)       |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |       | <b>174.892,50</b>   | <b>655.253,66</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           |       | (306.283,54)        | (299.647,26)      |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |       | <b>(131.391,04)</b> | <b>355.606,40</b> |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                      | 12,14 | 21.051,73           | 47.885,63         |
| Juros e gastos similares suportados  |       |                     |                   |
| <b>Resultados antes de impostos</b>  |       | <b>(110.339,31)</b> | <b>403.492,03</b> |
| Imposto sobre o rendimento do período                                      |       | -                   | -                 |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |       | <b>(110.339,31)</b> | <b>403.492,03</b> |

Vila Flor,

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO,



### 5.1.3 Demonstração dos Resultados por Funções

A Demonstração dos resultados por função, é uma peça contabilística que permite divulgar de forma específica, o resultado líquido da instituição reportado a um determinado período. É um mapa importante para mostrar o desempenho das suas actividades e de que forma podem ser melhoradas.

Para este estudo, esta demonstração financeira não pode ser elaborada pelo facto da contabilidade não estar preparada para responder, quanto à divisão dos gastos/réditos das 33 ofertas sociais.

| Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor                                    |       |              |              |   |          |      |
|--|-------|--------------|--------------|---|----------|------|
| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES                                    |       |              |              |   |          |      |
| PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010                                    |       |              |              |   |          |      |
| Unidade Monetária: Euros   |       |              |              |   |          |      |
| RENDIMENTOS E GASTOS   | Notas | Actividade A | Actividade B | .....                                       | PERÍODOS |      |
|  |       |              |              |   | 2010     | 2009 |
| Vendas e serviços prestados  |       |              |              |   |          |      |
| Custo das vendas e dos serviços prestados                                  |       |              |              |   |          |      |
| <b>Resultado bruto</b>   |       |              |              |   | -        | -    |
| Outros rendimentos   |       |              |              |   |          |      |
| Gastos de distribuição   |       |              |              |   |          |      |
| Gastos administrativos   |       |              |              |   |          |      |
| Gastos de investigação e desenvolvimento                                   |       |              |              |   |          |      |
| Outros gastos  |       |              |              |   |          |      |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |       |              |              |   | -        | -    |
| Gastos de financiamento (líquidos)   |       |              |              |   |          |      |
| <b>Resultados antes de impostos</b>  |       |              |              |   | -        | -    |
| Imposto sobre o rendimento do período                                      |       |              |              |   | -        | -    |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |       |              |              |   | -        | -    |
| Vila Flor,   |       |              |              |   |          |      |
| O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  |       |              |              | O CONSELHO ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO/... |          |      |

### 5.1.4 A Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

O Objectivo desta demonstração financeira é reflectir as alterações nos fundos patrimoniais entre dois exercícios contabilísticos.

Representa as variações nos fundos patrimoniais, reflectindo o resultado líquido, que corresponde à diferença entre os rendimentos e gastos em determinado do período.

| Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
|--|----------|--|---------------------|-----------|------------------------|-----------------|-----------------------------|--|------------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2010                                |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Unidade Monetária: Euros   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| DESCRIÇÃO  | Notas    | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe |                     |           |                        |                 |                             |  |                              | Interesses minoritários | Total dos Fundos Patrimoniais |
|  |          | Fundos   | Excedentes Técnicos | Reservas  | Resultados Transitados | Reservas legais | Excedentes de revalorização | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período | Total                   |                               |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010  | 6        | 430.870,22   | -                   | 34.724,83 | 6.752.130,52           | -               | -                           | -  | -                            | -                       | 7.217.725,57                  |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Primeira adopção de novo referencial contabilístico  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Alterações de políticas contabilísticas  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis               |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Ajustamentos por impostos diferidos  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais   |          |  |                     |           | 403.492,03             |                 |                             |  |                              |                         | 403.492,03                    |
|  | 7        | -  | -                   | -         | 403.492,03             | -               | -                           | -  | -                            | -                       | 403.492,03                    |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO   | 8        |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| RESULTADO EXTENSIVO  | 9=7+8    |  |                     |           |                        |                 |                             |  | (110.339,31)                 | -                       | (110.339,31)                  |
| OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Fundos   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Subsídios, doações e legados   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| Outras operações   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
|  | 10       | -  | -                   | -         | -                      | -               | -                           | -  | -                            | -                       | -                             |
| POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2010   | 6+7+8+10 | 430.870,22   | -                   | 34.724,83 | 7.155.622,55           | -               | -                           | -  | (110.339,31)                 | -                       | 7.510.878,29                  |
| Vila Flor,   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| O CONSELHO ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO...   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |
| O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                         |                               |

| Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
|--|----------|--|---------------------|-----------|------------------------|-----------------|-----------------------------|--|------------------------------|-------------------------------|
| DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2009                                |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| DESCRIÇÃO  | Notas    | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe |                     |           |                        |                 |                             |  |                              | Total dos Fundos Patrimoniais |
|  |          | Fundos   | Excedentes Técnicos | Reservas  | Resultados Transitados | Reservas legais | Excedentes de revalorização | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período |                               |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009  | 1        | 430.870,22   |                     | 34.724,83 | 6.640.736,90           |                 |                             |  |                              | 7.106.331,95                  |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Primeira adopção de novo referencial contabilístico  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Alterações de políticas contabilísticas  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis               |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Ajustamentos por impostos diferidos  |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais   |          |  |                     |           | 111.393,62             |                 |                             |  |                              | 111.393,62                    |
|  | 2        | -  | -                   | -         | 111.393,62             | -               | -                           | -  | -                            | 111.393,62                    |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO   | 3        |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| RESULTADO EXTENSIVO  | 4=2+3    | -  | -                   | -         | -                      | -               | -                           | -  | 403.492,03                   | 403.492,03                    |
| OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Fundos   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Subsídios, doações e legados   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
| Outras operações   |          |  |                     |           |                        |                 |                             |  |                              |                               |
|  | 5        | -  | -                   | -         | -                      | -               | -                           | -  | -                            | -                             |
| POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2009   | -1+2+3+4 | 430.870,22   | -                   | 34.724,83 | 6.752.130,52           | -               | -                           | -  | 403.492,03                   | 7.621.217,60                  |

Vila Flor,

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO/...

### 5.1.5 A Importância do mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa<sup>42</sup>

“Os utentes das demonstrações financeiras de uma empresa estão interessados em como a empresa gera e usa o dinheiro e os seus equivalentes. É este o caso qualquer que seja a natureza das actividades da empresa e independentemente de o dinheiro poder ser visto ou não como o produto da empresa, como seja o caso de uma instituição financeira. As empresas necessitam de dinheiro essencialmente pelas mesmas razões, mesmo diferentes que possam ser as suas actividades principais de produção de réditos. Elas necessitam de dinheiro para conduzir as suas operações, para pagar as suas obrigações e para proporcionar retornos aos seus investidores. Concordantemente, esta Norma exige que todas as empresas apresentem uma demonstração de fluxos de caixa.”

Jornal Oficial da União Europeia, L 261/31 13.10.2003

A Declaração n.º 117 Financial Statements of Not-for-Profit Organizations<sup>43</sup>, altera a Declaração FASB No. 95<sup>44</sup>, para alargar as suas disposições às entidades sem fins

<sup>42</sup> [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_textos\\_consolidados/IAS\\_07\\_Reg\\_1725\\_2003\\_TC.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_07_Reg_1725_2003_TC.pdf), consultado em 24/12/2011

<sup>43</sup> <http://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&langpair=en%7Cpt&u=http://www.fasb.org/summary/stsum117.shtml>

<sup>44</sup> FASB (Financial Accounting Standards Board), *Statement of Cash Flows* (FAS n.º 95), define basicamente que o mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa, deve ser incluído no conjunto das demonstrações financeiras contabilísticas a apresentar pelas empresas norte-americanas.

lucrativos e para incluir no conceito dos fluxos de caixa, a partir de actividades de financiamento, o dinheiro de doadores com restrição de alguns que devem ser usados para fins de longo prazo e outras despesas funcionais. Estabelece normas para o uso externos das Demonstrações financeiras das ESNL, com objectivo de melhorar a relevância a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras onde se insere a Demonstração dos Fluxos de Caixa. O mapa de Demonstração e Fluxos de Caixa é um mapa previsto no novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). É um mapa auxiliar do balanço e da Demonstração dos Resultados, que explica a dinâmica dos fluxos de caixa. É uma demonstração financeira que tem por base a IAS n.º 7. Encontra-se estruturada em três actividades, operacionais, de investimento e de financiamento, cujos detalhes são explicados, informando acerca das entradas e saídas do caixa e seus equivalentes entre dois balanços consecutivos. Com o novo enquadramento vigora somente o método directo. Para efeito de comparação, é um dos mapas mais fiáveis, quando estamos a comparar com outras instituições, porque entidades diferentes podem usar métodos de valorização diferentes, como, é o caso dos activos fixos (método do custo ou método do justo valor). É o mapa que dá-nos o verdadeiro fluxo do dinheiro, as entradas e as saídas das actividades, ao contrário dos resultados, pois não os podemos manipular, tal como acontece, por exemplo, quando alteramos as depreciações entre as quotas mínimas ou as máximas, permitindo alterar os resultados de um determinado período:

#### **- Operacionais**

Os recebimentos ou pagamentos realizados nas actividades operacionais mostram a capacidade de determinada entidade gerar meios de pagamento suficientes para manter a capacidade operacional, sem recorrer a financiamento externos. Neste caso é sempre bom apresentar um fluxo operacional de caixa positivo.

#### **- Investimento**

Actividades de investimento são a aquisição e alienação de activos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa. São exemplos de fluxos de caixa originados por esta actividade os pagamentos relativos à aquisição de activos fixos, os recebimentos relativos à venda dos mesmos, que normalmente leva à redução do caixa, tornando esta rubrica negativa

#### **- Financiamento**

A informação relativa aos recebimentos e pagamentos relacionados com este tipo de actividades permite estimar as necessidades de meios de pagamento e de novas



entradas de capital e proporcionar aos financiadores informação sobre a capacidade da empresa para os reembolsar.

Demonstração dos Fluxos de Caixa da Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor:

| Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor                             |       |   |                |
|---|-------|---|----------------|
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA                                    |       |   |                |
| PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010                             |       |   |                |
|   |       | Unidade Monetária: Euros                    |                |
| RUBRICAS  | Notas | PERÍODOS                                    |                |
|   |       | 2010  | 2009           |
| <b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b> |       |   |                |
| Recebimentos de clientes e utentes                                  |       | 3.104.147,29                                | 2.925.983,51   |
| Pagamentos de subsídios   |       |   |                |
| Pagamentos de apoios  |       |   |                |
| Pagamentos de bolsas  |       |   |                |
| Pagamento a fornecedores  |       | 2.302.666,99                                | 1.901.386,42   |
| Pagamentos ao pessoal   |       | 2.386.485,41                                | 2.050.101,29   |
|   |       |   |                |
| Caixa gerada pelas operações  |       | (1.585.005,11)                              | (1.025.504,20) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento                 |       |   | 53,00          |
| Outros recebimentos/pagamentos                                      |       | 1.908.173,56                                | 2.013.996,88   |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)                    |       | 323.168,45                                  | 988.545,68     |
| <b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>               |       |   |                |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                   |       |   |                |
| Ativos fixos tangíveis  | 5     | 187.121,69                                  | 743.737,00     |
| Ativos intangíveis  |       |   |                |
| Investimentos financeiros   |       |   |                |
| Outros Ativos   |       |   |                |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                                |       |   |                |
| Ativos fixos tangíveis  |       |   | 35.006,47      |
| Ativos intangíveis  |       |   |                |
| Investimentos financeiros   |       |   |                |
| Outros Ativos   |       |   |                |
| Subsídios ao investimento   |       |   |                |
| Juros e rendimentos similares                                       | 12,12 | 30.715,81                                   | 35.006,47      |
| Dividendos  |       |   |                |
| Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)                  |       | (156.405,88)                                | (673.724,06)   |
| <b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>              |       |   |                |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                                |       |   |                |
| Financiamentos obtidos  |       |   |                |
| Realizações de fundos   |       |   |                |
| Cobertura de prejuízos  |       |   |                |
| Doações   |       |   |                |
| Outras operações de financiamento                                   |       |   |                |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                   |       |   |                |
| Financiamentos obtidos  |       |   | 50.008,11      |
| Juros e gastos similares  |       |   |                |
| Dividendos  |       |   |                |
| Reduções do fundo   |       |   |                |
| Outras operações de financiamento                                   |       |   |                |
| Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)                 |       | -   | (50.008,11)    |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>                |       |   |                |
| Efeito das diferenças de câmbio                                     |       | 166.762,57                                  | 264.813,51     |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                      |       | 1.984.314,87                                | 264.813,51     |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                         |       | 2.151.077,44                                | 1.984.314,87   |
| Vila Flor,  |       |   |                |
| O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS   |       | O CONSELHO ADMINISTRATIVO/ADMINISTRAÇÃO/... |                |

O mapa de fluxos de caixa, até à data, nunca foi elaborado pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. Devido a estar sujeita ao NCRF-ESNL, terá de o elaborar, obrigatoriamente, a partir do exercício de 2012.

Por esta razão, apresentamos neste estudo um exemplo que nos esclarece bem a sua importância.

Recorremos aos balancetes gerais em PCIPSS e às peças contabilísticas já elaboradas como o Balanço e a Demonstração dos Resultados e procedemos à reclassificação de todas as rubricas e inscrições de valores.

Da comparação realizada entre os dois exercícios, articulada com a demonstração dos resultados, constatámos que, em matéria de fluxos, existiu um aumento do valor recebido dos utentes/clientes. Entende-se que este aumento é um resultado dos aumentos dos serviços prestados e ou vendas. Os fluxos operacionais foram positivos e demonstram que relativamente ao exercício de 2010 não existiu necessidade de recorrer a financiamento monetário externo, como aconteceu em 2009. Para os utentes da informação, são dados que realçam e mostram uma entidade com boa liquidez.

#### *5.1.5 Anexo<sup>45</sup> em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pela NCRF –ESNL*

A elaboração do seguinte anexo foi realizada de acordo com a realidade económica e social da Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor:

## **Anexo**

### **1. Identificação da Entidade**

---

A “Santa Casa de Misericórdia de Vila Flor” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”. É uma associação de fiéis de personalidade jurídica canonicamente erecta pelo Bispo da diocese, onde encontra-se sediada (artigo 45.º EIPSS), com o seu estatuto publicado no Diário da República II série de 20/05/1983,

---

<sup>45</sup> Um anexo completo de onde se retirou o presente exemplo, com as devidas adaptações à realidade no nosso estudo de caso, pode ser consultado em [www.snc-esnl.com](http://www.snc-esnl.com), consultado em 06/01/2012.

com sede no Largo do Rossio, em Vila Flor”. Tem como finalidade a assistência social, a prática do culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, e prosseguir os seguintes objectivos:

- Assistência à terceira idade;
- Assistência à infância;
- Assistência médica, e medicamentos aos mais carenciados;
- Protecção à mendicidade e carências gerais;
- Protecção à irmandade;
- Promover acções de culto sob as orientações da igreja católica;
- Outros.

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2010 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março. O Anexo II do referido decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto pelos seguintes elementos:

- As Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março;
- O Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- A NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- As Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL é obrigatória pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social), para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, por opção, conforme o estabelecido no § 5 - Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Devido a esta entidade só estar obrigada a aplicar o NCRF-ESNL a partir de 2012, ocorre que ainda não optaram pela sua aplicação a partir do exercício de 2011. Assim, como exemplo, utilizámos os dados contabilísticos dos exercícios de 2009 e 2010.

A entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2010, aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As respectivas Demonstrações Financeiras de

2010 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico, em vigor naquela altura. Foram alteradas de modo a possibilitar a comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2009.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras, devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2010) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

| <b>Ajustamentos de Transição</b>                 |                     |
|--|---------------------|
| <b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>     |                     |
| <b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b> | <b>7.510.878,29</b> |
| Desreconhecimento de Activos Intangíveis         | 192.645,65          |
| Outros Ajustamentos                              |                     |
| ...  |                     |
| ...  |                     |
| Impostos Diferidos                               |                     |
| Total Ajustamentos                               | 192.645,65          |
| <b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>              | <b>7.510.878,29</b> |

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

| <b>Reconciliação do Resultado</b>              |                     |
|--|---------------------|
| <b>Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b> | <b>(110.339,31)</b> |
| Desreconhecimento de Activos Intangíveis       | 192.645,65          |
| Outros Ajustamentos                            |                     |
| ...  |                     |
| ...  |                     |
| Impostos Diferidos                             |                     |
| Total Ajustamentos                             | 192.645,65          |
| <b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>              | <b>(110.339,31)</b> |

Na transição do PCIPSS, a conta 43 (imobilizações Incorpóreas), será desreconhecida, sendo transferido o seu saldo para variações de fundos patrimoniais, que neste caso representa um saldo nulo, pelo facto de se encontrar completamente amortizado. Não alterou o resultado do período, nem os fundos patrimoniais.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### **3.1.1. Continuidade:**

Esta entidade foi fundada no século XVI, como se deduz de um antigo livro de actas, mantendo-se até aos nossos dias. Com base na informação disponível, as expectativas futuras são de que a entidade continuará a operar no futuro, possível e provavelmente, assumindo a continuidade da prestação de serviços e cumprindo os objectivos a que se propõem, não existindo intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

#### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos foram reconhecidos, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, estando registados contabilisticamente e tendo sido relatados nas demonstrações financeiras os períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “*Devedores e Credores por Acréscimos*” e “*Diferimentos*”

#### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras apresentam-se consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Não existiram alterações significativas na sua natureza, pelo que se encontram devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Os itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não se encontram compensados, oferecendo uma imagem verdadeira das peças contabilísticas.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

Toda a informação comparativa encontra-se divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeita o Princípio da Continuidade da Entidade. Procedeu-se a alterações das políticas contabilísticas, por causa de estarmos a passar do sistema PCIPSS para o novo sistema NCRF-ESNL. As quantias comparativas afectadas pela reclassificação estão devidamente divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Activos Fixos Tangíveis**

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os custos de reconhecimento, valorização, e depreciação dos elementos do activo fixo tangível adoptados em PCIPSS são equiparáveis aos do modelo do custo histórico na SNC-ESNL, pelo que não foram realizados ajustamentos.

As despesas que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, logo que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada e estão de acordo com **Decreto Regulamentar** n.º **25/2009** de 14 de Setembro.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador. O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.3. Activos Intangíveis**

Os “*Activos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações serão calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### **3.2.4. Inventários**

Os “*Inventários*” estão registados ao menor valor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A entidade adopta como método o custo médio ponderado. Os inventários que a entidade detém destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras e dos serviços que lhes estão associados.

### 3.2.5. Instrumentos Financeiros

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

É uma conta que pode abarcar saldos a débito e a crédito, trata-se de uma conta mista. As quotas, os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros. A Débito pelo recebimento de uma doação e a crédito pelo empréstimo dos respectivos “Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Utentes*” e as “*Outras Contas a Receber*” encontram-se registadas pelo seu custo. Não se verificam no entanto perdas de imparidade, no actual exercício. As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente. No entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses à data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e Depósitos Bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras Contas a Pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos, após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios e doações.



### 3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*

.....

No entanto caso se verifique algum dos pressupostos do n.º 3 do referido artigo, o imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas. Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado a tributação autónoma sobre os encargos e as taxas previstas no artigo 88.º do CIRC. Por mera informação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

As anteriores afirmações não reflectem as alterações produzidas, após o exercício de 2011.

## 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5. Activos Fixos Tangíveis

---

### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “*Activos Fixos Tangíveis*” do domínio público:

**Bens do domínio público - Ativos Fixos Tangíveis**

| Descrição  |
|--|
| capela da misericórdia                                       |
| Encontra-se contabilizada em edifícios e outras construções. |
|  |
|  |
|  |

**Bens do património histórico, artístico e cultural**

No período de 2009 e 2010, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”, pelos que, os montantes não diferem de um exercício para outro:

31 de Dezembro de 2010

|              | Saldo em<br>01-Jan-2010 | Aquisições<br>/ Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo em<br>31-Dez-2010 |
|--------------|-------------------------|--------------------------|--------|----------------|----------------|-------------------------|
| <b>Custo</b> |                         |                          |        |                |                |                         |
| Bens imóveis | 196.713,50              | -                        | -      | -              | -              | <b>196.713,50</b>       |
| Arquivos     | -                       | -                        | -      | -              | -              | -                       |
| Bibliotecas  | -                       | -                        | -      | -              | -              | -                       |
| Museus       | -                       | -                        | -      | -              | -              | -                       |
| Bens móveis  | -                       | -                        | -      | -              | -              | -                       |
| ...          | -                       | -                        | -      | -              | -              | -                       |
| <b>Total</b> | <b>196.713,50</b>       | -                        | -      | -              | -              | <b>196.713,50</b>       |

No entanto, a Capela da Misericórdia é considerada um bem do património histórico da Instituição, que presentemente encontra-se contabilizada em Edifícios e Outras Construções, pelo que terá de ser avaliada e transferida, para a rubrica de “Bens do património histórico, artístico e cultural”

**Activos Fixos Tangíveis**

Na adopção inicial do normativo, na substituição do PCIPSS, as contas foram reclassificadas da conta 42 Imobilizações Corpóreas para a conta 43 Activos Tangíveis.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2010, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

**31 de Dezembro de 2010**

|                                | <b>Saldo em<br/>01-Jan-2010</b> | <b>Aquisições<br/>/ Dotações</b> | <b>Abates</b> | <b>Transf.</b>    | <b>Revalor.</b> | <b>Saldo em<br/>31-Dez-2010</b> |
|--------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------|-------------------|-----------------|---------------------------------|
| <b>Custo</b>                   |                                 |                                  |               |                   |                 |                                 |
| Terrenos e recursos naturais   | 15.049,34                       | -                                | -             | (4.987,98)        | -               | <b>10.061,36</b>                |
| Edifícios e outras construções | 8.885.860,89                    | 55.496,75                        | -             | -                 | -               | <b>8.941.357,64</b>             |
| Equipamento básico             | 935.230,60                      | 62.205,74                        | -             | -                 | -               | <b>997.436,34</b>               |
| Equipamento de transporte      | 423.784,62                      | 30.300,00                        | -             | -                 | -               | <b>454.084,62</b>               |
| Equipamento biológico          | -                               | -                                | -             | -                 | -               | -                               |
| Equipamento administrativo     | 802.992,69                      | 43.242,68                        | -             | -                 | -               | <b>846.235,37</b>               |
| Outros Ativos fixos tangíveis  | 57.367,30                       | 864,50                           | -             | -                 | -               | <b>58.231,80</b>                |
| <b>Total</b>                   | <b>11.120.285,44</b>            | <b>192.109,67</b>                | -             | <b>(4.987,98)</b> | -               | <b>11.307.407,13</b>            |
| <b>Depreciações acumuladas</b> |                                 |                                  |               |                   |                 |                                 |
| Terrenos e recursos naturais   | -                               | -                                | -             | -                 | -               | -                               |
| Edifícios e outras construções | 2.451.231,66                    | 119.240,87                       | -             | -                 | -               | <b>2.570.472,53</b>             |
| Equipamento básico             | 648.798,02                      | 76.570,56                        | -             | -                 | -               | <b>725.368,58</b>               |
| Equipamento de transporte      | 370.729,50                      | 41.484,61                        | -             | -                 | -               | <b>412.214,11</b>               |
| Equipamento biológico          | -                               | -                                | -             | -                 | -               | -                               |
| Equipamento administrativo     | 629.950,52                      | 66.051,20                        | -             | -                 | -               | <b>696.001,72</b>               |
| Outros Ativos fixos tangíveis  | 26.801,36                       | 2.936,30                         | -             | -                 | -               | <b>29.737,66</b>                |
| <b>Total</b>                   | <b>4.127.511,06</b>             | <b>306.283,54</b>                | -             | -                 | -               | <b>4.433.794,60</b>             |

### Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” não ocorreram movimentos, nos períodos de 2009 e 2010, quanto aos seus montantes. Simplesmente reclassificou-se a conta de Investimento Financeiros para a rubrica de Propriedades de Investimento, pelo que apresenta-se da seguinte forma:

| <b>31 de Dezembro de 2010</b>           |                                 |                   |                   |                       |  |                                 |
|---|---------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|--|---------------------------------|
|   | <b>Saldo em<br/>01-Jan-2010</b> | <b>Aquisições</b> | <b>Alienações</b> | <b>Transferências</b> | <b>Variação<br/>do Justo<br/>Valor</b> | <b>Saldo em<br/>31-Dez-2010</b> |
| Terrenos-propriedade Freixiel 1         | 3.491,59                        | -                 | -                 | -                     | -                                      | 3.491,59                        |
| Terrenos-propriedade Freixiel 1         | 4.489,18                        | -                 | -                 | -                     | -                                      | 4.489,18                        |
| Hospital concelhio                      | 249.398,95                      | -                 | -                 | -                     | -                                      | 249.398,95                      |
| Casas de habitação bairro V. Flor       | 182.648,22                      | -                 | -                 | -                     | -                                      | 182.648,22                      |
| Casas de habitação bairro V. Boas       | 142.422,99                      | -                 | -                 | -                     | -                                      | 142.422,99                      |
| Casas de habitação Belmiro Matos        | 4.987,98                        | -                 | -                 | -                     | -                                      | 4.987,98                        |
| Casas de Habitação S. Luzia             | 4.987,98                        | -                 | -                 | -                     | -                                      | 4.987,98                        |
| <b>Total</b>                            | <b>592.426,89</b>               | -                 | -                 | -                     | -                                      | <b>592.426,89</b>               |
| Valor total das amortizações acumuladas | 222.858,90                      | -                 | -                 | -                     | -                                      | 222.858,90                      |
| <b>Total</b>                            | <b>369.567,99</b>               | -                 | -                 | -                     | -                                      | <b>369.567,99</b>               |

A conta 41 – Investimentos Financeiros do PCIPSS foi reclassificada para a conta 42 Propriedades de Investimento

## 6. Activos Intangíveis

### Bens do domínio público

A Entidade não usufrui “*Activos Intangíveis*” do domínio público:

### Outros Intangíveis

A quantia escriturada bruta das despesas de instalação e as amortizações acumuladas na transição do PCIPSS para o SNC-ESNL foi desreconhecida porque não tem equivalente no SNC-ESNL, pelo que, salda-se a conta por contrapartida da conta 56, de acordo com o definido no ponto 5 da NCRF-ESNL - Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

| Ativos Intangíveis             |                         |                          |          |          |          |                         |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------------|----------|----------|----------|-------------------------|
| 31 de Dezembro de 2009         |                         |                          |          |          |          |                         |
|                                | Saldo em<br>01-Jan-2009 | Aquisições<br>/ Dotações | Abates   | Transfe. | Revalor. | Saldo em<br>31-Dez-2009 |
| <b>Custo</b>                   |                         |                          |          |          |          |                         |
| <i>Goodwill</i>                | -                       | -                        | -        | -        | -        | -                       |
| Projectos de Desenvolvimento   | 125.923,36              | -                        | -        | -        | -        | 125.923,36              |
| Programas de Computador        | -                       | -                        | -        | -        | -        | -                       |
| Propriedade Industrial         | -                       | -                        | -        | -        | -        | -                       |
| ...                            | -                       | -                        | -        | -        | -        | -                       |
| Outros Ativos intangíveis      | 192.645,65              | -                        | -        | -        | -        | 192.645,65              |
| <b>Total</b>                   | <b>318.569,01</b>       | <b>-</b>                 | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>318.569,01</b>       |
| <b>Depreciações acumuladas</b> |                         |                          |          |          |          |                         |
| Projectos de Desenvolvimento   | -                       | -                        | -        | -        | -        | -                       |
| Programas de Computador        | -                       | -                        | -        | -        | -        | -                       |
| Propriedade Industrial         | -                       | -                        | -        | -        | -        | -                       |

| 31 de Dezembro de 2010         |                         |                          |          |                     |          |                         |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------------|----------|---------------------|----------|-------------------------|
|                                | Saldo em<br>01-Jan-2010 | Aquisições<br>/ Dotações | Abates   | Transferências      | Revalor. | Saldo em<br>31-Dez-2010 |
| <b>Custo</b>                   |                         |                          |          |                     |          |                         |
| <i>Goodwill</i>                | -                       | -                        | -        | -                   | -        | -                       |
| Projectos de Desenvolvimento   | 125.923,36              | -                        | -        | -                   | -        | 125.923,36              |
| Programas de Computador        | -                       | -                        | -        | -                   | -        | -                       |
| Propriedade Industrial         | -                       | -                        | -        | -                   | -        | -                       |
| ...                            | -                       | -                        | -        | -                   | -        | -                       |
| Outros Ativos intangíveis      | 192.645,65              | -                        | -        | (192.645,65)        | -        | -                       |
| <b>Total</b>                   | <b>318.569,01</b>       | <b>-</b>                 | <b>-</b> | <b>(192.645,65)</b> | <b>-</b> | <b>125.923,36</b>       |
| <b>Depreciações acumuladas</b> |                         |                          |          |                     |          |                         |
| Projectos de Desenvolvimento   | -                       | -                        | -        | -                   | -        | -                       |
| Programas de Computador        | -                       | -                        | -        | -                   | -        | -                       |
| Propriedade Industrial         | -                       | -                        | -        | -                   | -        | -                       |
| ...                            | -                       | -                        | -        | -                   | -        | -                       |
| Outros Ativos intangíveis      | 192.645,65              | -                        | -        | (192.645,65)        | -        | -                       |
| <b>Total</b>                   | <b>192.645,65</b>       | <b>-</b>                 | <b>-</b> | <b>(192.645,65)</b> | <b>-</b> | <b>-</b>                |

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

| Descrição  | Inventário em 01-Jan-2009 | Compras             | Reclassificações e regularizações | Inventário em 31-Dez-2009 | Compras             | Reclassificações e regularizações | Inventário em 31-Dez-2010 |
|--|---------------------------|---------------------|-----------------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| Mercadorias  | 146.712,69                | 835.250,48          | -                                 | 148.825,51                | 864.836,20          | (500,00)                          | 136.640,85                |
| Matérias-primas, sub, e de cons.                         | 26.516,52                 | 512.089,23          | 50.100,60                         | 26.516,52                 | 540.949,54          | 52.324,12                         | 28.013,50                 |
| Produtos Acabados e interm.                              | -                         | -                   | -                                 | -                         | -                   | -                                 | -                         |
| Produtos e trab. em curso                                | -                         | -                   | -                                 | -                         | -                   | -                                 | -                         |
| ...  | -                         | -                   | -                                 | -                         | -                   | -                                 | -                         |
| <b>Total</b>   | <b>173.229,21</b>         | <b>1.347.339,71</b> | <b>50.100,60</b>                  | <b>175.342,03</b>         | <b>1.405.785,74</b> | <b>51.824,12</b>                  | <b>164.654,35</b>         |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas |                           |                     |                                   | 1.395.327,49              |                     |                                   | 1.468.297,54              |
| Variações nos inventários da produção                    |                           |                     |                                   | -                         |                     |                                   | -                         |

O montante de 50.100,60, refere-se a consumos das actividades – auto consumos

## 8. Rédito

Para os períodos de 2009 e 2010 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

| Descrição                                    | 2010                | 2009                |
|--|---------------------|---------------------|
| Vendas                                       | 1.244.034,18        | 1.182.348,53        |
| Prestação de Serviços                        | 1.878.342,13        | 1.740.740,65        |
| Quotas dos utilizadores                      | -                   | -                   |
| Quotas e Jóias                               | 928,50              | 976,20              |
| Promoções para captação de recursos          | -                   | -                   |
| Rendimentos de patrocinadores e colaborações | -                   | -                   |
| Juros  |                     |                     |
| Royalties                                    | -                   | -                   |
| Dividendos                                   | -                   | -                   |
| Outros                                       |                     |                     |
| <b>Total</b>                                 | <b>3.122.376,31</b> | <b>2.923.089,18</b> |

## 9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

| Descrição  | 2010                | 2009                |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>Subsídios do Governo</b>  | <b>1.271.881,93</b> | <b>1.295.202,16</b> |
| comparticipações e sub à exploração do CRSS, infância e Juventude: | -                   | -                   |
| - <i>Creches</i>   | 83.467,80           | 82.988,10           |
| - <i>Jardins de Infancia</i>                                       | 73.352,96           | 89.063,21           |
| - <i>Centro de Actividades de tempos livres</i>                    | 8.207,81            | 13.161,20           |
| - <i>Lares</i>   | 686.942,61          | 684.536,80          |
| - <i>Centro do dia</i>   | 123.072,00          | 127.905,65          |
| - <i>Apoio Domiciliario</i>  | 296.838,75          | 297.547,20          |
| ...  | -                   | -                   |
| <b>Apoios do Governo</b>   | <b>80.487,29</b>    | <b>79.723,79</b>    |
| - <i>Autarquias - CM Vila Flor</i>                                 | 16.697,74           | 14.848,20           |
| - <i>IEFP</i>  | 62.150,66           | 64.160,59           |
| - <i>IFADAP</i>  | 1.638,89            | 655,00              |
| - <i>União Misericórdias Portuguesas</i>                           | -                   | 60,00               |
| <b>Total</b>   | <b>1.352.369,22</b> | <b>1.374.925,95</b> |

Os apoios obtidos do IFADAP são para financiar as explorações agrícolas, pertencentes à instituição.

## 10. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2010 foi de “197” e em 31/12/2009 foi de “193”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição  | 2010                | 2009                |
|--|---------------------|---------------------|
| Remunerações aos Órgãos Sociais                          | -                   | -                   |
| Remunerações ao Pessoal                                  | 1.998.774,72        | 1.721.417,15        |
| Benefícios Pós-Emprego                                   | -                   | -                   |
| Indemnizações  | -                   | -                   |
| Encargos sobre as Remunerações                           | 333.640,06          | 283.178,26          |
| Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais | 43.034,45           | 31.596,77           |
| Gastos de Acção Social                                   | -                   | -                   |
| Outros Gastos com o Pessoal                              | 11.036,18           | 13.909,11           |
| <b>Total</b>   | <b>2.386.485,41</b> | <b>2.050.101,29</b> |

## 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado, em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A entidade no presente não tem ao seu serviço um Revisor Oficial de Contas. Pelo pressuposto do artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais, deverá designar um Revisor Oficial de Contas, para efeitos de revisão legal das contas pelo facto de terem sido ultrapassados, dois dos três limites, indicado no respectivo artigo.

## 12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2009 e 2010 a rubrica “*Utentes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

| Descrição                                   | 2010             | 2009            |
|---|------------------|-----------------|
| <b>Clientes e Utentes c/c</b>               | <b>26.977,90</b> | <b>9.677,38</b> |
| Clientes                                    | -                | -               |
| Utentes                                     | 26.977,90        | 9.677,38        |
| <b>Clientes e Utentes títulos a receber</b> | <b>152,23</b>    | <b>152,23</b>   |
| Clientes                                    | -                | -               |
| Utentes                                     | 152,23           | 152,23          |
| <b>Clientes e Utentes factoring</b>         | <b>-</b>         | <b>-</b>        |
| Clientes                                    | -                | -               |
| Utentes                                     | -                | -               |
| <b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b> | <b>-</b>         | <b>-</b>        |
| Clientes                                    | -                | -               |
| Utentes                                     | -                | -               |
| <b>Total</b>                                | <b>27.130,13</b> | <b>9.829,61</b> |

### 12.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras Contas a Receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a seguinte decomposição:

| Descrição                                     | 2010              | 2009              |
|---|-------------------|-------------------|
| Adiantamentos ao pessoal                      | -                 | -                 |
| Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos | -                 | -                 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos       | 206.150,96        | 302.164,45        |
| ...   | -                 | -                 |
| Outros Devedores                              | -                 | -                 |
| Perdas por Imparidade                         | -                 | -                 |
| <b>Total</b>                                  | <b>206.150,96</b> | <b>302.164,45</b> |

Refere-se a valores a receber da Administração Regional de Saúde e do Centro Regional S.S. Bragança – UCC:

|  |            |
|--|------------|
| - Administração Regional de saúde        | 191.330,30 |
| - Centro Regional S.S. de Bragança - UCC | 14.820,66  |

### 12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

| Descrição                       | 2010                | 2009                |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Gastos a reconhecer</b>      |                     |                     |
| Remunerações a liquidar         | 127.613,57          | -                   |
| ...                             | -                   | -                   |
| ...                             | -                   | -                   |
| <b>Total</b>                    | <b>127.613,57</b>   | <b>-</b>            |
| <b>Rendimentos a reconhecer</b> |                     |                     |
| Subsídios para investimento     | -                   | -                   |
| - Piddac                        | 646.764,79          | 654.845,32          |
| - Outros                        | 1.513.885,78        | 1.549.225,70        |
| <b>Total</b>                    | <b>2.160.650,57</b> | <b>2.204.071,02</b> |

No exercício de 2009 não foram reconhecidos remunerações a liquidar para o exercício seguinte. Logo o resultado do período em termos comparativos não é fiável, na medida em que se não contabilizássemos o gasto de 127.613,57 €, como ocorreu em 2009, teríamos um resultado líquido contabilístico positivo, ao invés de ter sido negativo.



#### 12.4. Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, investimentos nas seguintes entidades:

| Descrição                       | 2010          | 2009          |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Televisao Independente - acções | 498,80        | 498,80        |
| Tvl                             | -             | -             |
|                                 | -             | -             |
| ...                             | -             | -             |
| <b>Total</b>                    | <b>498,80</b> | <b>498,80</b> |

#### 12.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2009 e 2010, encontrava-se com os seguintes saldos:

| Descrição         | 2010                | 2009                |
|-------------------|---------------------|---------------------|
| Caixa             | 14.401,17           | 32.189,54           |
| Depósitos à ordem | 583.640,64          | 658.187,40          |
| Depósitos a prazo | 1.553.035,63        | 1.293.937,93        |
| Outros            | -                   | -                   |
| <b>Total</b>      | <b>2.151.077,44</b> | <b>1.984.314,87</b> |

#### 12.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

| Descrição                                | Saldo em<br>01-Jan-2010 | Aumentos          | Diminuições | Saldo em<br>31-Dez-2010 |
|--|-------------------------|-------------------|-------------|-------------------------|
| Fundos                                   | 430.870,22              | -                 | -           | 430.870,22              |
| Excedentes técnicos                      | -                       | -                 | -           | -                       |
| Reservas                                 | 34.724,83               | -                 | -           | 34.724,83               |
| Resultados transitados                   | 6.752.130,52            | 403.492,03        | -           | 7.155.622,55            |
| Excedentes de revalorização              |                         |                   | -           | -                       |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | -                       | -                 | -           | -                       |
| <b>Total</b>                             | <b>7.217.725,57</b>     | <b>403.492,03</b> | <b>-</b>    | <b>7.621.217,60</b>     |

#### 12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

| Descrição                                       | 2010             | 2009             |
|---|------------------|------------------|
| Fornecedores c/c                                | 68.404,03        | 43.696,33        |
| Fornecedores títulos a pagar                    |                  |                  |
| Fornecedores facturas em recepção e conferência | -                | -                |
| <b>Total</b>                                    | <b>68.404,03</b> | <b>43.696,33</b> |

## 12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

| Descrição  | 2010             | 2009             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Ativo</b>   |                  |                  |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC) | -                | -                |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)                 | -                | -                |
| Outros Impostos e Taxas                                  | -                | -                |
| <b>Total</b>   | <b>-</b>         | <b>-</b>         |
| <b>Passivo</b>   |                  |                  |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC) | -                | -                |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)                 | 6.292,94         | 3.445,30         |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS) | 7.164,18         | 5.872,82         |
| Segurança Social   | 37.611,98        | 39.458,22        |
| Outros Impostos e Taxas                                  | -                | -                |
| <b>Total</b>   | <b>51.069,10</b> | <b>48.776,34</b> |

## 12.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:

| Descrição                                | 2010         |          | 2009         |                  |
|--|--------------|----------|--------------|------------------|
|  | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente         |
| <b>Pessoal</b>                           | -            | -        | -            | <b>35,02</b>     |
| Remunerações a pagar                     | -            | -        | -            | -                |
| Cauções                                  | -            | -        | -            | -                |
| Outras operações                         | -            | -        | -            | 35,02            |
| Perdas por Imparidade acumuladas         | -            | -        | -            | -                |
| <b>Fornecedores de Investimentos</b>     | -            | -        | -            | -                |
| <b>Credores por acréscimos de gastos</b> | -            | -        | -            | -                |
| <b>Outros credores</b>                   | -            | -        | -            | <b>42.619,18</b> |
|  | -            | -        | -            | -                |
| <b>Total</b>                             | <b>-</b>     | <b>-</b> | <b>-</b>     | <b>42.654,20</b> |

Em 2009 os valores referem-se a:

- Sindicatos, Zona Norte - 26,13 euros; Enfermeiros – 8,89 euros;
- Outros credores, Administração Regional de Saúde – 42.463,56 euros;
- Tribunal Judicial da Comarca - 155,62 euros.

## 12.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu nos períodos de 2009 e 2010 os seguintes subsídios, doações e legados:

| Descrição  | 2010                | 2009                |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>Subsídios do Governo</b>  | <b>1.271.881,93</b> | <b>1.295.202,16</b> |
| comparticipações e sub à exploração do CRSS, infância e Juventude: | -                   | -                   |
| - <i>Creches</i>   | 83.467,80           | 82.988,10           |
| - <i>Jardins de Infancia</i>                                       | 73.352,96           | 89.063,21           |
| - <i>Centro de Actividades de tempos livres</i>                    | 8.207,81            | 13.161,20           |
| - <i>Lares</i>   | 686.942,61          | 684.536,80          |
| - <i>Centro do dia</i>   | 123.072,00          | 127.905,65          |
| - <i>Apoio Domiciliario</i>  | 296.838,75          | 297.547,20          |
| ...  | -                   | -                   |
| <b>Apoios do Governo</b>   | <b>80.487,29</b>    | <b>79.723,79</b>    |
| - <i>Autarquias - CM Vila Flor</i>                                 | 16.697,74           | 14.848,20           |
| - <i>IEFP</i>  | 62.150,66           | 64.160,59           |
| - <i>IFADAP</i>  | 1.638,89            | 655,00              |
| - <i>União Misericórdias Portuguesas</i>                           | -                   | 60,00               |
| <b>Total</b>   | <b>1.352.369,22</b> | <b>1.374.925,95</b> |

#### 12.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e Serviços Externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 foi a seguinte:

| Descrição                          | 2010              | 2009              |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Subcontratos                       | -                 | -                 |
| Serviços especializados            | 276.723,41        | 49.302,35         |
| Materiais                          | 10.870,03         | 12.010,76         |
| Energia e fluidos                  | 264.632,45        | 231.683,84        |
| Deslocações, estadas e transportes | 5.366,38          | 8.052,41          |
| Serviços diversos (*)              | 364.496,68        | 256.102,35        |
| ...                                | -                 | -                 |
| ...                                | -                 | -                 |
| ...                                | -                 | -                 |
| <b>Total</b>                       | <b>922.088,95</b> | <b>557.151,71</b> |

Relativamente ao exercício anterior, destaca-se a rubrica de Conservação e Reparação, que teve um acréscimo de 228.469 euros, em matéria de gastos de conservação efectuados nas habitações dos bairros sociais.

### 12.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica “*Outros Rendimentos e Ganhos*”, está dividida da seguinte forma:

| Descrição  | 2010              | 2009              |
|--|-------------------|-------------------|
| Rendimentos Suplementares  | -                 | -                 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos  | 11.782,68         | 17.189,39         |
| Recuperação de dívidas a receber   | -                 | -                 |
| Ganhos em inventários  | -                 | -                 |
| Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | -                 | -                 |
| Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros                       | -                 | -                 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros                        | 30.715,81         | 35.006,47         |
| Outros rendimentos e ganhos  | 404.322,39        | 277.603,81        |
| <b>Total</b>   | <b>446.820,88</b> | <b>329.799,67</b> |

Esta rubrica inclui rendimentos obtidos de imóveis, descontos de pronto pagamento obtidos e rendimentos.

### 12.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros Gastos e Perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição   | 2010             | 2009             |
|---|------------------|------------------|
| Impostos  | -                | -                |
| Descontos de pronto pagamento concedidos                                | -                | -                |
| Dívidas incobráveis   | -                | -                |
| Perdas em inventários   | -                | -                |
| Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | -                | -                |
| Gastos e perdas nos restantes activos financeiros                       | -                | -                |
| Gastos e perdas investimentos não financeiros                           | -                | -                |
| Outros Gastos e Perdas  | 22.126,13        | 20.081,25        |
| <b>Total</b>  | <b>22.126,13</b> | <b>20.081,25</b> |

### 12.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2009 e 2010 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição                                    | 2010             | 2009             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Juros e gastos similares suportados</b>   |                  |                  |
| Juros suportados                             |                  |                  |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis           | -                | -                |
| Outros gastos e perdas de financiamento      | -                | -                |
| <b>Total</b>                                 | -                | -                |
| <b>Juros e rendimentos similares obtidos</b> |                  |                  |
| Juros obtidos                                | 21.051,73        | 47.885,63        |
| Dividendos obtidos                           | -                | -                |
| Outros rendimentos similares                 |                  |                  |
| <b>Total</b>                                 | <b>21.051,73</b> | <b>47.885,63</b> |
| <b>Resultados financeiros</b>                | <b>21.051,73</b> | <b>47.885,63</b> |

### 12.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras, de 31 de Dezembro de 2010.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho Administração em 31 de Março de 2011.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho Administrativo/Administração/....



## 5.2. Estrutura patrimonial e solvabilidade – principais indicadores de desempenho

### 5.2.1. Rentabilidade - principais indicadores de desempenho

Os rácios são indicadores de desempenho económico e financeiro. Coloca-nos questões, mas não nos oferece respostas imediatas, se os rácios forem analisados de forma isolada. As respostas têm que ser encontradas pelos responsáveis e órgãos de gestão da entidade, através do conhecimento e da conjugação de alguns rácios, em

harmonia com as exigências do normativo contabilístico aplicado às ESNL. Os rácios colocam “alertas” e ajudam a tomar decisões mais acertadas, bem como permitir uma comparação com outras entidades do mesmo sector (Gomes e Pires, 2010).

Para o nosso estudo, seleccionamos os seguintes rácios pela sua pertinência:

#### Rácios Financeiros:

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo}}$$

Este rácio é um dos mais utilizados, que nos permite informar a percentagem sobre a qual o activo está a ser financiada pelo capital próprio: quanto maior for o resultado deste rácio, maior é a probabilidade da entidade cobrir todas as suas responsabilidades, por exemplo, em caso de liquidação total;

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$

O rácio da solvabilidade dá-nos a capacidade dos capitais próprio de solver os compromissos expressos no passivo: quanto maior for a percentagem, maior será a estabilidade financeira da entidade, caso contrário, traduz vulnerabilidades;

$$\text{Debt to Equity} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Capital Próprio}}$$

Este rácio de endividamento (Debt to Equity) é semelhante ao rácio da solvabilidade. Quanto mais elevado for a percentagem obtida, maior é a vulnerabilidade da empresa.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$$

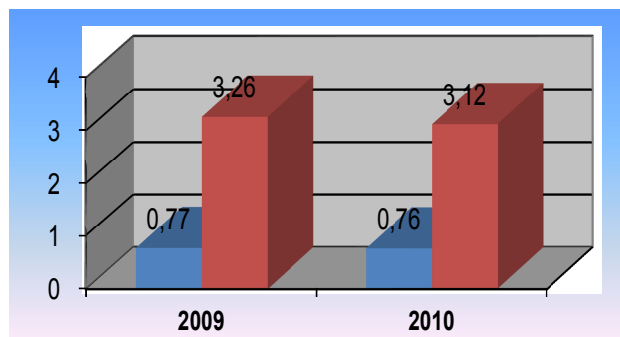
O rácio de endividamento traduz a percentagem de capital alheio utilizado no financiamento das actividades.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

O Rácio de Liquidez Geral dá-nos a percentagem de cobertura que os activos correntes têm sobre o passivo corrente num curto prazo.

- No caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor os rácios apresentam a seguinte evolução:

| Descrição            | 2009 | 2010 |
|----------------------|------|------|
| Solvabilidade        | 3,26 | 3,12 |
| Autonomia Financeira | 0,77 | 0,76 |

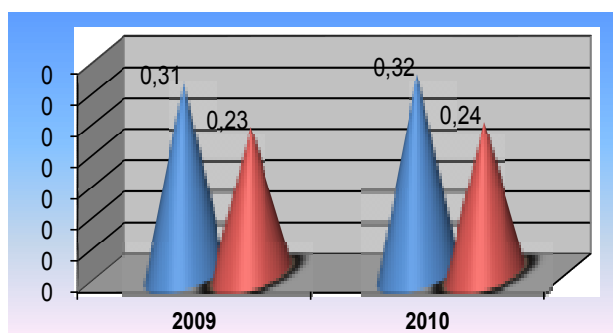


Notas:

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo Total

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo Total

| Descrição            | 2009 | 2010 |
|----------------------|------|------|
| Endividamento        | 0,23 | 0,24 |
| Debt to Equity Ratio | 0,31 | 0,32 |



Notas:

Endividamento: Passivo/Activo

Debt to Equity Ratio = Passivo / Capital Próprio

### Rácios Económicos

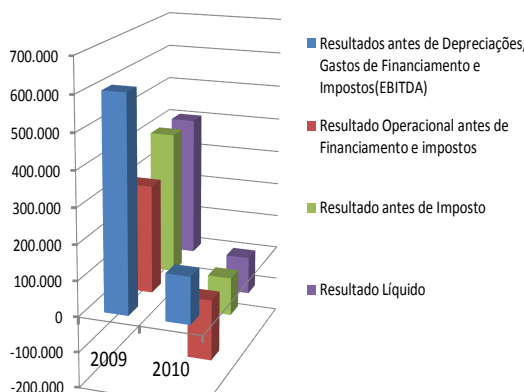
EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) , pode ser retirado da Demonstração dos resultados e o resultado operacional deduzido/acrescido dos gastos/reversões de depreciação, de amortização, das

perdas/reversões de imparidade e dos aumento/reduções de justo valor e das provisões.

EBIT (*Earnings Before Interest and Taxes*), é retirado directamente da Demonstração dos resultados, como podemos analisar de seguida:

- Os resultados da empresa evoluíram da seguinte forma:

| Descrição  | 2009           | 2010            |
|--|----------------|-----------------|
| Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos(EBITDA) | 603.058        | 132.394         |
| Resultado Operacional antes de Financiamento e impostos                      | 303.411        | -173.890        |
| Resultado antes de Imposto   | 403.492        | -110.339        |
| Resultado Líquido  | <b>403.492</b> | <b>-110.339</b> |



Quanto aos resultados do período de 2010, analisando a Demonstração dos resultados podemos extrair-se as seguintes conclusões:

- O Resultado Líquido foi negativo em 110.339 Euros;
- As Vendas / Serviços Prestados e outros proveitos operacionais aumentaram 178.953,92 Euros, relativamente a 2009 e, consequentemente, o custo dos produtos aumentou cerca de 5%, sendo a Margem Bruta de 67.57%.
- Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram 922.088,95 euros, devido fundamentalmente ao aumento da Rubrica de Conservação dos Edifícios.



- Os Gastos com o Pessoal aumentaram cerca de 336.384,12 euros, resultante do aumento dos seus efectivos e das actualizações salariais.
- Os gastos com depreciações e amortizações do exercício ascenderam a 306.283,54 euros, havendo uma redução de 6.636,28 euros, em consequência do término da vida útil de alguns bens e do reduzido investimento.
- Os gastos e perdas de financiamento desceram em 36.531,27.euros, pelo facto de não se recorrer a financiamento externo.

## VI – Conclusões

No último século, as sociedades locais e não locais, testemunharam uma grande revolução na contabilidade (Sargiacom, 2010), redimensionando a informação contabilística das suas esferas nacionais para uma esfera a nível internacional, em consequência da aplicação do Regulamento<sup>46</sup> (CE) N.º 1606/2002, que se traduz na adopção das normas do IASB.

Neste entrecho internacional, a gestão das Entidades do Sector Não Lucrativo, a gestão de fundos obtidos, associadas a uma qualidade cada vez mais exigente na prestação de serviços no Terceiro Sector, implicam um conjunto de metodologias necessariamente mais eficientes e eficazes, testemunhadas por todos os *stakeholders*, aumentando a confiança de todos, estejam onde estiverem, porquanto a globalização articula e aproxima todos os intervenientes.

Neste novo contexto impõe-se a harmonização contabilística no Terceiro Sector, como processo de clarificação e transparência nas operações, criando naturalmente a confiança em todos os utilizadores, doadores e Estado e estabelecendo-se o *feedback* mais dinâmico e regular entre as Entidades do Sector Não Lucrativo e o Estado. É nosso dever contribuir para a sustentabilidade das instituições, torná-las mais robustas, sãs e criadoras.

Conforme oportunamente analisámos ao longo deste trabalho, estas instituições apesar de já existirem desde há muito tempo, estiveram de facto até ao século passado um pouco adormecidas no conhecimento geral, pelo facto de não terem uma vertente capitalista, mas o interesse dos investigadores tem vindo a aumentar. Sendo a contabilidade um veículo de transporte de conhecimento sobre a forma como as entidades actuam torna-se importante o estudo em termos históricos e o seu enquadramento no contexto político, económico e social (Carnegie, 1996; Hopwood, 1983; Mann, 1985; Sargiacom, 2010).

Em momentos de crise, são estas instituições que respondem ao rol das muitas necessidades, atenuando as diferenças sociais e “disfarçando” as diferenças económicas. Julgamos ser este o momento de reconhecermos a importância

---

<sup>46</sup> O Regulamento n.º 1606/2002 (CE) do Parlamento Europeu é um regulamento de imposição legal obrigatória para garantir a transparência e comparabilidade das Demonstrações Financeiras.

extrema que estas instituições têm. Pelo facto de, em 2011, serem enquadradas num novo contexto legal, significa que existe de uma forma expressiva um reconhecimento intemporal da sua capacidade de resposta às necessidades sociais. O seu crescimento implica também um maior conhecimento nas práticas de gestão. Assim, acreditamos que deveria ser criado em termos académicos, uma disciplina que preparasse gestores especializados, enaltecendo-se o conhecimento contabilístico e de gestão das ESNL.

Presentemente encontramos-nos num processo de harmonização contabilística e financeira, que nos alinha com as novas tendências a nível internacional, através do Decreto-Lei n.º 36-A/2011. Acreditamos estarem criadas as condições normativas que nos vão permitir assegurar informação transparente e adequada às necessidades. Este decreto e o novo contexto, será um ponto de partida para novas perspectivas de investigação para o aprofundamento e desenvolvimento de estudos comparativos, favorável à harmonização contabilística, financeira e fiscal, tanto a nível nacional como internacional.

Neste trabalho contraímos algumas limitações, por falta de informação, da responsabilidade do Centro Regional da Segurança Social, nomeadamente, quanto às alterações nos mapas a apresentar, anualmente, visto que, com a adopção da NCRF-ESNL, coloca-se a questão de duplicação e o custo da informação a apresentar. Até à conclusão deste trabalho não obtivemos quaisquer esclarecimentos por parte do Centro Regional da Segurança Social. Como elo organizador e central de todos os pontos deste sistema de informação, temos a contabilidade e os profissionais preparados para responder às dificuldades, com sabedoria e zelo, otimizando a gestão do Terceiro Sector? Pela análise efectuada e ao verificamos que transposição para o novo normativo não foi efectuada, encontramos a resposta de uma forma negativa à segunda questão da investigação no que se refere à preparação do técnicos e do próprio sistema em si, no que diz respeito ao cumprimento e avaliação do desempenho e aplicação das normas. No que se refere à primeira questão proposta para a nossa investigação constatamos que os modelos apresentados são adequados para este tipo de entidades. Quanto à terceira e última questão conforme referenciamos anteriormente apesar da história das IPSS ser longa em Portugal, em termos de exigência legal e em

termos de práticas contabilísticas de forma a responder às necessidades dos utilizadores era adequada pela própria exigência, contudo acabamos este estudo com a mesma convicção com o qual o iniciamos, porque acreditamos que, com este novo enquadramento contabilístico nacional, o mesmo possa trazer uma contribuição de vital importância, ao nível mais interno das entidades, na melhoria das práticas contabilísticas e de gestão e no enquadramento comparativo das entidades nacionais, com outros normativos de outros países pertencentes ao Terceiro Sector.

Em termos de perspectivas de investigação futura haverá um longo trabalho a efectuar, no que se refere ao conhecimento do passado ao nível deste tipo de instituições em Portugal, as suas praticas contabilísticas, o contexto político económico e social em que opera, e a forma como relatam a informação financeira (accountability).

## VII – Referências Bibliográficas

Behn, B. K., DeVries, D. D., & Lin, J. (2010). *The determinants of transparency in nonprofit organizations: An exploratory study*. [doi: 10.1016/j.adiac.2009.12.001].

Advances in Accounting, 26(1), 6-12.

Berardi, L., & Rea, M. A. (2010). E-learning for accountability in nonprofit organizations A networked collaborative learning experience for managers of Blood Donors' organizations. [doi: 10.1016/j.sbspro.2010.03.293]. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 2(2), 2126-2130.

Carella, M., G., A. R., & Lorizio, M. (2007). *The role of non-profit organisations/in migration policies: Spain and Italy compared*. [doi: DOI: 10.1016/j.soc.2007.08.001]. *Journal of Socio-Economics*, 36(6), 914-931.

Carnegie, G. D. N., Crishtopher J. (1996). Critical and interpretive histories: insights into accounting's present and future through its past. [Article]. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(3), 7-39.

Carvalho, João M. S “O desempenho nas organizações sem fins lucrativos”, Instituto Superior da Maia, acedido em 27/12/2011:

<http://www.ismai.pt/NR/rdonlyres/CC263BA1-CF6F-4B91-85AA->

[C4AB2EA716C3/0/ODesempenhonasOrganiza%C3%A7%C3%B5esSemFinsLucrativos.pdf](http://www.ismai.pt/NR/rdonlyres/CC263BA1-CF6F-4B91-85AA-C4AB2EA716C3/0/ODesempenhonasOrganiza%C3%A7%C3%B5esSemFinsLucrativos.pdf)

Constituição da República Portuguesa, consultada em 10/06/2011 em <http://dre.pt/comum/html/legis/crp.html>

Ferreira, R. F. (2006), *As instituições do terceiro sector, (Texto recebido pela CTOC em Agosto de 2005)*, revista TOC Fevereiro 2006.

Fiscal, 24.<sup>a</sup> edição, Coleção Legislação, Editora, Porto Editora, 2009

Franco, R. C., *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*, Faculdade de Economia e de Gestão Universidade Católica Portuguesa, Porto.

Franco, R. C. (2004), *A Ética e as organizações da Sociedade Civil, A questão de prestação de contas ("accountability") no terceiro sector*, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra

Freire, M. L. (1995), *As Misericórdias e as IPSS em Geral, na História na Legislação na Jurisprudência e na Prática Administrativa*, Elcla Editora

Frumkin, P. and Keating, E. K., (2010) *The price of doing good: Executive compensation in nonprofit organizations*, Policy and Society 29 (2010) 269–282

Gomes, J. e Pires, J., (2010), *SNC - Sistema de Normalização Contabilística, Teoria e Prática* (3.<sup>a</sup> Edição), Vida Económica

Gray, R., (2010) *"Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability. .and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet"*. *Procedia Social and Behavioral Sciences* 2 (2010) 2126–213

Instituto Nacional de Estatística-INE, (2011), *Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo 2006* (projecto-piloto), Lisboa

Lopes, L., (2009) – *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*, Editora, Almedina

Raimundo, J. N; Santos, J. G. Lima, R., (2011), *NCRF para as entidades do Sector não Lucrativo*, manual da OTOC, SEG2611

Rodrigues, A. R. S., (2009) *A avaliação de desempenho como, ferramenta de Gestão: O seu contributo para a sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos*, Universidade do Minho (tese de mestrado)

Hopwood, A. G. (1983). *On try to study accounting in the contexts in witch it operates*. [DOI:10.1016/0361-3682(83)90035-1]. *Accounting, Organizations and Society* 8(2-3), 287-305.

Hopwood, A. G., Miller, P. (1994). *Accounting as Social and Institutional Practice*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1994) pp. 1-39.

Mann, P. H. (1985). *Methods of Social Investigation*. Basil Blackwell, Ltd, second Edition P.222.

Miller, P. (1990). *On the Interrelations between Accounting and the State*. *Accounting, Organizations and Society* (1990), pp. 315-338.

Olson, John R. and, Belohlav, James A, and Boyer, Kenneth K., (2005), *Operational, economic and mission elements in not-for-profit organizations: the case of the Chicago Symphony Orchestra*, *Journal of Operations Management* 23) 125–142

Payne, A. Abigail (1998). " *Does the government crowd-out private donations? New evidence from a sample of non-profit firms*, " *Journal of Socio-Economics* 69 (3)23–345.

Sá, I. G. e Lopes, M. A., *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008

Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1998). Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Nationally. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 9(3), 213-248.

Sargiacom, M. G., Delfina. (2010). *Accounting and Accountability in Local Governmente: Contributions from Accounting History Research*, The sixty Accounting History International Conference "Accounting and State", Wellington, New Zealand

Yetman, M. H. and, Yetman, R. J., (2009), *Determinants of nonprofits taxable activities*, *Account. Public Policy* 28 (2009) 495–509

Young, J. C., & Kattelus, S. C., (1995). *Accounting for the "invisible" nonprofit sector: five mini-cases* .*Journal of Accounting Education*, Vol. 13, No. 3, pp. 319-342

#### **Actas:**

Carneiro. H, (Provedor da Misericórdia da Póvoa do Lanhoso), Março de 2010, *IX congresso Nacional das Misericórdias - Modernização e Inovação, instrumentos de sustentabilidade e da qualidade*, Braga (pp. 299-318).

Martinho, E. (Ministro da Solidariedade Social), Setembro 2006, *2.º Congresso das Misericórdias do Norte, as Misericórdias Hoje na Comunidade*, Braga, (pp 60-64).

Reis, B., (Presidente do congresso), Setembro 2006, *2.º Congresso das Misericórdias do Norte, as Misericórdias Hoje na Comunidade*, Braga, (pp 31-36).

Reis, B., (Provedor da Misericórdia de Braga), Março de 2010, *IX congresso Nacional das Misericórdias - Modernização e Inovação, instrumentos de sustentabilidade e da qualidade*, Braga (pp. 267-273).

Tavares, A., (Mesário da Misericórdia do Porto), Setembro 2006, *2.º Congresso das Misericórdias do Norte, as Misericórdias Hoje na Comunidade*, Braga, (pp 70-80).

Tavares, A., (Vice - Provedor da Misericórdia do Porto), Março de 2010, *IX congresso Nacional das Misericórdias - Modernização e Inovação, instrumentos de sustentabilidade e da qualidade*, Braga (pp. 247-255).

Vários, Setembro 2006, *2.º Congresso das Misericórdias do Norte, as Misericórdias Hoje na Comunidade*, Braga.

Vários, Março de 2010, *IX congresso Nacional das Misericórdias - Modernização e Inovação, instrumentos de sustentabilidade e da qualidade*, Braga.

### **Legislação:**

Aviso nº 6726-B/2011, do Ministério das Finanças e da Administração Pública,  
Publicada na Parte C do DR, IIª serie n.º51, de 14 de Março.

Decreto-Lei n.º 519-g/79 de 29 de Dezembro

Decreto-Lei n.º 119/1983, de 25 de Fevereiro, Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Decreto-lei n.º 78/1989, de 3 de Março, Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS).

Decreto-Lei n.º20/90 de 13 de Janeiro.



Decreto-Lei n.º 295/1995, de 17 de Novembro, Plano de Contas das Associações Mutualistas.

Decreto-Lei 74/99, de 16 de Março, Estatuto do Mecenato.

Decreto-Lei n.º 74/1998, de 27 de Março, Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e agrupamento de Clubes.

Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, Imposto municipal de transacções.

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

Decreto Regulamentar n.º 25/2009. de 14 de Setembro

Despacho n.º 9292-A/2010, (Diário da República, 2.ª série — N.º 105 — 31 de Maio de 2010).

Jornal Oficial da União Europeia, de 25/03/2010

Lei n.º 64 A/2011 de 30 de Dezembro (Diário da República, 1.ª série — N.º 250 — 30 de Dezembro de 2011, pág. 5538-(35).

Lei n.º 150/99 de 11 de Setembro, Imposto Selo

Lei 151/99 de 14 de Setembro

Lei n.º 22-A/2007, ISV

Lei n.º 22-A/2007, IUC

Portaria n.º 466/1986, de 25 de Agosto

Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro

Portaria n.º 1011/2009, de 09 de Setembro

Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março

Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março

Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002.

**Sites da Internet com informação relevante:**

<http://www.1.seg-social.pt>

<http://www.cnis.pt>

[http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc\\_SIC.htm](http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc_SIC.htm)

<http://dupond.ci.uc.pt/CDEUC/TRVRINT.HTM>

<http://www.eapn.pt/>

<http://www.eesc.europa.eu>

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:076E:0016:0023:PT:PDF>

<http://www.istr.org/pubs/voluntas>

<http://www.misericordiavilaflor.com>

[Http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/Conclusiones\\_Finales\\_Conferencia\\_ES\\_TOLEDO\\_6\\_May\\_10.pdf](Http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/Conclusiones_Finales_Conferencia_ES_TOLEDO_6_May_10.pdf)

<http://www.ong-ngo.org/>,

<http://www.plataformaongd.pt/>

[http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/DGSS/pt/SER\\_registro+das+instituicoes+particulares+de+solidariedade+social+do+ambito+da+acao+social+do+siste.htm](http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/DGSS/pt/SER_registro+das+instituicoes+particulares+de+solidariedade+social+do+ambito+da+acao+social+do+siste.htm)

<http://www.portaldocidadao.pt/porta1>

<http://www.reapn.org>

<http://www.snc-esnl.com>

<http://www.ump.pt/>

<http://www.verbojuridico.com/download/codigocivil2010.pdf>

**Artigos consultados na internet:**

Cunha, V., *A Harmonização Contabilística*, Dezembro 2009

<http://www.vcsc.pt/Newscenter/pesquisa/83.pdf>

Francisco, L. e Alves, M. Céu, *A Necessidade de informação dos stakeholders das organizações sem fins lucrativos: uma responsabilidade, um desafio a vencer e a busca de soluções*, artigo consultado na internet, acedido em 09/07/2011:

[http://aeca.es/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xivencuentroaeca/cd/19j.pdf](http://aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/19j.pdf), ou

[http://personales.ya.com/aeca/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xivencuentroaeca/cd/19j.pdf](http://personales.ya.com/aeca/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/19j.pdf)

## Anexos:

### Anexo 1

| Ano 2010                  |  | Exercícios    |                | Balanço        |                |
|---------------------------|--|---------------|----------------|----------------|----------------|
|                           |  | 2010          |                | 2009           |                |
| Conta                     | Descrição  | Activo Bruto  | Amort./Provis. | Activo Líquido | Activo Líquido |
| <b>ACTIVO</b>             |  |               |                |                |                |
| <b>IMOBILIZADO</b>        |  |               |                |                |                |
| Imobilizações Incorpóreas |  |               |                |                |                |
| 431                       | Despesas de Instalação                             | 192.645,65    | 192.645,65     | 0,00           | 0,00           |
| 432                       | Imobilizações em Curso                             | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 433                       | .....  | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 434                       | .....  | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 441/6                     | Imobilizações em Curso                             | 125.923,36    |                | 125.923,36     | 125.923,36     |
| 449                       | Adiantamentos por Conta de Imobili. Incorpóreas    | 0,00          |                | 0,00           | 0,00           |
|                           |  | 318.569,01    | 192.645,65     | 125.923,36     | 125.923,36     |
| Imobilizações Corpóreas   |  |               |                |                |                |
| 421                       | Terrenos e Recursos Naturais                       | 10.061,36     | 0,00           | 10.061,36      | 15.049,34      |
| 422                       | Edifícios e Outras Construções                     | 8.156.186,65  | 2.570.472,53   | 5.585.714,12   | 5.683.218,86   |
| 423                       | Equipamento Básico                                 | 972.814,72    | 701.325,90     | 271.488,82     | 285.579,01     |
| 424                       | Equipamento de Transporte                          | 454.084,62    | 412.214,11     | 41.870,51      | 53.055,12      |
| 425                       | Ferramentas e Utensílios                           | 24.621,62     | 24.042,68      | 578,94         | 853,57         |
| 426                       | Equipamento Administrativo                         | 846.235,37    | 696.001,72     | 150.233,65     | 173.042,17     |
| 427                       | Taras e Vasilhame                                  | 1.261,99      | 571,04         | 690,95         | 710,03         |
| 428                       | Animais Produtivos, de Trabalho e de Reprodução    | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 429                       | Outras Imobilizações Corpóreas                     | 56.969,81     | 29.166,62      | 27.803,19      | 29.855,91      |
| 441/6                     | Imobilizações em Curso                             | 785.170,99    |                | 785.170,99     | 751.410,37     |
| 448                       | Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas | 0,00          |                | 0,00           | 0,00           |
|                           |  | 11.307.407,13 | 4.433.794,60   | 6.873.612,53   | 6.992.774,38   |
| Investimentos Financeiros |  |               |                |                |                |
| 411                       | Participações de Capital                           | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 412                       | Obrigações e Títulos de Participação               | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 413                       | Empréstimos de Financiamento                       | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 414                       | Investimentos em Imóveis                           | 592.426,89    | 222.858,90     | 369.567,99     | 369.567,99     |
| 415                       | Outras Aplicações Financeiras                      | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 447                       | Adiantamentos por Conta de Invest. Financeiros     | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
|                           |  | 592.426,89    | 222.858,90     | 369.567,99     | 369.567,99     |

**STA CASA MISER VILA FLOR**
**Contabilidade IPSS**
**Balanco**
**Ano 2010**
**Exercícios**
**2010**
**2009**

| Conta                             | Descrição                                     | Activo Bruto  | Amort./Provis. | Activo Liquido | Activo Liquido |
|-----------------------------------|---|---------------|----------------|----------------|----------------|
| <b>CIRCULANTE</b>                 |   |               |                |                |                |
| Existencias                       |   |               |                |                |                |
| 36                                | Materias Primas, Subsidiarias e de Consumo    | 28.013,50     | 0,00           | 28.013,50      | 26.516,52      |
| 35                                | Produtos e Trabalhos em Curso                 | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 34                                | Subprodutos, Desperdicios, Residuos e Refugos | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 33                                | Produtos Acabados e Intermedios               | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 32                                | Mercadorias                                   | 136.640,85    | 0,00           | 136.640,85     | 148.825,51     |
| 37                                | Adiantamentos por Conta de Compras            | 0,00          |                | 0,00           | 0,00           |
|                                   |   | 164.654,35    | 0,00           | 164.654,35     | 175.342,03     |
|                                   |   | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| Dividas de Terceiros- Curto Prazo |   |               |                |                |                |
| 2111                              | Clientes c/c                                  | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 2112                              | Clientes - Titulos a Receber                  | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 2118                              | Clientes de Cobranca Duvidosa                 | 152,23        | 0,00           | 152,23         | 152,23         |
| 2121                              | Utentes c/c                                   | 26.977,90     | 0,00           | 26.977,90      | 9.677,38       |
| 2128                              | Utentes de Cobranca Duvidosa                  | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 229                               | Fornecedores com Adiantamentos                | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 2619                              | Fornecedores com Adiantamentos de Imobilizado | 0,00          |                | 0,00           | 0,00           |
| 24                                | Sector Publico Administrativo                 | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 262/8+221                         | Outros Devedores                              | 206.150,96    | 0,00           | 206.150,96     | 302.164,45     |
|                                   |   | 233.281,09    | 0,00           | 233.281,09     | 311.994,06     |
| Titulos Negociaveis               |   |               |                |                |                |
| 151                               | Acoes   | 498,80        | 0,00           | 498,80         | 498,80         |
| 152                               | Obrigacoes e Titulos de Participacao          | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 153                               | Titulos da Divida Publica                     | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 159                               | Outros Titulos                                | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 18                                | Outras Aplicacoes de Tesouraria               | 0,00          |                | 0,00           | 0,00           |
|                                   |   | 498,80        | 0,00           | 498,80         | 498,80         |
| Depositos Bancarios e Caixa       |   |               |                |                |                |
| 12+13+14                          | Depositos Bancarios                           | 2.136.676,27  |                | 2.136.676,27   | 1.952.125,33   |
| 11                                | Caixa   | 14.401,17     |                | 14.401,17      | 32.189,54      |
|                                   |   | 2.151.077,44  | 0,00           | 2.151.077,44   | 1.984.314,87   |
| <b>DIFERIMENTOS</b>               |   |               |                |                |                |
| 271                               | Diferimentos de Receitas                      | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
| 272                               | Despesas com Custo Diferido                   | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
|                                   |   | 0,00          | 0,00           | 0,00           | 0,00           |
|                                   | Total de Amortizacoes                         |               | 4.849.299,15   |                |                |
|                                   | Total de Provisoes                            |               | 0,00           |                |                |
|                                   | Total do Activo                               | 14.767.914,71 | 4.849.299,15   | 9.918.615,56   | 9.960.415,49   |

**STA CASA MISER VILA FLOR**
**Contabilidade IPSS**
**Balanço**
**Ano 2010**
**Exercícios**

| Conta                             | Descrição  | 2010                | 2009                |
|-----------------------------------|--|---------------------|---------------------|
| <b>SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO</b> |  |                     |                     |
|                                   | Fundo Social, Reservas e resultados Transitados  |                     |                     |
| 51                                | Fundo Social                                     | 430.870,22          | 430.870,22          |
| 55                                | Reservas de Reavaliação                          | 0,00                | 0,00                |
| 56                                | Reservas Estatutárias                            | 0,00                | 0,00                |
| 57                                | Reservas Especiais                               | 34.724,83           | 34.724,83           |
| 59                                | Resultados Transitados                           | 7.155.622,55        | 6.752.130,52        |
|                                   |  | 7.621.217,60        | 7.217.725,57        |
| 88                                | Resultado Líquido do Exercício                   | -110.339,31         | 403.492,03          |
| 89                                |  | 0,00                | 0,00                |
|                                   | <b>Total da Situação Líquida</b>                 | <b>7.510.878,29</b> | <b>7.621.217,60</b> |
| 29                                | Provisões para Riscos e Encargos                 | 0,00                | 0,00                |
|                                   |  | 0,00                | 0,00                |
|                                   | <b>Dívidas A Terceiros- Curto Prazo</b>          |                     |                     |
| 231+12                            | Dívidas a Instituições de Crédito                | 0,00                | 0,00                |
| 236                               | Empréstimos dos Associados                       | 0,00                | 0,00                |
| 269                               | Adiantamentos por Conta de Vendas                | 0,00                | 0,00                |
| 221                               | Fornecedores c/c                                 | 68.404,03           | 43.696,33           |
| 228                               | Fornecedores - Facturas em Receção e Conferencia | 0,00                | 0,00                |
| 222                               | Fornecedores - Títulos a Pagar                   | 0,00                | 0,00                |
| 225                               | Fornecedores com Cauções                         | 0,00                | 0,00                |
| 2612                              | Fornecedores de Imobilizado - Títulos a Pagar    | 0,00                | 0,00                |
| 25                                | Accionistas ( Socios )                           | 0,00                | 0,00                |
| 219                               |  | 0,00                | 0,00                |
| 2119                              | Clientes com Adiantamentos                       | 0,00                | 0,00                |
| 2129                              | Utentes com Adiantamentos                        | 0,00                | 0,00                |
| 239                               | Outros Empréstimos Obtidos                       | 0,00                | 0,00                |
| 2611                              | Fornecedores de Imobilizado c/c                  | 0,00                | 0,00                |
| 24                                | Sector Público Administrativo                    | 51.069,10           | 48.776,34           |
| 262/8+2111                        | Outros Credores                                  | 0,00                | 42.654,20           |
|                                   |  | 119.473,13          | 135.126,87          |
|                                   | <b>Diferimentos</b>                              |                     |                     |
| 273                               | Diferimentos de Despesas                         | 127.613,57          | 0,00                |
| 274                               | Receitas Com Provento Diferido                   | 2.160.650,57        | 2.204.071,02        |
|                                   |  | 2.288.264,14        | 2.204.071,02        |
|                                   | <b>Total do Passivo</b>                          | <b>2.407.737,27</b> | <b>2.339.197,89</b> |
|                                   | <b>Total da Situação Líquida e do Passivo</b>    | <b>9.918.615,56</b> | <b>9.960.415,49</b> |

**Anexo 2**
**STA CASA MISER VILA FLOR**
**Contabilidade IPSS**
**Demonstração dos Resultados Líquidos**

|                 |  | Exercício do Ano Corrente |              | Exercício do Ano Anterior |              |
|-----------------|--|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|
| Conta           | Descrição  | 2010                      |              | 2009                      |              |
| CUSTOS E PERDAS |  |                           |              |                           |              |
| 61              | Custo das Merc. Vendidas e das Materias Consumidas   | 1.468.297,54              |              | 1.395.327,49              |              |
| 62              | Fornecimentos e Servicos Externos                    | 921.806,02                |              | 556.875,68                |              |
| 64              | Custos com Pessoal                                   |                           |              |                           |              |
| 641             | Remuneracoes   |                           |              |                           |              |
| 6411            | Remuneracoes Certas                                  | 1.812.322,56              |              | 1.529.729,39              |              |
| 6412            | Remuneracoes Adicionais                              | 186.452,16                |              | 191.687,76                |              |
|                 | Encargos Sociais                                     |                           |              |                           |              |
| 643             | Formacao Profissional                                | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 645             | Encargos Sobre Remuneracoes                          | 333.640,06                |              | 283.178,26                |              |
| 646/8           | Outros   | 54.070,63                 | 2.386.485,41 | 45.505,88                 | 2.050.101,29 |
| 66              | Amortizacoes   | 306.283,54                |              | 299.647,26                |              |
| 67              | Provisoes  | 0,00                      | 306.283,54   | 0,00                      | 299.647,26   |
| 63              | Impostos   | 10.916,06                 |              | 8.093,59                  |              |
| 65              | Beneficios Processa. e Outros Custos Operacionais    |                           |              |                           |              |
| 651             | Beneficios Processados                               | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 652             | Outros Custos Operacionais                           | 8.630,23                  | 19.546,29    | 10.890,00                 | 18.983,59    |
|                 | (A)  | 5.102.418,80              |              | 4.320.935,31              |              |
| 683 + 684       | Amorti. e Provis. de Aplicacoes e Inves. Financeiros | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 681+685/9       | Juros e Custos Assimilados                           | 282,93                    | 282,93       | 276,03                    | 276,03       |
|                 | (C)  | 5.102.701,73              |              | 4.321.211,34              |              |
| 69              | Custos e Perdas Extraordinarios                      |                           |              |                           |              |
| 690             | Accoes de Formacao Financiadas pelo F.S.E.           | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 691/8           | Outros   | 2.579,84                  | 2.579,84     | 1.097,66                  | 1.097,66     |
|                 | (E)  | 5.105.281,57              |              | 4.322.309,00              |              |
| 88              | Resultado Liquido do Exercicio                       | -110.339,31               |              | 403.492,03                |              |
|                 |  | 4.994.942,26              |              | 4.725.801,03              |              |



**STA CASA MISER VILA FLOR**
**Contabilidade IPSS**
**Demonstração dos Resultados Líquidos**



|                    |   | Exercício do Ano Corrente |              | Exercício do Ano Anterior |              |
|--------------------|---|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|
| Conta              | Descrição                                   | 2010                      |              | 2009                      |              |
| PROVEITOS E GANHOS |   |                           |              |                           |              |
| 71                 | Vendas                                      | 1.244.034,18              |              | 1.182.348,53              |              |
| 72                 | Prestacoes de Servicos                      | 1.834.437,84              | 3.078.472,02 | 1.717.436,18              | 2.899.784,71 |
|                    | Variação na Produção                        |                           | 0,00         |                           | 0,00         |
| 75                 | Trabalhos para a Propria Instituicao        |                           |              |                           |              |
| 758                | Para Autoconsumos                           | 52.324,12                 |              | 50.100,60                 |              |
| 751/7              | Outros                                      | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 73                 | Proveitos Suplementares                     | 42.975,79                 |              | 22.328,27                 |              |
| 74                 | Comparticipacoes e Subsidios a Exploracao   |                           |              |                           |              |
| 741                | Do Sector Publico Administrativo            |                           |              |                           |              |
| 7411               | Centro Regional de Seguranca Social         | 1.271.881,93              |              | 1.295.202,16              |              |
| 7412               | .....                                       | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 7413               | .....                                       | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 7414/8             | De Outros                                   | 80.487,29                 |              | 79.723,79                 |              |
| 742/8              | De Outras Entidades                         | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 76                 | Outros Proveitos Operacionais               | 928,50                    | 1.448.597,63 | 976,20                    | 1.448.331,02 |
|                    | (B)   |                           | 4.527.069,65 |                           | 4.348.115,73 |
| 78                 | Proveitos e Ganhos Financeiros              |                           | 63.550,22    |                           | 100.081,49   |
|                    | (D)   |                           | 4.590.619,87 |                           | 4.448.197,22 |
| 79                 | Proveitos e Ganhos Extraordinarios          |                           |              |                           |              |
| 790                | Accoes de Formacao Financiadas pelo F.S.E.  | 0,00                      |              | 0,00                      |              |
| 791/9              | Outros                                      | 404.322,39                | 404.322,39   | 277.603,81                | 277.603,81   |
|                    | (F)   |                           | 4.994.942,26 |                           | 4.725.801,03 |
| RESUMO             |   |                           |              |                           |              |
|                    | Resultados Operacionais : (B) - (A)         |                           | -575.349,15  |                           | 27.180,42    |
|                    | Resultados Financeiros : (D - B) - (C - A)  |                           | 63.267,29    |                           | 99.805,46    |
|                    | Resultados Correntes : (D)-(C)              |                           | -512.081,86  |                           | 126.985,88   |
|                    | Resultados Liquidos do Exercicio : (F)- (E) |                           | -110.339,31  |                           | 403.492,03   |
| <hr/>              |   |                           |              |                           |              |
| <hr/>              |   |                           |              |                           |              |
| <hr/>              |   |                           |              |                           |              |

**Anexo 3**

|   |   |  |               |  |   |   |   |    |  |
|---|---|--|---------------|--|---|---|---|----|--|
| <b>IES</b><br>Informação Empresarial Simplificada<br><hr/> <b>DECLARAÇÃO ANUAL</b>  |   | <b>Comprovativo de Entrega da Declaração IES/DA</b><br>Via Internet - Informação Vigente                         |               | <b>DGCI</b><br>Direcção-Geral dos Impostos<br><b>IRN</b><br>Instituto dos Registos e do Notariado<br><b>INE</b><br>Instituto Nacional de Estatística<br><b>BP</b><br>Banco de Portugal   |   |   |   |    |  |
|   |   | Ano  | 2010          | <b>Elementos para validação do Comprovativo</b><br>N.º de Contribuinte: 500746958  |   |   |   |    |  |
|   |   | Identificação da Declaração  | 0566-10025-82 | Cód. Validação: TEC9ZM61STED   |   |   |   |    |  |
|   |   | Data de Recepção   | 2011-09-12    | <small>Para validar este comprovativo aceda ao site <a href="http://www.e-financeiras.gov.pt">www.e-financeiras.gov.pt</a>, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.</small> |   |   |   |    |  |
| <b>01 PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO</b><br><b>1</b><br>De 2010-01-01 a 2010-12-31   |   | <b>ANO</b><br><b>2</b><br>2010   |               |  |   |   |   |    |  |
| <b>02 ÁREA DA SEDE, direcção efectiva ou estab. estável</b><br>SERVIÇO DE FINANÇAS<br>VILA FLOR   |   | <b>1</b><br>CÓDIGO<br>0566   |               |  |   |   |   |    |  |
| <b>03 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO</b><br><b>1</b> NOME<br>SANTA CASA MISERICORDIA VILA FLOR  |   | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL<br><b>2</b> 500746958   |               |  |   |   |   |    |  |
| <b>04 DESIGNAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E ESTABELECIMENTOS</b><br>ACTIVIDADE PRINCIPAL <b>1</b> 87301 <b>2</b> 100 %<br>CÓDIGO CAE - REV. 3 VOL. DE NEGÓCIOS<br>CÓDIGO DA TABELA DE ACTIVIDADES <b>3</b><br>N.º ESTABELECIMENTOS (Incluindo a sede) <b>4</b> |   |  |               |  |   |   |   |    |  |
| <b>05 ANEXOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A DECLARAÇÃO</b>  |   |  |               |  |   |   |   |    |  |
| IRC   | Anexo A - Entidades residentes que exercem, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola e entidades não residentes com estabelecimento estável | 1  | IRS           | Anexo I - Sujeitos passivos com contabilidade organizada   | 9   |   |   |    |  |
|   | Anexo A1 - Entidades residentes que exercem, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola - contas consolidadas                                 | 20   |               | Anexo L - Elementos Contabilísticos e Fiscais  | 11  | 1   |   |    |  |
|   | Anexo B - Empresas do sector financeiro   | 2  |               | Anexo M - Operações realizadas em espaço diferente da sede (DL n.º 347/85, de 23 de Agosto)  | 12  |   |   |    |  |
|   | Anexo B1 - Empresas do sector financeiro - contas consolidadas (Modelo não oficial)   | 21   |               | Anexo N - Regimes especiais  | 13  |   |   |    |  |
|   | Anexo C - Empresas do sector segurador  | 3  |               | Anexo O - Mapa Recapitulativo de Clientes  | 14  |   |   |    |  |
|   |   | Anexo C1 - Empresas do sector segurador - contas consolidadas  | 22            | IVA  | Anexo P - Mapa Recapitulativo de Fornecedores | 15  | 1                                       |    |  |
|   |   | Anexo D - Entidades residentes que não exercem, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola | 4             |  | IS  | Anexo Q - Elementos Contabilísticos e Fiscais   | 16                                      |    |  |
|   |   | Anexo E - Elementos Contabilísticos e Fiscais (entidades não residentes sem estabelecimento estável)             | 5             |  |   | Anexo R - Entidades residentes que exercem, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola, entidades não residentes com estabelecimento estável e EIRL | 17                                      |    |  |
|   |   | Anexo F - Benefícios Fiscais   | 6             |  |   | IE  | Anexo S - Empresas do sector financeiro | 18 |  |
|   |   | Anexo G - Regimes Especiais  | 7             |  |   |   | Anexo T - Empresas do sector segurador  | 19 |  |
|   | Anexo H - Operações com Não Residentes  | 8  |               |  |   |   |   |    |  |




**Anexo 4**



|  <b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</b><br>DIREÇÃO - GERAL DOS IMPOSTOS<br>DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS E<br>RETENÇÕES - IRS/IRC<br> <b>MODELO 10</b><br><small>(Art. 118.º, n.º 1, al. c) e d) e n.º 11 do Código do IRS)<br/>         (Art. 128.º do Código do IRC)</small> |                              | <b>Comprovativo de Entrega da Declaração Modelo 10</b><br>Via Internet   |                                   |
|--|------------------------------|--|-----------------------------------|
| <b>Ano</b><br>2010   |                              | <b>Elementos para validação do Comprovativo</b><br>N.º de Contribuinte: 500746958<br>Cód. Validação: WYJE6PQS53AR<br><small>Para validar este comprovativo acesse ao site <a href="http://www.portaldasfinancas.gov.pt">www.portaldasfinancas.gov.pt</a>, opção "Serviços&gt;Outros Serviços&gt;Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.</small> |                                   |
| <b>Identificação da Declaração</b><br>0566-15061-98  |                              |  |                                   |
| <b>Data de Receção</b><br>2011-05-23   |                              |  |                                   |
| <b>2 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO</b>  |                              |  |                                   |
| <b>1 NOME</b><br>SANTA CASA MISERICORDIA VILA FLOR   |                              | <b>NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL</b><br>2 500746958   |                                   |
| <b>4 IMPORTÂNCIAS RETIDAS</b>  |                              |  |                                   |
| <b>TIPO DE RENDIMENTOS / RETENÇÕES NA FONTE</b>  |                              |  | <b>VALOR</b>                      |
| A - TRABALHO DEPENDENTE 01   |                              |  | 75.977,00                         |
| B - RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS 02  |                              |  | 2.962,84                          |
| E - OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITAIS 03  |                              |  |                                   |
| EE - SALDOS CREDITORES C/C [Art.º 12.º-A, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei 42/91, de 22 de Janeiro] 04  |                              |  |                                   |
| F - PREDIAIS 05  |                              |  |                                   |
| G - INCREMENTOS PATRIMONIAIS 06  |                              |  |                                   |
| H - PENSÕES 07   |                              |  |                                   |
| RETENÇÕES DE IRC (Art.º 94.º do CIRCI) 08  |                              |  |                                   |
| <b>SOMA (01 a 08) 09</b>   |                              |  | <b>78.939,84</b>                  |
| RETENÇÕES A TAXAS LIBERATÓRIAS 10  |                              |  |                                   |
| COMPENSAÇÕES DE IRS / IRC 11   |                              |  |                                   |
| <b>TOTAL (09 + 10 - 11) 12</b>   |                              |  | <b>78.939,84</b>                  |
| <b>TOTAL DOS RENDIMENTOS</b>   |                              |  |                                   |
| <b>TIPO DE RENDIMENTOS / RETENÇÕES NÃO LIBERATÓRIAS</b>  | <b>REND. ANOS ANTERIORES</b> | <b>REND. DO ANO</b>  | <b>CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS</b> |
| A - TRABALHO DEPENDENTE  | 11290,24                     | 1692390,60   | 186738,06                         |
| B - RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS   | 0,00                         | 18435,40   | 0,00                              |
| E - OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITAIS   |                              |  |                                   |
| EE - SALDOS CREDITORES C/C [Art.º 12.º-A, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei 42/91, de 22 de Janeiro]   |                              |  |                                   |
| F - PREDIAIS   |                              |  |                                   |
| G - INCREMENTOS PATRIMONIAIS   |                              |  |                                   |
| H - PENSÕES  |                              |  |                                   |
| R - RETENÇÕES DE IRC (Art.º 94.º do CIRCI)   |                              |  |                                   |
| <b>N.º DE LINHAS DECLARADAS</b>  |                              | 207  |                                   |
| <b>6 TIPO DE DECLARAÇÃO</b>  |                              |  |                                   |

[illegible]

## Anexo 6

| <div>  <br/>  <br/> <small>INSTITUTO DE SAÚDE DO QUILOMBO INDÍGENA DO SÍTIO SÃO</small> </div> |              | <div> <div> <small>PLANO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO PARA INVESTIMENTOS</small> <br/> <small>2024</small> </div> <div> <div>CG</div> <div> <small>Conta de Crédito das Contribuições Federais de Manutenção</small> </div> </div> <div> <div> <small>ANO</small> 2024           <br/> <small>PERÍODO</small> 01/01/2024           <br/> <small>VALOR</small> 1000000         </div> </div> </div> |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |
|--|--------------|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| CÓDIGO DA  | DESCRIÇÃO DA | RUBRICADOR   | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR | TOTAL DA RUBRICADOR |
|  |              |  |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |
|  |              |  |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 23410101   | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          | 2341010101          |
| 2341   | 234101       | 234101   |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |

## Anexo 7

|  |                                    |   |
|--|------------------------------------|---|
| <br><b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</b><br>Direcção-Geral dos Impostos<br><br>IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO  | (Espaço reservado à microfilmagem) | <b>RESTITUIÇÃO DE IVA AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E INSTITUIÇÕES EQUIPARADAS</b> |
| <p style="text-align: center;"><b>DESPACHO (2)</b></p> <p>Autorizo a restituição de IVA no montante de <span style="border-bottom: 1px solid black; width: 150px; display: inline-block;"></span> €</p> <p>Lisboa, aos <span style="border-bottom: 1px solid black; width: 50px; display: inline-block;"></span></p> <p>O _____</p>  |                                    |   |
| <p><i>Ex.<sup>ma</sup> Sr. Director-Geral dos Impostos:</i></p> <p>(<sup>1</sup>) _____,</p> <p>na qualidade de _____,</p> <p>com residência ou sede em _____,</p> <p>código postal [ ][ ] - [ ][ ], número [ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ][ ] de registo de pessoa colectiva, requer, nos termos do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, a restituição do imposto sobre o valor acrescentado, no montante de <span style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; display: inline-block;"></span> € constante das facturas ou documentos equivalentes que junta, a título devolutivo, relacionados no verso.</p> <p><b>Declara que todos os bens e serviços adquiridos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> respeitam à construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados total ou parcialmente na prossecução dos fins estatutários da requerente.</li> <li><input type="checkbox"/> respeitam a elementos do activo imobilizado corpóreo sujeitos a deprecimento utilizados única e exclusivamente na prossecução dos fins estatutários da requerente.</li> <li><input type="checkbox"/> respeitam a veículos automóveis novos, registados em seu nome, ligeiros de passageiros ou de mercadorias, para utilização única e exclusiva na prossecução dos fins estatutários da requerente.</li> <li><input type="checkbox"/> respeitam a veículos automóveis pesados novos, registados em seu nome, utilizados única e exclusivamente na prossecução dos fins estatutários da requerente.</li> <li><input type="checkbox"/> respeitam a reparações de veículos, registados em seu nome, utilizados única e exclusivamente na prossecução dos fins estatutários da requerente.</li> </ul> |                                    |   |

**Anexo 8**



SEGURANÇA SOCIAL

**DECLARAÇÃO**

Ao abrigo da alínea 1), do n.º 6, do Despacho de sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Social, n.º 6/83, de 5-5-83, publicado no Diário da República, II Série, de 20-05-83, declara-se para os devidos efeitos, o seguinte:

*A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR*, com sede em Vila Flor, concelho de Vila Flor e distrito de Bragança é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, titular de natureza jurídica de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, nos termos do art.º 8.º do Estatuto das I.P.S.S., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro.

O registo definitivo dos estatutos foi lavrado pela inscrição n.º 08/85, a folhas 192 verso e 193, do Livro n.º 1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efectuado em 08 de Abril de 1985, nos termos no n.º 2, do artigo 13.º, do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho.

Bragança, 30 de Julho de 2003

**O DIRECTOR DE NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO**

(Nuno V. Carvalho)